

ISAC OLIVEIRA GODINHO

**MIDIATIVISMO E DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DISCURSIVA DE MINIMANUAIS DE JORNALISMO HUMANIZADO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G585m
2021 Godinho, Isac Oliveira, 1994-
Midiativismo e direitos humanos : análise discursiva de
minimanuais de jornalismo humanizado / Isac Oliveira Godinho.
– Viçosa, MG, 2021.
148 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Mariana Ramalho Procópio Xavier.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 138-148.

1. Análise do discurso. 2. Internet e ativismo. 3. Direitos
humanos. 4. Jornalismo cidadão. 5. Teoria semiolinguística.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras.
Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB6 2523

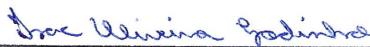
ISAC OLIVEIRA GODINHO

**MIDIATIVISMO E DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE DISCURSIVA DE MINIMANUAIS DE JORNALISMO HUMANIZADO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 12 de abril de 2021.

Assentimento:



Isac Oliveira Godinho
Autor



Mariana Ramalho Procópio Xavier
Orientadora

*A todas as pessoas que lutam diariamente por seu
direito de viver de forma digna e ajudam a
construir uma sociedade mais justa e igualitária
com respeito às diferenças.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que o período durante um curso de mestrado nunca é fácil. São inúmeros desafios, prazos apertados, leituras incontáveis e muito aprendizado condensado em um curto espaço de dois anos, que passam mais rápido do que podemos imaginar. Se eu tivesse passado por essa jornada sozinho, essa conquista não seria possível. Por isso, ficam aqui os meus agradecimentos a tantas pessoas fundamentais que Deus colocou no meu caminho e me ajudaram, cada um à sua maneira, a realizar este sonho.

À minha querida orientadora e amiga, Mariana Procópio, por seu carinho e generosidade em todo processo, sempre disposta a ouvir, dialogar e compartilhar conhecimento. Obrigado por ser sempre um exemplo de profissional e pessoa íntegra e dedicada que tanto me inspira e incentiva.

Aos professores Ana Carolina Reis e Antônio Braico, que tão gentilmente aceitaram participar da banca avaliadora desta dissertação e com seus olhares e discussões contribuir na construção deste trabalho e em minha formação.

A todos os servidores do Departamento de Letras, por sempre nos receberem com um sorriso no rosto e se colocarem à disposição para ajudar quando era necessário.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Letras. Serei eternamente grato por todo o aprendizado que pudemos trocar ao logo desses anos, seja nas salas de aula, nos eventos, nas comissões ou nas conversas pelo departamento. Vou levar toda essa bagagem como inspiração para a minha carreira de pesquisador e futuro professor.

Aos meus colegas de mestrado, por serem pesquisadores e seres humanos que me inspiram diariamente. Em especial, agradeço aos colegas da JELL, ao Robinho, meu irmão de orientação, à Karina, minha dupla em todos os momentos e à Giulliana, Gabi, Vagner, Vanessa, Leonne, Mariana, Eduardo e Vitor. Obrigado por todos os cafés, chopps, festas e karaokês. Vocês fizeram com que essa jornada fosse muito mais leve e divertida, vou levar com muito carinho cada um de vocês em meu coração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Universidade Federal de Viçosa e à cidade de Viçosa, por serem meu lugar no mundo, onde cresci, amadureci, conheci inúmeras pessoas especiais, construí laços e vivi histórias que lembrarei sempre com carinho.

A todos os meus amigos e familiares que sempre torceram pelo meu sucesso e sempre foram companhia e incentivo nas horas felizes e nos momentos de dificuldade. Essa conquista só foi possível porque tive diversas pessoas especiais ao meu lado.

Por fim, agradeço especialmente aos meus pais, Luiz e Ivanilda, e ao meu irmão, Lucas. Obrigado por sempre acreditarem em mim e me incentivarem a correr atrás dos meus sonhos. Por entenderem os momentos de estresse e de ausência e, principalmente, por serem sempre o meu lugar de carinho, acolhimento e segurança em todos os momentos da vida.

A cada um de vocês todo o meu amor e gratidão.

“A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se distancia dez passos mais além. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que não deixemos de caminhar.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

GODINHO, Isac Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2021. **Midiativismo e Direitos Humanos: Análise Discursiva de Minimanuais de Jornalismo Humanizado.** Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier.

Na presente dissertação desenvolvemos uma análise discursiva do conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, produzido pelo coletivo *Think Olga*. Entendendo tal objeto como um exemplo empírico de uma prática midiativista, buscamos compreender como ele se constrói discursivamente visando potencializar suas ações de ativismo e evidenciar a necessidade de mudanças nas práticas jornalísticas contemporâneas. Para isso, embasamo-nos em referenciais teóricos acerca dos direitos humanos, das minorias sociais, das lutas identitárias e do jornalismo humanizado, bem como do ativismo, da midiatização e do midiativismo. Além disso, adotamos como pressuposto teórico-metodológico principal a Teoria Semiológica, de Patrick Charaudeau, sobretudo a partir dos conceitos contrato de comunicação, estratégias discursivas e modos de organização do discurso que, em nosso caso, funcionaram também como categorias analíticas. Dentre os principais resultados, destacamos que o coletivo utiliza de sua identidade social enquanto sujeito ativista para atestar a validade das discussões apresentadas nos manuais e construir sua credibilidade. O grupo também mobiliza as identidades de outras pessoas e instituições para atestar a legitimidade e a credibilidade do objeto. Quanto ao gênero discursivo, percebemos que tal conjunto de manuais não é construído exclusivamente por um discurso de cunho instrutivo e injuntivo, característico do gênero manual. Também identificamos no objeto analisado conteúdo de caráter educativo e informativo, que podem ser entendidos como uma tentativa de reforçar a necessidade e a urgência das problematizações ali contidas, visto que se trata de uma prática midiativista. Outro fator importante percebido através da construção linguístico-discursiva dos manuais foi a criação de um efeito de objetividade, por meio de um comportamento enunciativo delocutivo. Acreditamos que tal comportamento visa a transmitir um efeito de objetividade e universalidade das informações, possivelmente para obter maior aceitabilidade por parte de jornalistas e veículos de comunicação.

Palavras-chave: Midiativismo. Direitos Humanos. Jornalismo Humanizado. Análise do Discurso. Teoria Semiológica.

ABSTRACT

GODINHO, Isac Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2021. **Media Activism and Human Rights: discursive analysis of humanized journalism minimanuals.** Advisor: Mariana Ramalho Procópio Xavier.

In this dissertation we developed a discursive analysis of the set of *Humanized Journalism Minimanuals*, produced by the collective *Think Olga*. Understanding this object as an empirical example of a media activist practice, we seek to understand how it is constructed discursively in order to enhance its activism actions and highlight the need for changes in contemporary journalistic practices. For this, we are based on theoretical references about human rights, social minorities, identity struggles and humanized journalism, as well as activism, mediatization and media activism. In addition, we adopted Patrick Charaudeau's Semi linguistics Theory as the main theoretical-methodological assumption, especially based on the concepts of communication contract, discursive strategies and discourse organization modes that, in our case, they also functioned as analytical categories. Among the main results, we highlight that the collective uses its social identity as an activist subject to attest the validity of the discussions presented in the manuals and build its credibility. The group also mobilizes the identities of other people and institutions to attest to the legitimacy and credibility of the object. As for the discursive genre, we realize that such a set of manuals is not built exclusively by an instructive and injunctive discourse, characteristic of the manual genre. We also identified in the object analyzed content of an educational and informative character, which can be understood as an attempt to reinforce the need and urgency of the problems contained therein, since it is a media activist practice. Another important factor perceived through the linguistic-discursive construction of the manuals was the creation of an effect of objectivity, through an enunciative delocutive behavior. We believe that such behavior aims to transmit an effect of objectivity and universality of information, possibly to obtain greater acceptability on the part of journalists and media.

Keywords: Media Activism. Human Rights. Humanized Journalism. Discourse Analysis. Semi linguistics Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capas dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado	18
Figura 2 - Representação do ato de linguagem e seus sujeitos.....	70
Figura 3 - Identidade Visual dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado.....	90
Figura 4 - Exemplo do destaque dado às matérias analisadas.....	91
Figura 5 - Exemplo de seção com análise de discurso jornalístico	92
Figura 6 - Exemplo da seção "Boas Práticas"	92
Figura 7 - Representação da Situação de Comunicação na qual emergem os Minimanuais	101
Figura 8 - Trecho do Glossário de termos importantes	121
Quadro 1 - Organização dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Contextualização.....	12
2. Justificativa	14
3. Objetivos.....	16
4. Procedimentos metodológicos	17
1. DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES COM A MÍDIA.....	21
1.1 A conceituação dos direitos humanos.....	21
1.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos	23
1.3 Identidade e diferença: os grupos minoritários e as lutas identitárias	25
1.4 Mídia e direitos humanos.....	29
1.5 Jornalismo Humanizado.....	32
2. PROBLEMATIZAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE MEDIATIVISMO	39
2.1 Considerações sobre Mediatização.....	39
2.2 Considerações sobre Ativismo.....	41
2.3 Considerações sobre mídia alternativa e mídia livre	42
2.4 Problematizações acerca do mediativismo	45
2.4.1 Mapeamento de estudos sobre o fenômeno do mediativismo	45
2.4.2 Movimentos sociais, coletivos e as manifestações de junho de 2013	49
2.4.3 Busca por uma formulação conceitual	54
3. A ANÁLISE DO DISCURSO E A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA	63
3.1 Considerações sobre Discurso e Análise do Discurso	63
3.2 Considerações sobre a Teoria Semiolingüística	65
3.3 Gêneros Discursivos	74
3.4 Modos de Organização do Discurso	76
3.4.1 Modo de Organização Enunciativo	77
3.4.2 Modo de Organização Descritivo.....	78

3.4.3 Modo de Organização Narrativo	80
3.4.4 Modo de Organização Argumentativo	81
4. ANÁLISE DISCURSIVA DOS <i>MINIMANUAIS DE JORNALISMO HUMANIZADO</i>	84
4.1 O Contrato de Comunicação	85
4.2 Manual enquanto um Gênero Discursivo	89
4.3 Os Sujeitos da Linguagem	98
4.4 Estratégias Discursivas	101
4.5 Modos de Organização do Discurso	106
4.5.1 Modo de Organização Enunciativo	106
4.5.2 Modo de Organização Descritivo.....	118
4.5.3 Modo de Organização Narrativo	124
4.5.4 Modo de Organização Argumentativo	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

1. Contextualização

O jornalismo, enquanto uma prática de comunicação, se constitui de uma atividade essencialmente social e, dessa forma, atua diretamente no processo de construção da realidade (IJUIM, 2010²). Além de seu potencial informativo, a prática jornalística influencia a maneira como as pessoas percebem, significam e experienciam o mundo que as cerca. Nesse sentido, é interessante perceber de que maneiras a mídia¹, mais especificamente o jornalismo, aborda as questões relacionadas aos direitos humanos e às minorias², visto que estas abordagens terão uma influência direta na maneira como a sociedade significa a questão dos direitos humanos e dos grupos minoritários.

Ao adotar como referência o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), é importante destacar que a própria Federação Nacional define como um dos deveres dos jornalistas a defesa dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Tal declaração é o marco principal da defesa universal dos direitos fundamentais na sociedade contemporânea. A partir de sua promulgação foram desencadeadas maiores discussões acerca dessa pauta, exercendo forte influência nas legislações de diversos países, como o Brasil (VIEIRA *et al.*, 2017). Estas discussões, potencializadas pelas lutas dos movimentos sociais, proporcionaram diversas conquistas de direitos, principalmente voltados aos grupos minoritários.

No cenário brasileiro podemos identificar grandes avanços e conquistas em relação aos direitos sociais, especialmente no início do século XXI, que pode ser considerado um período marcante para estas causas. Alguns exemplos que podemos citar são a criação de programas como o Bolsa Família e o Fome Zero (2003), a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), a Lei de Cotas (2012), a criação do programa Mais Médicos (2013), o direito à união civil por

¹“Mídia, palavra latina, já abasileirada, significa ‘meios’ no plural. Meios de comunicação, meios através dos quais circulam informações, mensagens, imagens; instrumentos e dispositivos através dos quais estabelecemos relações uns com os outros, e com o mundo.” (FRANÇA, 2012, p. 11). Em geral, o termo é utilizado para representar a grande imprensa, os veículos e meios de comunicação, tendo começado a ser utilizado amplamente a partir das pesquisas sobre os meios de comunicação de massa nos Estados Unidos (GUAZINA, 2007). Roger Silverstone (2002) destaca a importância de se estudar a mídia, pois esta é fundamental na vida cotidiana das pessoas em dimensões sociais, culturais, políticas e econômica. A mídia auxilia as pessoas a compreenderem e significarem o mundo que as cerca, sendo entendida como um processo comunicacional sócio-historicamente localizado.

² Quando falamos de minorias não nos referimos a uma questão especificamente quantitativa, mas sim tratando de grupos e pessoas que não se enquadram na normatividade socialmente padronizada (LOURO, 2008). Tal questão será discutida com mais profundidade no primeiro capítulo desta dissertação.

pessoas do mesmo sexo (2011) e a resolução do Conselho Nacional de Justiça que assegura o direito ao casamento homoafetivo (2013), o decreto que permite o uso do nome social por pessoas transexuais e travestis (2016), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) e a Lei do Femicídio (2015).

Entretanto, a emergência de discursos ultraconservadores nos âmbitos políticos e sociais podem gerar uma incerteza em relação à garantia desses direitos. Dessa forma, a maneira como o jornalismo, ou a mídia como um todo, aborda as questões de direitos humanos passam a ter uma relevância ainda maior. Os discursos midiáticos podem atuar tanto ao reforçar a importância dos direitos humanos e a necessidade de lutar pela manutenção e conquista de direitos, como pode contribuir para a construção e manutenção de estereótipos nocivos em relação ao tema (CHARAUDEAU, 2017).

Nesse contexto, emergem discussões acerca de uma perspectiva de jornalismo humanizado. Tal prática teria uma preocupação maior com os seres humanos, uma busca do entendimento das complexidades dos fenômenos sociais e uma abertura maior às vozes e vivências das diversidades (IJUIM, 2017). Essas problematizações ocorrem no âmbito acadêmico, mas também a partir de ações concretas de jornalistas e, principalmente, de sujeitos ativistas que visam gerar discussões e modificações na prática jornalística convencional.

Para que possamos compreender melhor essas ações ativistas, consideramos ser importante observá-las a partir da ótica da midiáticação. Nesse contexto midiaticado, entendemos que a relação entre a mídia e a sociedade passa a ser intensificada, demarcando um processo de interdependência e influência mútuas e crescentes (HJARVARD, 2014). Tais influências podem ser percebidas também nas práticas de ativismo, possibilitando o surgimento do midiativismo, um dos focos principais das discussões que abordaremos ao longo deste trabalho.

Ao tratarmos das lutas sociais e das questões de direitos humanos em uma perspectiva de midiativismo, podemos destacar que estas surgem de uma conjuntura em que muitos grupos sociais não encontram espaço na mídia tradicional³. Assim, a sociedade civil e os sujeitos ativistas se organizam para cobrar o respeito aos direitos humanos e para buscar intervenções nos modelos tradicionais de mídia a partir do ativismo. Nessa perspectiva, em nosso trabalho abordaremos as relações entre ativismo, mídia e direitos humanos a partir de uma ótica discursiva.

³ Neste trabalho reconhecemos como mídia tradicional, ou mídia convencional, os veículos de mídia que se organizam no modelo empresarial tradicional de comunicação, concentrados nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e com um grande alcance no país.

Segundo Charaudeau (2010), na Análise do Discurso trabalhamos com um objeto empírico, com intenção de analisar os mecanismos discursivos utilizados, bem como os sujeitos envolvidos, as finalidades, as circunstâncias de produção e as temáticas envolvidas em um dado tipo de discurso. Com isso, tomaremos aqui como objeto de análise um conjunto de sete *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* produzidos pelo coletivo feminista⁴ *Think Olga* entre junho de 2016 e janeiro de 2018, entendidos por nós como a materialização de uma prática midiativista, conforme evidenciaremos através de nossas análises.

A *Think Olga* desenvolve, ao longo dos últimos anos, variados trabalhos com um foco principal na luta pelos direitos das mulheres, além de abordar também outras questões voltadas aos demais grupos sociais minoritários. Os *minimanuais* produzidos pela *Think Olga* se dividem em sete partes diferentes, a saber: Violência contra a mulher; Pessoas com deficiência; Racismo; Estereótipos nocivos; LGBT⁵; Aborto; Jornalismo esportivo. De acordo com a ONG⁶, os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* reúnem dicas para jornalistas e veículos que desejam *limpar* sua comunicação de preconceitos⁷. Por meio de dicas simples e diretas, elas se propõem a mostrar como tornar a leitura de notícias uma experiência agradável e respeitosa para pessoas tão diversas quanto a humanidade pode ser.

2. Justificativa

A importância dos direitos humanos para a manutenção da democracia e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária é inegável. Nessa concepção, é um dever do Estado, mas também da sociedade como um todo, lutar para evitar a violação desses direitos (ALVES, 2013).

Dessa forma, é importante que a tematização das questões envolvendo direitos humanos e as minorias sociais ocupem cada vez mais espaços dedicados à discussão e luta em relação à defesa desses direitos. Não é aleatória, portanto, a crescente tematização dos direitos humanos

⁴ “O feminismo hoje pode ser entendido enquanto um movimento múltiplo, híbrido, globalmente disperso e culturalmente localizado. Em sua trajetória, percebemos a configuração de diferentes momentos e demandas de luta que incidem em configurá-lo enquanto uma vertente política e ideológica atenta às transformações estruturais e microespaciais da sociedade e da cultura” (TOMAZETTI; BRIGNOL, 2015, n.p.). O feminismo contemporâneo se destaca pelo espalhamento do movimento no mundo, enquanto pensamento filosófico, político, institucional, acadêmico e ativista. É um movimento que busca interseccionalidade devido às diversas identidades das mulheres e as opressões que elas sofrem.

⁵ Cabe ressaltar que a sigla possui outras versões, mais atuais, que buscam incluir diferentes grupos, como a sigla LGBTQIA+. Optamos por adotar aqui a mesma forma utilizada para nomear o referido manual.

⁶ A *Think Olga* se autodenomina como uma organização não governamental (ONG), por essa razão, neste trabalho utilizaremos este termo para nos referir ao grupo.

⁷ A expressão aqui utilizada é a mesma que o coletivo adotou ao descrever os manuais.

no debate social, incluindo os espaços acadêmicos. Cabe destacar a presença de cursos de pós-graduação voltados para a área de direitos humanos em instituições renomadas como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná). Outro fator relevante de resistência é o crescente número de coletivos organizados pela sociedade civil para lutar pelos direitos de grupos minoritários, como a ONG *Think Olga*, que analisaremos nesta pesquisa.

Vale ressaltar que, apesar dos esforços observados para se defender os direitos humanos, muitas vezes os imaginários⁸ que se cristalizam na opinião pública sobre eles acabam reforçando perspectivas negativas. A pesquisa *Human Rights in 2018 – Global Advisor*, realizada pelo Instituto Ipsos em 28 países, incluindo o Brasil, apresentou dados intrigantes sobre a opinião de grande parcela da sociedade sobre direitos humanos. Uma das constatações, por exemplo, mostra que para mais de 60% dos brasileiros os direitos humanos beneficiam apenas pessoas que não merecem, como criminosos e terroristas⁹.

A partir disso, podemos destacar a importância dos discursos midiáticos, especialmente os jornalísticos, na defesa desses direitos fundamentais, bem como na desnaturalização de determinados estereótipos sobre os direitos humanos. Em contextos sociopolíticos, como o que vivemos atualmente, com ampla reverberação de notícias falsas e discursos de ódio que promovem uma forte onda reacionária conservadora, torna-se ainda mais importante entender o papel ético do jornalismo na defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, entendendo aqui o discurso enquanto uma forma de ação (MAINGUENEAU, 2015), podemos destacar que qualquer enunciação tem o objetivo de agir sobre o outro e, assim, modificar uma dada situação. Portanto, inseridos na área dos estudos discursivos, percebemos que é possível encontrar na sociedade e na mídia a presença de discursos conservadores, discursos de ódio e ameaças aos direitos humanos com mais intensidade na atualidade.

Ao tratar de discursos de ódios, seguindo as considerações de Andrade e Pischetola (2016), entendemos que estes podem ser percebidos como um discurso irracional por não estarem baseados em razões éticas que os sustentem, mas, ao mesmo tempo, tentam construir

⁸ Charaudeau (2017) entende os imaginários sociodiscursivos como uma forma de apreensão do mundo, de representação social. É a partir deles que os seres humanos constroem a significação dos fenômenos sociais e, ao se depositarem na memória coletiva passam a atuar como criadores de valores e justificadores das ações dos seres no mundo.

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45138048>. Acesso em: 28 mar. 2021.

uma argumentação falha que transmita uma ideia de racionalidade. Apesar de não corresponderem a uma racionalidade de argumentos lógicos, os discursos de ódio têm um potencial muito grande de desestabilizar as relações sociais e de deturpar conhecimentos sistematizados ao se fazerem presentes no debate público. Ciocari e Ezequiel (2017) sustentam que os principais efeitos nocivos dos discursos de ódio são os ataques à dignidade alheia e as violações aos direitos fundamentais. Dessa forma, destacamos a importância de se estar atento e refletir sobre esses discursos presentes nas mais variadas práticas midiáticas.

Ciocari e Persichetti (2018), baseadas no conceito da sociedade do espetáculo de Guy Debord, explicam que as mídias, ao veicular intensamente esses discursos, espetacularizam esse processo, corroborando para sua difusão e para o aumento de sua visibilidade na sociedade. Dessa forma, esses discursos passam a exercer influência no pensamento social e podem legitimar ações e ataques aos grupos que já são historicamente marginalizados.

Em uma lógica de combate aos discursos de ódio e as representações estereotipadas de grupos minoritários, o coletivo *Think Olga* desenvolve diversas ações entendidas por nós como práticas midiáticas por se valerem das lógicas midiáticas para ampliarem e desenvolverem suas ações de ativismo. Uma das propostas da ONG é fornecer espaço para ecoar vozes que muitas vezes são silenciadas pelos modelos convencionais de mídia, produzindo conteúdos que constantemente não encontram espaço para difusão no modelo tradicional de comunicação.

A existência de materiais, como esse conjunto de *Minimanuais*, provenientes de demandas sociais reforça a necessidade de se discutir e pesquisar discursivamente sobre jornalismo humanizado e sobre as relações inerentes entre jornalismo e direitos humanos, visto que o jornalismo atua como um guia que orienta a maneira como as pessoas pensam e agem no mundo em que estão inseridas.

3. Objetivos

Em nosso trabalho, partimos da tese de que o conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* produzido pelo coletivo *Think Olga* se constitui enquanto uma prática midiática, a partir de sua proposta de humanização do jornalismo tradicional. Como hipótese, acreditamos que os *Minimanuais*, inseridos em um contexto de midiática, irão mobilizar procedimentos linguístico-discursivos de maneira estratégica, visando não só a atestar a legitimidade e credibilidade das informações passadas, mas também a captar os interlocutores para a urgência do debate de tais questões. Ainda como hipótese, acreditamos que serão

mobilizados, nos *Minimanuais*, informações e lógicas do discurso jornalístico, já que este é o público-alvo das produções analisadas.

O objetivo geral da nossa pesquisa é evidenciar e analisar de que maneira a construção discursiva dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pelo coletivo *Think Olga* atua para potencializar sua prática midiativista. Com isso, buscamos, especificamente:

i) Descrever e caracterizar o contrato de comunicação estabelecido, os sujeitos envolvidos, as finalidades, as circunstâncias de produção, os procedimentos linguístico-discursivos e as estratégias utilizadas no objeto de análise;

ii) problematizar o objeto enquanto uma produção midiativista, que se apropria das lógicas midiáticas para promover e potencializar ações de ativismo, a partir de uma análise semiolinguística;

4. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, que possui um cunho descritivo e interpretativo (CHARAUDEAU, 2010), nos baseamos na Análise do Discurso, especificamente a Teoria Semiolinguística, desenvolvida pelo linguista francês Patrick Charaudeau. Iniciamos nosso percurso metodológico a partir da leitura de bibliografias acerca da referida teoria, bem como de outras temáticas que tangenciam este trabalho, como a midiaticização, o midiativismo, os direitos humanos e suas relações com a mídia e outras teorias sociais que julgamos pertinentes para nos ajudar a construir nosso referencial teórico.

A partir disso, seguimos para uma leitura exploratória do nosso objeto de análise. Em nossa pesquisa analisamos o conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* produzido pelo coletivo *Think Olga*, tentando identificar o que eles apresentam discursivamente que nos permite compreendê-los enquanto uma materialização de um discurso midiativista.

Entendemos que nossa pesquisa se propõe a abordar tanto uma problemática comunicacional e descritiva quanto uma problemática representacional e interpretativa (CHARAUDEAU, 2010). Partimos da análise de um *corpus* que se identifica como gênero manual, descrevendo-o a partir de categorias analíticas, como o contrato de comunicação estabelecido, as estratégias discursivas utilizadas e a maneira como são mobilizados os modos de organização do discurso. Em seguida, a partir das categorizações e descrições, adotamos a problemática interpretativa, visando entender como tais manuais operam enquanto uma prática midiativista.

Os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* foram desenvolvidos pelo coletivo *Think Olga* e lançados no site do grupo entre os meses de junho de 2016 e janeiro de 2018. Eles são organizados em sete edições que abordam as temáticas da violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, LGBT, aborto e jornalismo esportivo. As capas das sete edições seguem um estilo minimalista, com o logotipo da ONG, o título do projeto e o tema da edição. Além disso, elas possuem uma cor predominante que é utilizada em toda a construção da referida edição. As sete capas estão representadas na figura abaixo.

Figura 1 - Capas dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*



Fonte: *Think Olga*.

Em relação à organização interna dos manuais, o número de páginas varia entre 23 (edição sobre racismo) e 41 (edição sobre estereótipos nocivos). A divisão em seções também é variada, indo de 7 (edição sobre pessoas com deficiência) a 14 (edição sobre estereótipos nocivos). Todos eles possuem uma seção introdutória que trata sobre o tema e apresenta dados relativos a essa pauta. As demais seções variam de acordo com cada manual e temática, havendo uma recorrência na seção de boas práticas, presente em quatro dos manuais, e trazendo exemplos identificados pelo manual como corretos para a abordagem dessas questões na grande mídia. Outra característica importante é a presença de especialistas nas temáticas abordadas

como fontes ou coautores dos manuais, identificada em cinco dos sete manuais. Uma síntese dessas informações de organização dos manuais pode ser vista na tabela a seguir.

Quadro 1 - Organização dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado

Temática	Data de lançamento	Número de páginas	Número de seções	Autoria
Violência contra a mulher	27 de junho de 2016	25	8	<i>Think Olga</i>
Pessoas com deficiência	13 de setembro de 2016	25	7	<i>Think Olga</i> e Adriana Dias (antropóloga)
Racismo	24 de outubro de 2016	23	11	<i>Think Olga</i> , Juliana Gonçalves, Patrícia Gonçalves (jornalistas negras) e Aline Ramos (ativista negra)
Estereótipos nocivos	04 de janeiro de 2017	41	14	<i>Think Olga</i>
LGBT	30 de junho de 2017	33	8	<i>Think Olga</i> e Nana Soares (jornalista)
Aborto	23 de novembro de 2017	37	8	<i>Think Olga</i> e Nina Neves (jornalista). Consultoria da ANIS – Instituto de Bioética
Jornalismo Esportivo	22 de janeiro de 2018	25	11	<i>Think Olga</i> e Olga Bagatini (jornalista)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, a nossa análise passa por todos os sete manuais, entendendo como eles mobilizam os modos de organização do discurso e como eles convergem as características do gênero discursivo manual com as finalidades pretendidas enquanto um objeto de ativismo que visa uma mudança social, a partir de um contrato de comunicação específico. O resultado de nossas observações e análises constituem a presente dissertação.

Em termos de organização desta dissertação, o primeiro capítulo está focado nas discussões acerca dos direitos humanos. Para tanto, buscamos entender a conceituação dos direitos humanos, bem como a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) para a universalização das discussões sobre esse tema. Aqui também tratamos das temáticas da identidade e da diferença, assim como dos grupos minoritários e das lutas identitárias. Por fim, tratamos das relações entre a mídia e os direitos humanos e das problematizações acerca de um jornalismo humanizado que dialogam diretamente com nosso objeto de análise.

No segundo capítulo, buscamos refletir a respeito da midiaticização da sociedade e, principalmente, entender as problematizações sobre o conceito de midiativismo. Para tanto, tratamos também de questões como o ativismo, mídia alternativa e mídia livre, os movimentos sociais e coletivos. Além disso, também fizemos um levantamento de estudos acerca do midiativismo nos últimos anos e traçamos o nosso entendimento de uma formulação conceitual a partir das discussões levantadas por diversos pesquisadores.

Em nosso terceiro capítulo concentramos as discussões sobre o entendimento de discurso, da Análise do Discurso e da Teoria Semiolinguística. Assim, também tratamos aqui de conceitos importantes que são tomados por nós enquanto categorias de análise nesta pesquisa, como os gêneros discursivos, o contrato de comunicação, os sujeitos da linguagem, as estratégias discursivas e os modos de organização do discurso. Tal capítulo é importante por nos fundamentar enquanto base teórica e metodológica para o desenvolvimento da presente pesquisa.

O quarto capítulo é dedicado às análises do objeto de estudo. Nesta parte buscamos partir das categorias analíticas para desempenhar uma descrição linguístico-discursiva dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* e, a partir disso, desenvolver nossas interpretações acerca do objeto. É seguindo estas análises que buscamos evidenciar as características dos manuais que nos permitem entendê-los enquanto a materialização de uma prática midiativista.

Seguindo a teoria de Charaudeau, analisamos aqui quais são os sujeitos envolvidos nessa troca comunicativa, o contrato de comunicação estabelecido, pensando também nas aproximações e distanciamentos do objeto com o gênero discursivo manual, com o qual ele busca se filiar. Outras categorias analíticas essenciais para nossa análise são as estratégias discursivas e a maneira como tais manuais mobilizam os modos de organização do discurso e quais os efeitos de sentido construídos a partir disso.

Por fim, teceremos nossas considerações finais, baseadas nos resultados obtidos através da análise discursiva desenvolvida. Neste espaço também faremos apontamentos de possíveis caminhos a serem seguidos futuramente para novos estudos nessa perspectiva.

1. DIREITOS HUMANOS E AS RELAÇÕES COM A MÍDIA

Neste primeiro capítulo da dissertação buscamos entender melhor o conceito e a importância dos direitos humanos na sociedade contemporânea. Para além disso, procuramos refletir sobre as relações entre direitos humanos e a mídia, bem como a questão dos grupos minoritários e das lutas identitárias que dialogam diretamente com o nosso objeto de estudo nesta pesquisa. Como analisamos aqui um conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, precisamos também conhecer as discussões correntes em torno dessa vertente jornalística, buscando contextualizar e refletir sobre a motivação de práticas midiáticas como o objeto que analisamos.

1.1 A conceituação dos direitos humanos

No contexto deste trabalho, interessa-nos entender o que são os direitos humanos e de que maneira eles se relacionam com as práticas midiáticas e ativistas sobre as quais concentramos nossos esforços de análise. O professor de direitos humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas), Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (2016), entende que não há uma definição unívoca, pois se trata de uma expressão múltipla, que aceita variações conceituais de acordo com sua natureza filosófica, histórica, social, política, cultural ou linguística. Baseando-se em diversos estudos, o autor busca adotar um conceito que evite o reducionismo ao articular as dimensões individual e coletiva dos direitos humanos.

Em síntese, são direitos decorrentes do processo histórico de afirmação da dignidade da pessoa humana, aprumados nos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, em uma noção integral e interdependente. Esses direitos asseguram as condições de sobrevivência e constituem possibilidade emancipatória para a plena realização do projeto de vida da pessoa e, em última análise, do sujeito coletivo. (OLIVEIRA, 2016, p. 2-3)

Também é comum encontrarmos a expressão direitos fundamentais para se referir aos direitos humanos que, ainda segundo Oliveira (2016, p. 22), podem ser compreendidos como “direitos inerentes à pessoa humana, sem discriminações de qualquer natureza”. Dessa forma,

estes são direitos de todas as pessoas pelo simples fato de serem seres humanos e, por isso, devem ser respeitados por todas as pessoas e, principalmente pelo Estado, que também tem o dever de proteger e tomar medidas que garantam a implementação dos direitos humanos (VIEIRA *et al.*, 2017).

Ainda de acordo com Vieira e outros autores (2017), os principais valores que norteiam os direitos humanos são a dignidade, a liberdade e a igualdade. Eles estão ligados à dignidade das pessoas pelo fato de serem seres humanos, sem qualquer distinção de raça, classe, gênero, nacionalidade, orientação sexual, religião ou de qualquer outra natureza. Esses direitos são a garantia de que as pessoas tenham uma vida digna em sociedade. Ainda assim é importante destacar que “os direitos necessários a uma vida digna variam no tempo e no espaço, dependendo das condições específicas de cada sociedade” (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 37), mesmo que algumas pautas sejam recorrentes, como o direito à saúde, educação, participação política, bem como a liberdade e a igualdade.

A liberdade pode ser entendida a partir de uma subdivisão entre liberdade negativa e positiva. A liberdade negativa se relaciona com um espaço de não intervenção, em que cada ser humano pode tomar suas decisões, exercer suas potencialidades sem ser limitado por outros sujeitos. Já a liberdade positiva se relaciona com a possibilidade de que todos participem da definição das regras e das tomadas de decisões em uma sociedade, ou seja, é a liberdade de participar da vida política de forma autônoma. Ainda assim cabe ressaltar que afirmar e defender a liberdade não significa ignorar as consequências das ações de cada cidadão ou isentá-los de suas responsabilidades.

Portanto, a liberdade negativa estaria mais relacionada a fatores externos, de não interferência na esfera de decisão do indivíduo sobre a forma como deseja viver, e a liberdade positiva estaria ligada a fatores internos ao indivíduo e que poderiam afetar sua participação na vida política. (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 39)

A igualdade é outro princípio basilar dos direitos humanos. Uma primeira acepção se refere à igualdade de todos perante a lei, chamada de igualdade formal. No entanto, a igualdade também atua visando coibir a discriminação. Dessa forma, na perspectiva dos direitos humanos, pensa-se em mecanismos para garantir esses direitos, visto que afirmar que todos são iguais perante a lei não é suficiente para garantir que todas as pessoas exerçam plenamente seus direitos. Por isso, chamamos de igualdade material a busca por uma igualdade na prática, de fato, de modo que esse combate às discriminações vise reduzir as vantagens das classes dominantes em relação aos demais.

Nesse sentido, o princípio da igualdade não é sinônimo de tratamento idêntico, sendo, no caso da igualdade material, frequentemente o oposto: o princípio da igualdade torna-se sinônimo de afirmação das diferenças para reequilibrar determinadas situações ou circunstâncias. Falar em igualdade material é falar em distinções pontuais autorizadas para atingir uma igualdade de fato.

Quando particularidades se tornam diferenças que impedem o exercício de direitos na sociedade, como no caso de uma deficiência ou da cor da pele, que afetam a oportunidade de conseguir um emprego, de obter melhores salários etc., cria-se uma situação de exclusão, ainda que este comportamento não seja intencional ou declarado. Essa exclusão produz desigualdades que vão além da marginalização, afetando à dignidade do grupo e de seus indivíduos. (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 43)

Nesse sentido, podemos entender que os direitos humanos buscam garantir que todas as pessoas vivam de maneira digna na sociedade, exercendo plenamente seus direitos, a partir dos princípios de liberdade e igualdade. Essa percepção nos ajuda a compreender porque os mais diversos grupos minoritários recebem maior enfoque nas lutas pela defesa dos direitos humanos, já que, historicamente, essas pessoas têm seus direitos negados ou dificultados para exercer sua dignidade na sociedade.

1.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Durante os anos de 1939 e 1945, o mundo vivenciou atrocidades que marcaram fortemente a sociedade moderna. Estima-se que entre 60 e 70 milhões de vidas foram perdidas em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A crueldade das ditaduras nazifascistas, o holocausto, as bombas atômicas lançadas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, as milhões de vidas inocentes perdidas e todas as atrocidades cometidas em decorrência da guerra “foram uma demonstração do quão vulnerável e descartável é a pessoa humana em regimes marcados pela discriminação, pela perseguição e pelo ódio” (OLIVEIRA, 2016, p. 56). Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 10 de dezembro de 1948, foi uma resposta da comunidade internacional, buscando a proteção dos direitos de todos os seres humanos.

A DUDH foi desenvolvida por uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) visando explicitar os direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de origem, raça, credo, gênero, orientação sexual ou condições socioeconômicas. O documento é composto por trinta artigos e aborda questões de caráter econômico, social, cultural e humanitário como respeito às diversidades, liberdade religiosa, liberdade de expressão, direito

à educação, segurança e lazer, bem como a condenação de práticas como a tortura e a escravidão, entre outras questões.

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção das medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ONU, 1948, p. 4)

A Declaração foi responsável por determinar a universalidade dos direitos humanos, fazendo com que os direitos nela expressos passassem a valer para todas as pessoas do mundo e determinando que estes fossem protegidos pelos governos de todos os países participantes da organização. Este foi o primeiro documento a tratar e proteger conjuntamente as questões da dignidade, da igualdade e da liberdade, sendo também a primeira vez que tais direitos foram estabelecidos em um consenso entre todos os países membros.

A Declaração passou a funcionar como um verdadeiro parâmetro com base no qual passamos a julgar a qualidade e a legitimidade dos regimes políticos e do modo como os Estados se comportam em relação àqueles que se encontram sobre sua jurisdição. Tornou-se uma espécie de régua moral. [...] Embora nunca tenham deixado de sofrer críticas e de ter diversas de suas ambições frustradas, pode-se dizer que os direitos humanos se constituíram numa das principais âncoras morais dessas últimas sete décadas. (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 193)

Este documento teve grande importância no movimento de consolidação e universalização dos direitos humanos e no fortalecimento do ativismo e do combate às desigualdades no mundo, fazendo com que a questão dos direitos humanos se tornasse uma pauta global. Entretanto, é importante entender que os direitos humanos não se resumem ao que está descrito nos trinta artigos da DUDH, pois estes são construídos e reconstruídos ao longo do tempo e das necessidades percebidas nas diversas sociedades “e dependem de lutas e conquistas em processos para a sua consolidação” (VIEIRA *et al.*, 2017, p. 45).

Seguindo as perspectivas da DUDH, a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, em Viena, na Áustria, foi responsável por consolidar o entendimento dos direitos humanos como universais, indivisíveis, independentes e interrelacionados. Dessa forma, são direitos de todos os seres humanos, necessários para a

conquista da dignidade humana e dependem todos da manutenção de uns para a realização dos demais.

Ainda assim, é importante destacar que, mesmo após mais de 72 anos da promulgação do Declaração Universal e mais de 27 anos da Conferência de Viena, muitas questões ali tratadas, e outras que surgiram posteriormente, ainda necessitam de atenção especial e são pautas frequentes das lutas de movimentos sociais e sujeitos ativistas, como as questões dos grupos minoritários abordados nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*.

1.3 Identidade e diferença: os grupos minoritários e as lutas identitárias

Uma vez que o nosso objeto de estudos se insere na discussão acerca dos direitos humanos a partir do ponto de vista de grupos minoritários, é importante fazermos breves apontamentos sobre a definição do que são minorias, tanto a partir de um ponto de vista jurídico quanto de uma perspectiva sociológica.

Em uma perspectiva jurídica, Silveira e Freitas (2017) explicam que, inicialmente, adotava-se uma concepção de minorias centrada em elementos objetivos, tais como: o critério de serem grupos numericamente menores; o fato de não se encontrarem em uma posição dominante de poder; a necessidade de serem cidadãos do Estado; e a solidariedade entre os membros, buscando preservar elementos culturais do grupo. Contudo, tal visão se mostrava limitada ao se concentrar em critérios objetivos e ignorava as particularidades de cada grupo e cada sociedade.

Dessa forma, para se conceituar minoria em um âmbito jurídico, é necessário agregar elementos subjetivos à discussão baseada em aspectos objetivos. Segundo Silveira e Freitas (2017), o ponto de partida é compreender minoria como todo grupo humano que tem seus direitos negados ou dificultados por expressar diferenças em relação ao que foi estabelecido como o padrão. Além disso, é importante estabelecer que o conceito de minorias deve ser baseado no contexto em que tais grupos estão inseridos, considerando as particularidades de cada um deles e de cada sociedade.

Assim, para estabelecer um parâmetro de subjetividade, uma solução possível é levar em consideração a igualdade material remodelada a partir das diferenças (SILVEIRA; FREITAS, 2017). Como vimos anteriormente, a igualdade material consiste em uma busca pela igualdade na prática, partindo de distinções que considerem as diferenças para que as pessoas possam, de fato, viver de maneira digna em sociedade.

Deve-se levar em consideração, assim, um critério de diferença a fim de se determinar como devem ser formuladas e desenvolvidas as diversas políticas públicas, atentando para as condições especiais das diferentes minorias. Atentar para a diferença poderia promover a superação de paradigmas e preconceitos petrificados na sociedade como discriminantes, negativos ou inferiores, substituindo-o, assim, por padrões igualitários e justos, evitando também possíveis conflitos civis. [...] As minorias seriam, então, identificadas segundo essa diferença, ou seja, em razão daquela condição que as destacaria dos demais, do todo, de tal forma a chamar para si, diante do contexto em que estiverem inseridas, a proteção dos direitos das minorias. (SILVEIRA; FREITAS, 2017, p. 107)

A partir desse ponto de vista, podemos entender que a diferença passa a ser considerada um direito que possibilita a vivência concreta da igualdade. Assim, considerar as diferenças é uma maneira de se reduzir práticas de exclusão ou segregação, visando uma sociedade mais inclusiva que busca dar acesso às oportunidades que efetivem a real participação das pessoas na vida em comunidade.

Em uma perspectiva sócio-comunicacional que dialoga com os preceitos jurídicos, Sodré (2005 apud CARMO, 2016) entende que os grupos minoritários são representativos de uma voz qualitativa que luta por uma transformação social. Para ele, as minorias devem ser entendidas como um lugar de afetação ocupado pela presença e experiências humanas, podendo serem vistas como “um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica” (SODRÉ, 2005 apud CARMO, 2016, p. 64). É por essa razão que as minorias estão constantemente lutando pelo reconhecimento de políticas públicas e para ter suas vozes ouvidas pela sociedade.

Por isso, neste trabalho, baseados nestas problematizações, quando tratamos de minorias não estamos nos referindo a uma questão quantitativa, mas sim a uma relação de valores de uma ótica dominante na sociedade (LOURO, 2008). Assim, a partir dessas considerações em consonância com os autores supracitados, entendemos os grupos abordados pelos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* – mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras e a comunidade LGBTQIA⁺ – enquanto grupos minoritários.

Historicamente, as relações de poder se fortalecem a partir de procedimentos de categorização social que costumam se basear em “atitudes discriminatórias como forma de, por um lado, valorizar ou manter o *status quo* de uns e, de outro, minimizar pessoas, lugares ou tradições considerados diferentes ou estranhos” (IJUIM, 2013, p. 49). A violência desses processos tende a reforçar a desumanização e o preconceito direcionado aos grupos minoritários. Marcelo Santos (2019) acredita que esse processo de desumanização de certos

grupos de pessoas impulsiona as lutas identitárias, com foco na recuperação da humanidade e da dignidade e no combate às opressões sofridas por esses grupos ao longo do tempo.

Essa questão das minorias sociais pode também ser entendida a partir de uma ótica das identidades e da diferença, visto que algumas identidades são aceitas e vistas como ‘normais’ pela sociedade, enquanto outras são marginalizadas por expressar suas diferenças em relação aos padrões estabelecidos. Podemos dizer que as diferenças emergem e se explicitam a partir das relações sociais, podendo ser entendidas como construções socioculturais que estão diretamente atravessadas pelas relações de poder as quais os sujeitos estão submetidos.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p. 81)

Nessa mesma linha, Santos (2007) considera o pensamento da modernidade como abissal, marcado por distinções visíveis e invisíveis que traçam uma espécie de linha divisória da sociedade. Para o autor, essa linha é tão severa que as pessoas e grupos que fogem da norma social padrão passam a ser entendidos como inexistentes, são apagados e marginalizados pela sociedade.

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. (SANTOS, 2007, p. 71)

Essa inexistência contribui para a exclusão e o cerceamento de direitos das pessoas que fazem parte de minorias sociais. Elas passam a ter sua existência e as particularidades de suas vivências negadas e, dessa forma, deixam de ser vistas como seres humanos dignos de direitos básicos fundamentais.

Alves (2013) trata esse fenômeno como uma “desumanização do humano”. Para o autor, não há um reconhecimento do outro e das diferenças como algo humano e isso faz com que os direitos fundamentais dessas pessoas sejam negados ou questionados. Assim, a partir de uma atitude coletiva que nega essa humanidade, esses direitos passam a ter sua violação justificada para muitas pessoas. Esse tipo de prática também pode vir de instâncias governamentais, a partir de políticas repressivas institucionalizadas. O autor analisa a questão a partir de pessoas que

cometeram crimes e estão inseridas no sistema prisional, mas faz uma relação da questão com outros grupos minoritários.

Igualmente desumanas, a subalternidade forçada da mulher, a segregação discriminatória de negros, indígenas e mestiços, a perseguição aos imigrantes de tez escura e “amarela” ou de costumes originais reputados exóticos, a estigmatização dos homossexuais ou o confinamento dos deficientes resultam igualmente de uma mesma postura que inferioriza o “diferente”, negando o reconhecimento pleno de sua humanidade. (ALVES, 2013, p. 9)

A partir dessas reflexões, podemos entender que as identidades, bem como as diferenças, são marcadas por uma questão de alteridade e de pertencimento. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos entende que “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1995, p. 44). Dessa forma, destacamos que a questão da identidade e da diferença se desenvolve através das relações sociais: ao enxergar o outro, percebê-lo como igual ou como diferente e, principalmente, ao comunicar-se de fato com o outro. É a partir dessas relações com o outro que se formam os grupos identitários.

A formação desses grupos se baseia em quatro parâmetros principais: os sujeitos sociais envolvidos; os motivos que geram uma relação de pertencimento a determinado grupo; a regulação do meio em que esse grupo está inserido, a partir de questões morais e normativas; e os contextos sócio-históricos nos quais ocorrem esses processos relacionais e a emergência dessas identidades e diferenças (ENNES; MARCON, 2014).

É nessa disputa marcada pela emergência das diferenças que os mais diversos grupos sociais, em suas relações de forças díspares, buscam garantir acesso aos direitos sociais e aos espaços públicos. Assim, através desse processo, são externalizadas formas de exclusão ou inclusão, segregação, classificação, padronização e normalização (SILVA, 2000). As lutas dos grupos minoritários, muitas vezes, são impulsionadas pela busca de existir e expressar suas diferenças no espaço público tendo seus direitos fundamentais respeitados pela sociedade e pelo Estado.

Essas lutas identitárias têm uma importância histórica na conquista de direitos e nas transformações sociais. Esses conflitos baseados na identidade e, principalmente, nas diferenças, ganharam força com os movimentos revolucionários de maio de 1968, impulsionando as causas sociais e lutas políticas nas décadas de 1970 e 1980, baseadas no reconhecimento das diferenças em todos os âmbitos, o que trouxe mais visibilidade para grupos negligenciados e marginalizados pela sociedade (SAFATLE, 2012). A partir de então, as lutas

dos grupos minoritários e de seus apoiadores geraram diversas conquistas de direitos sociais em todo o mundo.

1.4 Mídia e direitos humanos

No contexto deste trabalho, para analisarmos os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, consideramos de grande importância refletirmos primeiro sobre a relação da mídia com o debate sobre direitos humanos, seja no entendimento da comunicação como um direito em si ou a partir do agendamento de assuntos relevantes para as dinâmicas sociais relacionadas às lutas identitárias e aos direitos humanos.

Inicialmente, podemos fazer uma leitura da própria comunicação como um direito básico, necessário para o exercício da dignidade humana. Esse entendimento pode partir de várias acepções, seja ao defender a liberdade de expressão, seja ao lutar pela democratização da comunicação, buscar maior representatividade de grupos minoritários na imprensa e o agendamento dos problemas sociais que afetam essas comunidades. Com isso, a relação entre comunicação e direitos humanos abarca diversas problematizações.

Em outros termos, as abordagens teóricas e os ordenamentos jurídicos que se referem ao tema tendem a enfocar o direito de comunicar a partir do ângulo do direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de opinião e de expressão. Mas seu espectro na atualidade é mais amplo. Passa também pelo direito a conteúdos midiáticos de boa qualidade, pelo respeito e proteção às diferenças sociais de pessoas ou segmentos populacionais (não discriminação, sem estereótipos e sem denegrir a imagem), direito à privacidade, acesso aos direitos humanos culturais acessíveis através das tecnologias de comunicação e informação (partilha do conhecimento científico e artístico etc.), direito à diversidade comunicativa, direito a democracia dos meios de comunicação (infraestrutura, espectros e habilidades), enfim, direito ao poder de comunicar. Portanto, a concepção de direito humano à comunicação se renova, principalmente, por enfatizar a dimensão do acesso ao poder de comunicar, pois, implica do empoderamento das tecnologias e demais condições necessárias à sua concretização. (PERUZZO, 2013, p. 168-169)

Dialogando com as ideias da autora, Braighi e Câmara (2017) entendem que o direito de comunicar pode ser potencializado através da democratização da comunicação e das possibilidades tecnológicas. Estes tendem a facilitar o acesso e apropriação das mídias por sujeitos que buscam promover “outras perspectivas de reflexão acerca do fluxo político e da sociedade como um todo” (BRAIGHI; CÂMARA, 2017, p. 155). Dessa forma, grupos e

pessoas que tiveram seus direitos questionados e negados passam a se comunicar de fato, produzindo conteúdo, propagando informação e conhecimento.

Além disso, o direito à comunicação também possibilita que os grupos minoritários publicizem as ações e as negligências do Estado em relação a essas questões. Como vimos anteriormente, cabe ao Estado respeitar, proteger e tomar medidas para a implementação dos direitos humanos. Entretanto, muitas vezes essas medidas não são tomadas e passam a ser mais uma ação dos movimentos sociais e dos sujeitos ativistas cobrar essas atitudes do poder público.

Visto isso e entendendo a mídia como um “espaço público fundamental de formação de imaginários, representações, hierarquias e identidades” (MELO; MOURA, 2014, p. 6), ressaltamos a importância dos profissionais de mídia na defesa e consolidação das pautas de direitos humanos perante a sociedade.

O agendamento ou a invisibilização dessas temáticas estão diretamente ligados à percepção que os diversos agentes sociais desenvolvem sobre as lutas sociais e identitárias. Através do trabalho jornalístico, é possível trazer visibilidade para diversos temas e causas, promovendo um “debate crítico e pautado nas complexidades sociais. [...] Uma prática jornalística dedicada à contextualização das notícias fortalece a cidadania e auxilia a revigorar e ampliar o capital social” (MIGUEL; SOUZA, 2018, p. 310). Nesse sentido, também é importante instruir e alertar os cidadãos para que tenham uma leitura e uma postura crítica perante os veículos midiáticos, entendendo o papel da mídia na formação da opinião pública.

Uma das possíveis soluções para a problemática contemporânea das lutas sociais pode vir através da educação em direitos humanos, sendo feita a partir de diversas instâncias, como a própria mídia, o Estado, as escolas, os movimentos sociais e os grupos ativistas. Enquanto não houver uma tomada de consciência popular sobre a importância dessas pautas, setores mais conservadores da grande mídia “não cumprirão seu papel educativo de promover e estimular os direitos humanos. E continuarão a desumanizar o jornalismo” (IJUIM, 2020, p. 104).

No ano de 2006, conscientes do papel da mídia no fomento e circulação de discussões sobre direitos humanos na sociedade, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolveram o projeto Mídia e Direitos Humanos. Tal projeto teve como um dos objetivos principais desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa da cobertura feita pela imprensa brasileira em relação aos assuntos de direitos humanos. Além disso, também foram realizadas oficinas em agências jornalísticas a fim de resultar na produção de um livro que divulgasse esse trabalho e reunisse os principais resultados obtidos. Esse trabalho destaca a importância da

mídia na construção de uma sociedade que se preocupe, de fato, com questões relativas aos direitos humanos.

A real efetivação dos direitos humanos na experiência cotidiana está diretamente associada à dinâmica social e política da vida democrática, especialmente numa era marcada pela presença massiva dos meios de comunicação. Construídos historicamente, os direitos nascem, de modo gradual, a partir das lutas em defesa de novas liberdades. Ao conferir visibilidade aos sujeitos e ao processo de construção de novos direitos, os veículos de imprensa possibilitam a constituição de um debate público e pluralista, fundamental para a construção de uma cultura que valorize os direitos humanos e para a formação de novos consensos que busquem o respeito à dignidade humana e o exercício da cidadania. (ANDI; SEDH; UNESCO, 2006, p.6)

A pesquisa realizada por essas entidades reuniu 1.315 matérias jornalísticas publicadas em 57 jornais pelo país no ano de 2004. O levantamento concluiu que a expressão “direitos humanos” é utilizada com frequência, mesmo que muitas vezes não haja um aprofundamento ou contextualização em relação à temática. Numericamente, 50,8% dos textos apresentam a expressão “direitos humanos” e 80% dos textos trazem a palavra “direitos”, mesmo que muitas vezes tratando apenas de eventos, entidades ou publicações que tenham estas palavras em seus nomes. No entanto, apenas 0,5% dos textos trazem uma definição explícita do que são direitos humanos (ANDI; SEDH, UNESCO, 2006).

Como vimos anteriormente, uma definição singular da expressão é difícil de ser encontrada, ainda que possam haver diversas problematizações acerca do que são os direitos humanos, que poderiam ter sido levantadas pelos veículos de comunicação em questão. A pesquisa também buscou analisar, entre outras questões, a abrangência das abordagens, os enquadramentos utilizados, os tipos de texto publicados e os tipos de fontes ouvidas pelos jornalistas.

Miguel e Souza (2018), também baseadas na mesma pesquisa, fazem uma relação entre o tipo de abordagem dessas questões e a construção de uma percepção social negativa sobre os direitos humanos. O levantamento mostra que 25% das notícias sobre direitos humanos se relacionam com as questões da violência e da segurança, enquanto temas como a pobreza e a educação estão presentes em índices dez vezes menores nas abordagens jornalísticas. Dessa forma, esse agendamento midiático distorcido da questão tende a contribuir para a cristalização de um imaginário popular de que os direitos humanos estão ligados exclusivamente às questões da criminalidade.

A partir dessas inquietações sobre a mídia e os direitos humanos, ressaltamos o papel de destaque do jornalismo no processo de sedimentação e implementação desses direitos. Assim, é importante conhecer as problematizações e discussões contemporâneas em torno de práticas de jornalismo humanizado, que são também tema central do nosso objeto de estudo nesta pesquisa.

1.5 Jornalismo Humanizado

As reflexões acerca de um jornalismo humanizado acontecem paralelamente a partir de ações profissionais diretas e práticas midiativistas, como os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* que analisamos neste trabalho, e, também, através de problematizações e estudos acadêmicos que buscam analisar e repensar as práticas jornalísticas contemporâneas. Assim, para entendermos os estudos correntes sobre o jornalismo humanizado, partimos do conceito de Humanismo e de como este vem alterando o pensamento social desde o fim da Idade Média. Nossas reflexões acerca do Humanismo estão baseadas nos estudos do professor Jorge Kanehide Ijuim (2012), um dos principais pesquisadores sobre jornalismo humanizado no Brasil.

O surgimento do movimento humanista, também conhecido como Renascimento, representou no século XV um primeiro rompimento com os ideais da Idade Média e foi a base para os pensamentos sociais da Modernidade em uma atitude antropocêntrica. Ao longo dos anos, esse pensamento humanista sofreu modificações e novas vertentes surgiram até chegarmos ao Humanismo Universalista que baseia nossas reflexões sobre a humanização do jornalismo.

O Humanismo Clássico, dos séculos XV e XVI, buscava romper com a ideia medieval teocêntrica, apresentando uma nova visão sobre o homem e sua racionalidade. Este passou a ser considerado o novo “centro” do universo e das discussões filosóficas correntes, através de pensamentos como o de René Descartes, baseado na ideia do “penso, logo, existo”. O pensamento moderno com a influência humanista se consolidou ao longo do século XVI, através dos desenvolvimentos científicos experimentados na época, em consonância com os ideais iluministas e com a busca por uma socialização do conhecimento.

Já no fim do século XIX, o Humanismo Marxista buscava uma libertação do homem de todas as formas de opressão e alienação. Para Marx, o pensamento moderno apresentava uma contradição latente, pois os ideais capitalistas e burgueses formavam um homem egoísta, sem senso coletivo. Assim, essa corrente humanista buscava repensar a sociedade a partir do

materialismo histórico e defender a ideia de que todos os seres humanos são cidadãos e que o pensamento humanista deve pensar na coletividade.

Essas reflexões impulsionaram o chamado Humanismo Universalista no fim do século XX e início do século XXI. Essa corrente se baseia nas discussões e conquistas possibilitadas pelas perspectivas anteriores, mas reconhece e busca sanar algumas limitações das antecessoras. Assim, é importante considerar e respeitar as visões humanistas das mais diversas culturas e povos. Os preceitos do Humanismo Universalista são: o foco central nos seres humanos; a consolidação da igualdade de direitos entre todas as pessoas; a valorização das diversidades pessoal, social e cultural; a busca pelo conhecimento que supere as limitações de uma verdade absoluta; a liberdade das ideias e crenças; e a luta contra a violência. Dessa forma, podemos entender que:

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nos aportes das distintas culturas, não somente daquelas que ocupam um lugar central neste momento; - pensam no futuro, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, acreditam na liberdade e no progresso social; - são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: em etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, nas regiões e nas autonomias; nas ideias e nas aspirações; em crenças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho e na criatividade; - não querem amos; não querem dirigentes ou chefes, nem se sentem representantes nem chefes de nada. Não querem um Estado centralizado, nem um para estado. Não querem exércitos policiais, nem grupos armados que os substituam; - Mas entre as aspirações humanistas e as realidades do mundo de hoje, foi construído um muro. Agora, então, é o momento para derrubá-lo. Isto requer a união de todos os humanistas do mundo. (PULEDDA, 1999 apud IJUIM, 2012, p. 122-123)

Entendemos, a partir disso, que o pensamento humanista contemporâneo busca superar as dores e sofrimentos dos seres humanos na sociedade moderna, vislumbrando um futuro mais igualitário e pacífico. Para isso, alguns costumes da sociedade moderna precisam ser superados, como “crença nas verdades absolutas; sede de poder; intolerância; recusa e ignorância pela cultura do outro; desrespeito ao diferente e às diferenças” (IJUIM, 2012, p. 123). Acreditamos que o jornalismo, como um mecanismo de construção social da realidade, pode desempenhar um importante papel na superação dessas práticas, caso aja em consonância com os pensamentos humanistas, através de uma perspectiva de jornalismo humanizado.

Entendendo o discurso jornalístico como uma prática social que atua ativamente no processo de construção e reconstrução do mundo, é importante refletir acerca dos efeitos causados pelas práticas jornalísticas na sociedade. Valorizando os direitos humanos como

caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, a Federação Nacional do Jornalistas (FENAJ) baseia-se na DUDH para definir uma baliza para os profissionais em suas práticas. Alguns dos deveres expressos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros são, por exemplo:

I – Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

XI – Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

XIV – Combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental ou de qualquer outra natureza. (FENAJ, 2007, p. 1)

Dessa forma, podemos partir do argumento de que todo jornalismo, em sua essência, deveria ser humanizado, seguindo os preceitos do Código de Ética e valorizando os direitos humanos. Entretanto, as discussões acerca de uma prática humanizada de jornalismo sinalizam para a necessidade de mudanças nos modelos tradicionais promovidos, principalmente, pela mídia tradicional.

Nesse caminho, Ijuim (2017), influenciado pelo pensamento de Santos (2007), ressalta que a sociedade brasileira é fortemente marcada por um pensamento eurocêntrico desde o período colonial, mas vigente ainda na contemporaneidade. É baseado nisso que o autor reforça a supremacia elitista no pensamento da sociedade brasileira e, conseqüentemente, na construção das práticas jornalísticas no Brasil. Ele ressalta que “os estigmas e os preconceitos perpassam a mente de grande fatia da sociedade e, por conseqüência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa” (IJUIM, 2017, p. 8-9).

Partindo dessa lógica, podemos entender que a desumanização do jornalismo é uma conseqüência direta do pensamento da modernidade, que muitas vezes traz mais valor para um rigor científico deixando de lado outros tipos de saber e experiências. Moraes e Silva (2019) entendem que a racionalidade moderna é responsável por um pensamento que muitas vezes acaba por ser simplificador ao apreender e explicar os acontecimentos e acaba negando as subjetividades nos processos de significação e compreensão do mundo. Assim, a objetividade, entendida como um paradigma da prática jornalística, pode ser vista como um mecanismo que intensifica a marginalização das diferenças, garantindo uma manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, contribuindo para a desumanização do jornalismo.

Nessa perspectiva, as vozes de grupos minoritários acabam por ser silenciadas, desvalorizadas ou descaracterizadas no âmbito da mídia tradicional. O jornalismo se apresenta como um meio de desumanização quando caricaturiza os seres humanos apresentados, quando ignora a complexidade dos fenômenos sociais e quando não reconhece as experiências e vivências diversas.

O pensamento moderno, ainda que inspirado nos preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, parece ter intensificado as diferenças e discriminado o diferente. Como uma fatia do mesmo bolo social, a imprensa tem reproduzido uma postura que privilegia o fato em detrimento da circunstância, valoriza o espetáculo e menos as dores e os sofrimentos humanos, as consequências e menos as causas. Por essas razões, este tratamento informativo desumaniza as reportagens e, acima de tudo, desqualifica grupos sociais. (IJUIM, 2014, p. 9)

O mesmo autor enfatiza que o jornalismo brasileiro tem suas bases nos modelos europeus, com aspirações positivistas, marcados pela razão e objetividade do pensamento científico. Além disso, a partir do século XX as influências dos modelos jornalísticos norte-americanos fizeram predominar no Brasil “um jornalismo mais ágil, compacto, que privilegia mais a explicação que a compreensão” (IJUIM, 2020, p. 100).

A partir dessas influências, a mídia tradicional brasileira passou a se caracterizar por um posicionamento que valoriza e espetaculariza os fatos e suas consequências, deixando de lado as circunstâncias e causas, ignorando, muitas vezes a dor do outro (IJUIM, 2014). O foco exclusivo no fato pode ser, muitas vezes, reducionista, dificultando a compreensão das pessoas sobre os acontecimentos e sua relevância na sociedade.

O autor explica que o trabalho jornalístico que pretende auxiliar seu público a compreender os fenômenos sociais precisa ter um compromisso com a contextualização da informação em nível histórico, social, econômico etc. (IJUIM, 2020). Dessa forma, esse conteúdo jornalístico deve ir além do simples relato e explicação dos acontecimentos, apresentando uma contextualização que proporcione reflexões acerca dos aspectos morais, das causas que levaram a tais fatos e dos desdobramentos dos fenômenos sociais.

O reducionismo das notícias, quando relacionado aos grupos minoritários, pode representar uma forma de estigmatização dessas pessoas e de banalização e desmerecimento das lutas que tais grupos desempenham historicamente. Portanto, é necessário que o jornalismo seja tolerante às diferenças e busque um diálogo efetivo com as diversidades. Uma forma possível de solucionar esse problema é o aprofundamento das narrativas apresentadas nos discursos jornalísticos.

Construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenômenos sociais. Para as narrativas contextualizadas há que se contemplar os nexos, as significações desejadas à audiência, de modo que as pessoas percebam os sentidos das mensagens às suas vidas. Em suma, construir narrativas implica que o jornalista necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los – visando justamente a requerida transformação. (IJUIM; SARDINHA, 2009, p. 157)

As reflexões e problematizações recentes em torno de uma proposta de jornalismo humanizado também partem de um entendimento de que o papel dos jornalistas¹⁰ vai além do informar, narrar um fato e contar histórias. Esses profissionais atuam constantemente no processo de construção e reconstrução da realidade social (IJUIM; SARDINHA, 2009). Assim, devem construir textos verossímeis que só são possíveis ao se extrapolar as vozes das fontes oficiais e ouvir as pessoas comuns. Cabe ao repórter ter uma atitude proativa para aprofundar as pautas e trabalhá-las de forma mais humana e menos estereotipada, valorizando a sua própria subjetividade, suas vivências no processo de apuração e, principalmente, a subjetividade de suas fontes.

Assim, uma vertente que pensa em um jornalismo humanizado busca a valorização dos seres humanos durante todo o processo de construção do discurso jornalístico. As pessoas representam, para esses autores, o ponto principal de partida e de chegada de toda prática jornalística que busca ser humanizada e humanizadora, visto que o jornalista estará sempre lidando com pessoas, ouvindo suas histórias e contribuindo para a sua percepção do mundo e da realidade social.

Ao retratar questões delicadas, polêmicas ou, muitas vezes, vistas como tabus, principalmente envolvendo grupos minoritários ou questões sociais, muitos jornalistas se preocupam mais com abordagens de estilo e buscam dar grande destaque para o detalhamento de personagens, locais ou acontecimentos e acabam esquecendo do impacto humano que suas produções podem causar. Esse tipo de narrativa é, muitas vezes, reducionista em relação às problemáticas sociais e acaba por fazer julgamentos e reforçar preconceitos e estereótipos desses grupos que já são historicamente marginalizados pela sociedade. Indo na contramão dessa proposta, um relato jornalístico humanizado visa quebrar preconceitos e compartilhar valores e sentidos que vão ao encontro aos direitos humanos (MONTIPÓ, 2011).

¹⁰ Cabe destacar aqui a importância dos veículos de comunicação no processo de humanização do jornalismo, visto que a maioria dos profissionais está diretamente ligada aos conglomerados de mídia.

A desumanização no jornalismo tradicional começa, muitas vezes, já na concepção da pauta a ser trabalhada (IJUIM, 2012). Esta costuma vir cheia de convicções e crenças cristalizadas, vistas como certezas que se buscam confirmar e reforçar durante a apuração, fazendo com que a pauta deixe de ser um instrumento de apoio e passe a ser o objetivo final do repórter. Isso dificulta a abertura do jornalista para enxergar outras realidades, entender os impactos dos acontecimentos no tempo e no espaço e estabelecer um diálogo humanizado com as pessoas envolvidas.

Esse procedimento, de acordo com o autor, demonstra, além da linha editorial do veículo, o pensamento de uma parcela da população que utiliza desse tipo de produção para reafirmar discursos preconceituosos. Assim, “a carga de preconceitos e o reforço de estereótipos, entre outras mazelas, são insistentemente inculcados na audiência de modo a intensificar a intolerância e o desrespeito ao diferente” (IJUIM, 2012, p. 125).

Com isso, podemos dizer, de maneira geral, que a desumanização do jornalismo tradicional ocorre, principalmente, ao caricaturar os seres humanos, ao ignorar a complexidade dos fenômenos sociais e ao não reconhecer e valorizar as vozes e vivências diversas (IJUIM, 2017). Para buscar uma humanização, segundo Ijuim e Valentini (2021), é necessário garantir a dignidade ética das pessoas, o que só é possível através da empatia, buscando reconhecer a dor do outro, dialogando com os diferentes e defendendo os direitos humanos através do discurso jornalístico.

Baseado nessas reflexões e problematizações, entendemos que a humanização do jornalismo pode emergir de atitudes de jornalistas que se propõem a repensar suas práticas profissionais, desde a concepção da pauta, passando pela leitura desta, a abertura para se enxergar o mundo pelos olhos do outro em um processo de apuração que não busca confirmar crenças enraizadas até a finalização de um texto que se propõe a dialogar e respeitar as diferenças.

Em sua relação com o mundo o jornalista esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo, de empatia, de solidariedade às dores universais. Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de julgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador. (IJUIM, 2012, p. 133)

Portanto, as possíveis mudanças necessárias para a humanização do jornalismo tradicional passam por um aperfeiçoamento ético e estético dos profissionais (IJUIM; SARDINHA, 2009). O aspecto ético representa uma conscientização e uma nova visão de mundo que de fato enxergue as diferenças. Já o fator estético visa transcender a técnica e colocar em prática a empatia e a solidariedade através de narrativas criativas e contextualizadas, baseadas em uma maior capacidade de observação e percepção que demonstrem o protagonismo das pessoas nos acontecimentos da sociedade.

Essas atitudes dialogam com as práticas midiativistas que discutiremos a seguir. Podemos perceber que as práticas de humanização do jornalismo estão partindo, também, de grupos ativistas que através de suas ações buscam construir novas alternativas de comunicação, além de lutar por mudanças no sistema midiático e social. Tais práticas, como os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* que analisamos neste trabalho, geram expectativas promissoras em relação à humanização do jornalismo e, por isso, vêm ganhando destaque crescente na sociedade e nos debates acadêmicos.

2. PROBLEMATIZAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE MEDIATIVISMO

Neste segundo capítulo da nossa dissertação, enfatizaremos a discussão sobre midiativismo, um fenômeno social da contemporaneidade que contempla as influências da lógica midiática nas ações de ativismo. Para tanto, buscamos estabelecer formulações conceituais a partir do diálogo com outros pesquisadores que se dedicam a investigar esse fenômeno, principalmente no âmbito das teorias sociais. Acreditamos que o conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, que tomamos por objeto de análise desta pesquisa, trata-se de uma produção de cunho midiativista. Para que possamos endossar essa ideia inicial, pretendemos aqui identificar as discussões correntes em torno desse fenômeno, explicitar o percurso teórico que percorremos para chegar a esse entendimento do nosso objeto enquanto uma prática midiativista e problematizar as propostas conceituais em desenvolvimento.

Dessa forma, partiremos de uma problematização sobre o processo de midiatização, pois entendemos que este é um fenômeno mais amplo e complexo da sociedade contemporânea que possibilita o desenvolvimento do midiativismo. Além disso, para que possamos aplicar melhor as formulações conceituais, precisamos entender algumas arestas e referências as quais esse fenômeno remete. Portanto, discutiremos brevemente sobre os conceitos de ativismo, mídia alternativa e mídia livre.

2.1 Considerações sobre Midiatização

Ao tratarmos do fenômeno social do midiativismo, pode se fazer uma rápida associação entre este e ação da internet e sua capacidade de produção e disseminação de conteúdo, visto que grande parte das produções midiativistas são produzidas e/ou veiculadas no meio on-line. De fato, a internet é um importante mecanismo facilitador para as práticas midiativistas contemporâneas, mas estas não podem ser minimizadas a apenas uma consequência direta do advento da internet ou um processo exclusivo das redes on-line. É importante entender o midiativismo como um acontecimento social, reflexo de uma sociedade que passa por uma mudança de paradigmas, diante de um processo de midiatização.

Em nosso trabalho, baseados em pesquisadores como José Luiz Braga (2007; 2012), Antônio Fausto Neto (2008) e Stig Hjarvard (2014), compartilhamos da perspectiva de que vivemos atualmente inseridos nessa sociedade de midiatização. Essa visão parte do

entendimento de que as mídias modificaram radicalmente os modos de ser e se relacionar no mundo contemporâneo.

Dessa forma, a midiaticização da sociedade não se refere apenas aos avanços tecnológicos, mas trata-se de um fenômeno mais complexo. Tais avanços são importantes, mas não podemos reduzir o processo interacional à tecnologia e excluir seu aspecto mais importante: o social. Além disso, é notório que as tecnologias se desenvolvem justamente porque as pessoas as utilizam a partir de motivações interacionais (BRAGA, 2012).

A midiaticização modifica a relação entre a mídia e a sociedade através de um processo de interdependência e influência mútua. Como explica Hjarvard (2014), essa nova relação afeta as estruturas tanto da mídia quanto da sociedade, que passam a se desenvolver baseadas nessa relação. Assim, a sociedade contemporânea passou a se organizar e se estruturar a partir de uma cultura e de uma lógica midiáticas marcantes e influentes que passam a influenciar a maneira como as pessoas se comportam no mundo e como se relacionam umas com as outras.

A cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade. Nestas condições, as mídias seriam o lugar (...) em que no plano da sociedade global ter-se-ia o “trabalho” sobre as representações sociais. As mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais. (FAUSTO NETO, 2008, p. 93)

Ao tratar dessa sociedade midiaticizada, o foco não é concentrar os esforços nos estudos dos meios e das mídias em si, mas entender como estes modificam e/ou interferem na organização social. Assis (2006) considera que a midiaticização representa uma penetração das mídias no cotidiano, possibilitando a criação de um ambiente social midiaticizado. Dessa forma, seria também através da comunicação e influência das mídias que as pessoas passam a experimentar o mundo, desenvolver vínculos sociais e constituir as próprias identidades. Braga (2012) corrobora essa ideia, partindo da premissa de que a midiaticização gera um atravessamento dos campos sociais, modificando as práticas e reflexões que as áreas estabelecem em interação umas com as outras. Seguindo essa influência, os processos de interação social passam a se constituir de acordo com uma lógica da mídia, que não pode ser ignorada nas pesquisas contemporâneas.

Para Aquino Bittencourt (2018), ao se falar de midiaticização é importante destacar o componente humano que age ativamente nesse processo. Assim, o conceito de midiaticização vai além de uma percepção da influência da mídia nos demais campos sociais, é necessário

“compreender como os indivíduos utilizam o aparato comunicacional de múltiplas formas, reconfigurando, assim, a formação dos campos e as relações entre eles” (AQUINO BITTENCOURT, 2018, p. 179). Portanto, o papel dos sujeitos que se propõem a desenvolver ações de midiativismo é primordial para o desenvolvimento deste, tanto em uma visão prática quanto teórica.

É a partir desse atravessamento de campos sociais e das ações desses sujeitos que passamos a perceber e entender o fortalecimento das práticas midiativistas que nos propomos a investigar, visto que nessa inter-relação a mídia serve ao ativismo ao mesmo tempo em que o transforma, assim como transforma as práticas e interações sociais. Nessa perspectiva, podemos entender, concordando com Braighi (2016), que a encenação do discurso ativista seria fortemente atravessada pelos intentos do campo midiático de modo a se intensificar e se reformular de acordo com as novas configurações possíveis.

2.2 Considerações sobre Ativismo

O ativismo¹¹, na conceituação de Jordan (2002), possui um forte comprometimento com a democracia, visando possibilitar que a diversidade, em suas múltiplas perspectivas, seja aceita e possa ser expressa na vida social. Na visão do autor, o acesso e a apropriação da mídia por parte da sociedade são essenciais para que a democracia se concretize, de fato. Entendemos essa situação como um forte ponto de tensionamento contemporâneo, visto que vivemos em contexto de aparente democracia, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação a uma verdadeira apropriação da mídia pelo povo.

De um modo geral, baseados nos pensamentos do referido autor, podemos entender que a prática do ativismo se baseia em uma transgressão do presente, realizada por sujeitos que compartilham sentimentos comuns em relação a uma determinada questão social. Esses atores se unem com o fim de alterar uma dada conjuntura pública em prol das lutas identitárias e dos direitos das minorias, visando um futuro mais justo e solidário para todos. O autor enfatiza que “o que o ativismo oferece é uma visão ampla, radical e revolucionária do que precisa ser mudado no nosso mundo atual e do que pode ser melhor em um mundo futuro” (JORDAN, 2002, p. 154, *tradução nossa*¹²).

¹¹ Jordan (2002) desenvolve a terminologia “Activism!” para problematizar o conceito. Neste trabalho, não adotamos a terminologia, com o uso do sinal de exclamação, adotada pelo autor, mas agregamos as discussões levantadas por ele às nossas discussões, para embasar nosso entendimento do que pode ser o ativismo.

¹² No original: “What activism! offers is a broad, radical and revolutionary vision of what must be opposed in our existing world and what might be loved in a future one.” (JORDAN, 2002, p. 154).

Através do ativismo, reforça-se uma maneira de ser na sociedade, baseada em uma ética ativista que está em constante desenvolvimento, devido aos diversos sujeitos ativistas em atuação com diferentes projetos e identidades. De maneira geral, dialogando com Jordan (2002), podemos entender essa ética ativista como um foco no respeito à diversidade, alcançado através de um engajamento político e social coletivo. A solidariedade e o combate às opressões se tornam a força maior na busca por mudanças sociais e na construção de uma sociedade mais justa. Além disso, há uma valorização das pequenas ações tanto quanto atitudes mais amplas.

Visto isso, também é importante entender que as práticas ativistas são realizadas por pessoas e movimentos diferentes com os mais variados objetivos centrais, de modo que, para entendermos o ativismo como um todo, é necessário um olhar mais amplo sobre as ações dos mais diversos sujeitos ativistas.

Ademais, conforme mencionamos anteriormente, é imprescindível considerar que as lógicas e culturas midiáticas exercem um papel de força e influência nas práticas de ativismo, que passam a se reconstruir nessa nova sociedade em que estão inseridas. Parte dessa reflexão o nosso esforço para entender de que forma se estruturam e como funcionam as práticas chamadas de midiativismo. Contudo, para entender melhor essas práticas, é importante refletir sobre outros dois conceitos que dialogam com o midiativismo, mas possuem suas particularidades – mídia alternativa e mídia livre.

2.3 Considerações sobre mídia alternativa e mídia livre

A noção de mídia alternativa, como o próprio nome sinaliza, nos remete à ideia de uma alternativa em relação a algo que já existe, neste caso, a grande mídia tradicional. Esta última pode ser entendida como o uso dos veículos de comunicação tradicionais, seguindo um modelo empresarial tradicional de comunicação, tendo fortes interesses econômicos e marcada pela concentração nas mãos de um pequeno grupo de pessoas e com um grande alcance no país. Assim, a mídia alternativa buscaria apresentar novas perspectivas e novos pontos de vista sobre os usos da mídia.

No mesmo sentido, ao se falar de mídia livre, implica-se uma outra mídia cuja liberdade não se demarca como uma característica principal, também fazendo referência aos modelos de comunicação tradicionais, os quais nos dedicaremos a discutir antes de tratarmos dos conceitos de mídia alternativa e mídia livre.

A mídia convencional segue uma estrutura de caráter comercial e empresarial, reafirmando “um discurso formatado, dominante e consoante com o *status quo*” (SANTANA;

MARI, 2018, p. 221). Através desse modelo de comunicação que se baseia na separação bem definida das instâncias de produção e de recepção, as mídias tradicionais mantêm uma lógica de poder que exerce grande influência no pensamento coletivo.

Ao tratarmos da mídia convencional, podemos perceber que algumas características marcantes do próprio modelo midiático, elencadas por Eliara Santana e Hugo Mari (2018) a partir dos estudos de Teun van Dijk, atuam para fortalecer esse sistema de hierarquia e poder da grande mídia. A construção e reafirmação de imaginários sociodiscursivos serve para influenciar ou manipular a visão da sociedade sobre o mundo e os acontecimentos. O discurso da grande mídia atua através de uma máquina de informar (CHARAUDEAU, 2006), na qual há uma valorização da notícia enquanto um discurso transparente e reproduzidor de uma verdade absoluta ou de um retrato fiel da realidade. Essa prática de busca por uma verdade cristalizada e objetiva acaba por ignorar que os fatos podem ser percebidos a partir de diferentes perspectivas. Com isso, vozes ou discursos dissonantes podem ser silenciados e desacreditados em detrimento da construção de uma visão de mundo massificada.

Podemos destacar que a imprensa também se insere em um círculo de grupos dominantes que possuem grandes forças políticas e econômicas. Esses grupos visam uma manutenção do *status quo* de modo a retroalimentar esse ciclo de poder na sociedade. Além disso, ao se valer de preceitos como a neutralidade e a objetividade, a grande mídia consegue mascarar opiniões e juízos de valor, de maneira a vendê-los como única verdade, persuadindo o público a compartilhar desses pensamentos.

Dessa forma, a ideia de mídia alternativa surge para nomear as propostas de produção de comunicação em uma perspectiva diferente dos meios tradicionais e conservadores. Peruzzo (2009) destaca que as práticas alternativas de comunicação são diversas e se modificam de acordo com o contexto sócio-histórico no qual emergem. Nesse sentido, Folleto (2018) explica que o conceito ganha força a partir dos anos 1970, com as produções de operários, grupos marginalizados, movimentos sociais e, principalmente, na resistência aos governos militares ditatoriais nos países da América Latina. Baseado em Atton (2009), o autor entende que as mídias alternativas se caracterizam pela presença maciça de cidadãos comuns, sem grande preocupação com a profissionalização e sem alto apoio financeiro ou influências mercadológicas.

Braighi (2016) entende que a mídia alternativa atua como um conceito mais geral que abarca diversas formas de produção midiática em oposição aos modelos tradicionais. Apoiado nas discussões de Rendeiro (2003), o autor explica que a mídia alternativa é fortemente marcada pelo caráter de experimentação, pela ausência de preocupação com a imparcialidade, visto que

esta possui um forte viés questionador. A ausência de patrocinadores ou de relações com grupos em posição de poder permite ainda que essa vertente midiática aborde temas que, muitas vezes, são vistos como tabus e acabam sendo negligenciados pela grande mídia.

Ainda baseado em Rendeiro (2003), Braighi (2016) explica que as mídias alternativas costumam valorizar as vozes marginalizadas e buscam um envolvimento mais próximo e direto com as comunidades, de modo que haja uma troca efetiva. Assim, estabelece-se uma linha tênue entre quem são os escritores, leitores e produtores, linha essa que pode ser facilmente quebrada ou apagada. Além disso, a estrutura desses grupos é mais horizontal, buscando reduzir as hierarquias e fomentar um caráter de participação e proatividade. Com isso, em síntese, podemos dizer que:

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (PERUZZO, 2009, p. 132)

Já quando tratamos de mídia livre, temos um vocábulo que evoca a ideia da liberdade de expressão, fortemente associada ao jornalismo desde seus primórdios. No entanto, a definição de mídia livre como um conceito, baseado em teorias e pesquisas do campo da comunicação, tem origem na década de 1980, remetendo às ideias da cultura livre e do movimento do *software* livre, liderado pelo programador Richard Stallman. Tal movimento defendia, no âmbito da programação, liberdades para acesso aos códigos, execução, estudo, modificação e distribuição de programas visando um benefício coletivo. Dessa forma, a mídia livre passa a ser uma propagação dessas ideias no contexto do campo midiático (FOLETTTO, 2018).

Braighi (2016) defende que a mídia livre representa ações independentes que buscam democratizar os processos comunicativos, de modo a garantir acesso à informação e conhecimento para todos. Assim, o cerne do movimento seria a democratização da comunicação e o acesso à informação, com as demais causas sociais emergindo em consonância com esse objetivo primeiro.

A partir dessas considerações, podemos entender que as ideias de mídia alternativa e mídia livre podem dialogar diretamente com a perspectiva do midiativismo que pretendemos abordar. Contudo, não podem ser tomados como sinônimos. Braighi e Câmara (2018) apontam

que o midiativismo e a mídia alternativa estão alinhados em seus propósitos, mas o primeiro apresenta algumas particularidades com as quais trabalharemos a seguir. Já em relação à mídia livre, o midiativismo também tangenciaria as pautas de democratização da comunicação, mas não teria nestas seu foco exclusivo e específico. O midiativismo atuaria em consonância com as demandas e práticas da mídia livre, no entanto, aproximaria esse comportamento a uma luta em defesa de causas sociais, principalmente voltadas aos direitos das minorias. Esses objetivos seriam desenvolvidos “por intermédio de uma informação que transforma, que abre a caixa preta, que explana, ilustra e elucida, que desnuda” (BRAIGHI, 2016, p. 106).

2.4 Problematizações acerca do midiativismo

Nessa seção nos dedicamos a discutir o fenômeno do midiativismo, muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa. A princípio, buscamos perceber onde estão circulando as discussões acerca do midiativismo e qual é o foco destes trabalhos, de modo a nos inserir nessas problematizações a partir de uma visão da Análise do Discurso. Também refletiremos aqui sobre a importância dos movimentos sociais e coletivos midiáticos para a emergência de práticas midiativistas no Brasil, sobretudo a partir da série de manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013. Com esse embasamento, passaremos a apresentar as formulações conceituais circulantes que guiam o nosso entendimento sobre o midiativismo e nos permitem entender o conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* que analisamos nesta pesquisa como uma ação midiativista.

2.4.1 Mapeamento de estudos sobre o fenômeno do midiativismo

Buscando entender como se configuram os estudos atuais acerca do midiativismo e, principalmente, como estes se inserem no campo dos estudos discursivos, além de analisar as perspectivas de circulação da nossa pesquisa, realizamos uma pesquisa de estado da arte¹³. Tomamos como referência o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e inserimos como chave de busca o termo “midiativismo”. No Catálogo da Capes obtivemos 25 publicações como resultado da busca, enquanto na

¹³ Nossa pesquisa de estado da arte foi realizada em setembro de 2020 e, posteriormente, atualizada em março de 2021, durante o processo de finalização da nossa dissertação.

Biblioteca Digital Brasileira foram encontradas 10 publicações, sendo 8 delas comuns às duas pesquisas e apenas 2 inéditas.

Dentre os 27 resultados encontrados, após uma avaliação inicial, percebemos que 8 deles não tratavam, de fato, sobre midiativismo, mesmo tendo aparecido como resultado nos mecanismos de busca. Portanto, seguimos nosso trabalho de estado da arte com 19 publicações, sendo 5 teses e 14 dissertações. A grande maioria dos trabalhos, 12 deles, vieram de programas de pós-graduação da área de comunicação, sendo os outros trabalhos das áreas de administração (1), ciência política (1), crítica cultural (1), linguística aplicada (1), estudos de linguagem (2) e apenas um trabalho oriundo da área de estudos linguísticos, com foco em Análise do Discurso, dialogando diretamente com a nossa pesquisa.

Outra observação que nos chamou a atenção foi o grande número de pesquisas sobre midiativismo relacionadas com coletivo midiáticos, com destaque para a *Mídia Ninja*, e também com as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013. Por isso, dedicaremos uma breve seção deste capítulo para tratar dessa questão, na qual discutiremos sobre a importância dos movimentos sociais e coletivos midiáticos para o crescimento das práticas midiativistas.

Também é importante observar o crescimento desse tipo de pesquisa nos últimos anos, visto que o primeiro resultado de nossa busca data de 2012. Além disso, é perceptível que a maioria das pesquisas, 17 delas, foram concluídas nos últimos 5 anos. A partir disso, interessamos entender de onde vem e como estão ocorrendo as discussões em torno do midiativismo nos últimos anos.

No âmbito da administração, Tavares (2015) abordou o midiativismo em sua tese a partir das diferenças de abordagens de canais da mídia tradicional com canais de mídia alternativa. O autor estuda a importância das redes sociais virtuais como um espaço e uma ferramenta de organização e gestão de ações midiativistas realizadas por movimentos sociais.

No campo da Ciência Política, Alves (2018) trata do fenômeno em sua dissertação, *O midiativismo ninja: mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva*. Em sua pesquisa, ele se baseia nas discussões sobre midiativismo para investigar como se caracteriza o ativismo do grupo *Mídia Ninja* a partir das transmissões ao vivo publicadas no Facebook.

Jesus (2015) tangencia a questão do midiativismo a partir de um ponto de vista da crítica cultural. O trabalho trata da apropriação tática da tecnologia como expressão política de coletivos como a *Mídia Ninja* nas manifestações ocorridas nas ruas do Brasil em 2013. O foco da pesquisa são as disputas simbólicas dos sentidos propiciados por esses eventos, entendidos como uma prática de midiativismo, mesmo sem se aprofundar na conceituação.

Na área de Linguística Aplicada, a tese de Gargioni (2019) tem um foco no impacto da apropriação tecnológica por sujeitos indígenas em suas identidades e representações. A pesquisa trata do fenômeno do midiativismo para contextualizar seus estudos, buscando aproximações com um outro conceito, o de etnomídia.

Dois dos trabalhos encontrados vêm do campo de Estudos da Linguagem. O primeiro, de Aragão (2013), aborda o midiativismo a partir da perspectiva dos movimentos sociais, com um caráter de crítica à mídia convencional e se aproximando dos conceitos de mídia alternativa, comunicação comunitária e mídia radical. Enquanto o outro, de Simeão (2019), faz uma análise da página do Facebook da *Mídia Ninja*, se apropriando do midiativismo para caracterizar o coletivo e parte desse ponto para uma análise que investiga as estratégias de legitimação e silenciamento nas redes sociais na internet.

A área da comunicação concentra a maioria das dissertações e teses encontradas, totalizando 11 trabalhos. Maciel (2012) e Lima (2017) buscam estabelecer uma associação do conceito às novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). O primeiro foca no ativismo político, pensando nas relações entre os meios de comunicação e as lutas sociais. O segundo trabalho busca investigar como as NTICs e a relação entre os ambientes on-line e offline interferem na materialidade das coberturas ao vivo de manifestações.

Também no campo dos estudos da comunicação, Brito (2018) aborda o midiativismo a partir de uma rádio on-line com enfoque exclusivo no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro. O pesquisador analisa como a lógica midiativista presente na prática de tal rádio contribui para a circulação, consumo e manutenção da cultura das escolas de samba e de que maneira as ações midiativistas desse veículo funcionam como uma resistência à mídia tradicional.

Os demais trabalhos comunicacionais apresentam relação com as manifestações de junho de 2013, com a *Mídia Ninja* ou com ambos elementos. Alguns trabalhos trazem olhares diferentes para as jornadas de junho de 2013: Santos (2015) foca na atuação de um site da Baixada Fluminense, enquanto Silva (2015) compara vídeos ativistas da década de 1980 e coberturas ao vivo dos eventos de 2013. Já Guimarães (2016) busca entender como a cobertura dessas manifestações poderia impactar o jornalismo tradicional.

Almeida (2015) e Ellwanger (2017) abordam as mesmas manifestações de 2013, mas analisando a abordagem da *Mídia Ninja* e fazendo paralelos com a mídia tradicional. O primeiro vê as coberturas como uma resistência ao modelo consagrado de jornalismo e busca analisar as tensões entre o jornalismo corporativo e as práticas de mídia livre. Já o segundo trabalho

objetiva analisar e comparar os enquadramentos, silenciamentos e esquecimentos nas narrativas produzidas pela *Mídia Ninja* e pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo.

Além disso, também identificamos trabalhos na área de comunicação com foco direcionado à atuação do coletivo *Mídia Ninja*, sem focar as jornadas de junho. Rodrigues (2016) busca entender e comparar as premissas e rotinas do grupo às práticas jornalísticas convencionais. Diogo Santos (2019) investiga as estratégias utilizadas pelo grupo para possibilitar uma construção de sentido de repressão policial e de um sentimento de indignação a partir de suas narrativas ao vivo. O trabalho de Bergami (2019) analisa a atuação do núcleo *Ninja ES* na cobertura jornalística desenvolvida por esse grupo nas ocupações das escolas secundaristas no Espírito Santo em 2016. Já Andrade (2020) investiga o engajamento dos membros da *Mídia Ninja* no coletivo como uma prática midiativista a partir de uma visão da Sociologia das Emoções.

Por fim, o único trabalho encontrado que se insere na área de Análise do Discurso é a Tese de Doutorado de Antonio Augusto Braighi (2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG) e intitulada *Análise do Discurso Midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja*. O pesquisador também se propõe a analisar o coletivo *Mídia Ninja*, reconhecendo este como um dos primeiros grupos a fomentar articulações midiativistas. Na tese, ele faz uma análise das condições de produção do discurso do grupo nas manifestações de 2013 e 2014, buscando compreender o lugar que tal coletivo ocupa no regime discursivo midiático da contemporaneidade brasileira. Ainda, com suas discussões, o autor se propõe a auxiliar na definição de um conceito de midiativismo, mesmo que este ainda não seja algo totalmente fechado, visto que o fenômeno do midiativismo está em pleno desenvolvimento.

Como podemos perceber, os estudos acerca de práticas midiativistas ainda estão em fase inicial, por isso é importante a produção de novas pesquisas colaborando nessa área de conhecimento. Nessa perspectiva, os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET de Minas Gerais, Antonio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa e Marco Túlio Câmara (2018), organizaram o e-book *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática*, reunindo 51 artigos de pesquisadores que se propõem a pensar esse conceito emergente a partir de questões teóricas e práticas. O e-book traz as visões sobre o midiativismo de pesquisadores de diversas áreas inscritas nas Ciências Humanas (Estudos da Comunicação, da Análise do Discurso, da Filosofia Política, entre outras). Em nossa pesquisa, também nos apoiamos em alguns desses artigos como referencial teórico que embasarão nossas discussões

acerca do midiativismo em uma perspectiva dos estudos discursivos, mais particularmente da Análise do Discurso.

2.4.2 Movimentos sociais, coletivos e as manifestações de junho de 2013

Visto esta contextualização, gostaríamos de ressaltar a importância dos movimentos sociais nas práticas midiativistas, pois estes possuem um potencial histórico de mobilização da sociedade em torno de pautas sociais relevantes. O termo “movimentos sociais” é utilizado para se referir a grupos “de articulação da sociedade civil constituídos por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e que se organizam para reivindicá-los” (PERUZZO, 2018, p. 50). Essas organizações articulam ações que visem sanar os problemas que vivenciam ou buscar respostas governamentais em relação a essas demandas.

Os movimentos sociais são reconhecidos por amplificar as vozes e manifestações de sujeitos que se reúnem em torno de causas afins. Dessa forma, as manifestações desses grupos passam a ter maior repercussão e maiores chances de despertar a atenção da sociedade e do poder público, visando a resolução de problemas e a conquista de direitos sociais (GOHN, 1995). A atuação dos movimentos sociais tem um caráter sociopolítico, visando mudar estruturas sociais que privam determinados grupos de direitos igualitários.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44)

Maria da Glória Gohn (2016) também faz problematizações quanto às diferenças existentes entre os movimentos sociais e os contemporâneos movimentos coletivos. De acordo com a pesquisadora, os movimentos sociais são mais estruturados, apresentam uma identidade mais coesa e definida, além de possuírem um determinado projeto de vida que motiva a sua existência, apoiado nas demandas e construções sociais. Já os coletivos possuem uma organização mais fragmentada e menos estruturada, cujos membros se caracterizam enquanto ativistas que buscam experiências e experimentações, podendo estas serem de caráter

passageiro ou mais permanente. Além disso, os coletivos, diferente dos movimentos sociais, podem ou não desenvolver práticas transgressoras. Isso dependerá de seus objetivos e dos vínculos estabelecidos entre os participantes. Dessa forma, é possível que os coletivos ou alguns de seus membros também se identifiquem e façam parte de determinados movimentos sociais.

Nesse contexto, podemos entender que a midiaticização da sociedade também exerce impacto na formação e organização dos movimentos sociais e dos coletivos, de modo que estes passam a se apropriar das lógicas da mídia tanto de um ponto de vista estrutural e pragmático quanto como pauta para impulsionar debates relevantes socialmente.

[...] tais tecnologias não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação de tais coletivos sociais, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo. Estas passam a se caracterizar com base em uma atuação cada vez mais em forma de rede, pela formação de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores. (MACHADO, 2007, p. 248-249)

Dessa forma, podemos entender que a ampla utilização das tecnologias digitais para organização e comunicação desses grupos pode configurá-los também como coletivos midiáticos, que se valem de sites, redes sociais on-line, aplicativos e demais aparatos tecnológicos para espalhar informação e conectar pessoas em torno de causas e manifestações tanto de ordem virtual quanto de ordem física, nas ruas. Esses coletivos midiáticos se caracterizam por uma apropriação das técnicas e ferramentas digitais por atores sociais desvinculados da mídia tradicional, promovendo uma pluralidade de usos, vozes e perspectivas, criando, assim fluxos, paralelos de informação em relação às mídias massivas (AQUINO BITTENCOURT, 2018).

Nosso levantamento inicial de teses e dissertações acerca do midiativismo nos traz pistas da importância das manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013 para o crescimento e a visibilidade das ações midiativistas no país, visto que essas foram fortemente articuladas e visibilizadas através das mídias sociais. Destacamos que os eventos ocorridos no Brasil em 2013 não são um marco inicial das ações ativistas ou midiativistas no país, mas entendemos este ano como um símbolo no nosso contexto brasileiro, visto que as manifestações de 2013 impulsionaram as discussões sobre o assunto, dentro e fora da academia. Por esta razão, trouxemos esta discussão para o nosso trabalho.

Sobre as jornadas de junho¹⁴ de 2013, Moretzsohn (2014) enfatiza que estas aconteceram em um contexto de um governo que ao longo de dez anos investiu em programas de assistência e combate à pobreza, possibilitando a ascensão social de pessoas antes marginalizadas. Entretanto, também havia um cenário de manutenção dos benefícios para o capital financeiro. Além disso, o contexto é marcado pela proximidade dos megaeventos esportivos a ocorrer no Brasil – Copa das Confederações e Copa do Mundo. O estopim para as manifestações foi o reajuste das passagens do transporte público na cidade de São Paulo, a partir de atos pacíficos organizados pelo Movimento Passe Livre.

A autora acrescenta que uma particularidade dessas manifestações foi o apoio de pessoas de um espectro político mais à esquerda, contrárias aos megaeventos e em luta pela pauta das tarifas de transporte público, bem como de uma parcela conservadora, de um espectro político de direita. Além disso, as manifestações também foram marcadas por ações agressivas de grupos “Black Blocs” que ganharam maior destaque na cobertura da mídia tradicional.

Outra característica de destaque dos eventos de 2013 foi a presença marcante da internet nessas manifestações. A rede serviu como meio de articulação das movimentações, bem como aparato de registro midiático dos atos que se espalharam por todo o país. Coletivos de mídia, como a *Mídia Ninja*, ganharam força e destaque a partir dos registros das Jornadas de Junho de 2013. As ações desses coletivos reforçaram o espaço para a valorização da produção midiática de cidadãos comuns que compartilhavam de valores presentes nas reivindicações dos atos. Da mesma forma, contribuíam para se constituir e disseminar uma outra narrativa daqueles eventos, discordantes dos veículos da mídia tradicional (BRAIGHI, 2016).

A partir dessas considerações, cabe destacar a inegável importância dos movimentos sociais e coletivos midiáticos para os eventos de 2013, que marcaram fortemente as práticas ativistas contemporâneas no Brasil. Em nossa pesquisa, consideramos que a ONG feminista *Think Olga* atua como um movimento social, visto que se constitui como um grupo da sociedade civil, organizado em torno de valores comuns e que atua em uma luta pela garantia de direitos sociais. Além disso, também entendemos que o grupo segue a perspectiva de um coletivo midiático, visto que se apropria dos aparatos tecnológicos para produzir e disseminar conteúdo, bem como trata a pauta da mídia com relevância em suas ações de ativismo.

Sobre a trajetória do coletivo *Think Olga*, este surgiu em 2013 com o objetivo de disseminar discussões sobre a pauta feminista e empoderar mulheres a partir da informação. Atualmente, a missão do grupo é “sensibilizar a sociedade sobre questões de gênero e suas

¹⁴ Nome pelo qual tais manifestações ficaram conhecidas.

intersecções e educar e instrumentalizar pessoas dispostas a serem agentes de mudança na vida das mulheres”¹⁵.

No ano de 2013 foi lançada a campanha *Chega de Fiu Fiu*, voltada para o combate ao assédio sexual em espaços públicos, agregando participação externa e visibilidade para o coletivo. No mesmo ano, foi lançado o projeto *Mulheres Inspiradoras*, que buscava enaltecer trabalhos importantes protagonizados por mulheres e combater a falta de reconhecimento destes em relação às ações lideradas por homens.

Em 2014, o grupo desenvolveu o *Mapa Chega de Fiu Fiu*, uma ferramenta para reunir denúncias de assédio e ajudar a mapear a violência pelo país. Vale ressaltar que o mapa também denunciava o racismo, homofobia, transfobia e outras formas de violência. Outra iniciativa foi o *Entreviste uma Mulher*, um projeto que se propunha a criar um banco de dados de mulheres especialistas em áreas diversas para ser consultado por jornalistas e produtores de conteúdo em suas apurações. No mesmo ano, foi lançado o e-book *Meu corpo não é seu: Desvendando a violência contra a mulher*, tratando dos principais tipos de violência contra a mulher e problematizando a recorrência e a impunidade desses crimes.

No ano de 2015, a campanha *#MeuPrimeiroAssédio* surgiu no *Twitter*, em que mulheres relatavam suas experiências pessoais sobre assédio, muitas vezes ainda na infância. O movimento teve grande repercussão e gerou campanhas semelhantes em outros países. O projeto *Escola de Líderes: Olga Mentoring* buscava auxiliar mulheres empreendedoras através de *workshops* sobre noções de marketing e planejamento financeiro, entre outros. No mesmo ano, a campanha *Manda Prints* foi voltada para o combate ao assédio on-line. Também em 2015, foi lançada a *Cartilha Chega de Fiu Fiu*¹⁶, desenvolvida em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre assédio sexual.

Em 2016, começaram a ser veiculados os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, que analisamos na presente pesquisa. Como apresentado, este é um conjunto de manuais que busca orientar profissionais para uma produção jornalística focada em combater preconceitos e respeitar os direitos humanos, partindo das temáticas da violência contra a mulher, pessoas com deficiência, racismo, estereótipos nocivos, pessoas LGBT, aborto e jornalismo esportivo. Também neste ano foi lançada a campanha *Olga Esporte Clube*, buscando problematizar as barreiras existente para a inserção das mulheres no mundo do esporte.

¹⁵ Disponível na seção de informações sobre o grupo em seu site: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

¹⁶ Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Cartilha-Assedio.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

No ano de 2017, foi lançada o projeto *Yes We Cat*, uma série de entrevistas com mulheres inspiradoras sobre temáticas variadas. Também nesse ano houve a criação do projeto *#ElaFazHistória*¹⁷, em parceria com o *Facebook* e o *Instagram*, focado em impulsionar o empreendedorismo entre mulheres.

Em 2018 foi lançada a série de vídeos *Olga Explica*, tratando de pautas como direitos da mulher, aborto, estupro, pensão alimentícia, profilaxia, violência doméstica, entre outros. Também foi veiculada a segunda temporada da série de entrevistas *Yes We Cat*. Em outra parceria com o *Facebook*, a iniciativa *Conexões que Salvam*¹⁸ visa compartilhar informações sobre segurança on-line e incentivar o desenvolvimento de uma internet mais segura para as mulheres. O coletivo produziu o especial *Mulheres na Política*, através de uma cartilha e de uma série de vídeos, buscando levar informações sobre essa temática. Por fim, ainda neste ano, foi lançado o *Documentário Chega de Fiu Fiu*, contando a história de mulheres que, por meio do ativismo e da arte, propõem formas de resistência e de ressignificação do espaço público para as mulheres.

No ano de 2019 o coletivo buscou avaliar as atividades desenvolvidas nos anos anteriores, reforçar sua equipe e traçar novas metas em relação aos conteúdos produzidos. Além disso, a ONG desenvolveu, em parceria com a empresa *Booking.com*, a cartilha *Mulheres pelo Mundo*, um guia para mulheres que viajam sozinhas.

Em 2020, a *Think Olga* continuou produzindo conteúdo voltado para as questões feministas e de gênero. Além disso, o grupo trouxe um enfoque maior para a situação das mulheres no contexto da pandemia de Covid-19 através da produção do laboratório *Mulheres em Tempos de Pandemia*¹⁹, voltado ao debate desta pauta específica.

Em uma lógica de combate aos discursos de ódio e às representações estereotipadas de grupos minoritários, principalmente as mulheres, o coletivo desenvolve as diversas ações apresentadas, que foram entendidas por nós como práticas midiativistas, por se valer das lógicas midiáticas para ampliar e desenvolver suas ações de ativismo. Uma das propostas da ONG é fornecer espaço para ecoar vozes que são silenciadas pelos modelos convencionais de mídia, produzindo conteúdos que, muitas vezes, não encontram espaço para difusão no modelo tradicional de comunicação. Sobre ativismo midiático, Mendes *et al.* (2018) argumentam que:

A lógica simbólica constitutiva do discurso midiático, que deveria ser marcada pelos valores da responsabilidade e da credibilidade da informação e da

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/business/elafazhistoria>. Acesso em: 28 mar. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.conexoesquesavam.com/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

opinião a serviço da sociedade e do exercício da cidadania, é problematizada pelas diversas formas de ativismo midiático, que denunciam a falta de transparência, a omissão e a manipulação que caracterizam o poder hegemônico dos veículos midiáticos convencionais de referência. É especialmente o questionamento de uma ética dos valores na construção dos discursos das mídias que tem mobilizado a maior parte da produção midiativista. Os valores da liberdade, da transparência e da pluralidade têm pautado invariavelmente os discursos que reivindicam a legitimidade do ativismo midiático, sob as suas diversas formas de manifestação. (MENDES *et al.*, 2018, p. 137)

Portanto partindo dessas reflexões iniciais, pautadas em acontecimentos marcantes no contexto brasileiro, buscamos a seguir entender quais são as discussões circulantes acerca do midiativismo e, através dos diálogos com diversos autores, explicitar como entendemos o midiativismo neste trabalho.

2.4.3 Busca por uma formulação conceitual

Em termos de registro textual, o termo midiativismo foi originalmente utilizado por Matteo Pasquinelli (2002) para tratar do fenômeno midiático que irrompia com o advento da internet e o crescimento dos fluxos de informação interconectados, possibilitando que diversos atores sociais passassem a se dedicar à gestão da informação. Essa perspectiva se baseia no entendimento de que o conhecimento é um direito de todos e de que os meios de comunicação devem ser assimilados enquanto meios de produção. Assim, os sujeitos midiativistas passavam a agir de maneira política e social em uma luta para que a informação não fosse monopolizada pelos grandes veículos de mídia, através de projetos experimentais e independentes focados na autogestão da comunicação. Nessa primeira percepção do conceito, ele dialoga fortemente com as ideias da mídia livre, porém, especificamente inserido em um contexto de midiatização e advento da internet. Na visão do autor, o midiativismo era um fenômeno global que estava surgindo, com perspectivas de crescimento futuro.

O midiativismo não é apenas um fenômeno social e político, representa um laboratório de inovação e experimentos de meios de comunicação e modelos sociais que veremos desenvolver-se completamente na sociedade do futuro. Vistas as dimensões globais desse fenômeno, não é exagerado considerá-lo como a concepção de uma nova cultura e de uma nova mentalidade. [...] É uma nova atitude, um modelo cultural, uma mentalidade que consideramos central no humanismo do mundo vindouro. Um protótipo mental que hoje vemos apenas em sua forma embrionária, mas que está cheio de potencialidades radicalmente inovadoras, que já vem arranhando a superfície das pirâmides imperiais do poder, dos meios de comunicação e da economia.

Fazer da mídia como metáfora, modelo, reflexo, etapa fundamental da construção social e de todas as formas de ativismo e organização. (PASQUINELLI, 2002, n.p., *tradução nossa*²⁰)

A partir dessa concepção seminal, que previa um desenvolvimento das ações midiativistas no futuro, e também de uma utilização do termo em um senso comum, outros autores se apropriaram e desenvolveram novas discussões acerca do conceito e das práticas que foram surgindo ao longo do tempo. Apresentamos aqui algumas dessas teorizações e visamos nos inserir nesse cenário das discussões acerca do midiativismo a partir de um viés da Análise do Discurso, ainda pouco explorado.

O desenvolvimento desse ambiente social que passa a ser altamente influenciado pela mídia faz com que questões sociais e sujeitos envolvidos com essas causas passem a pensar e agir de acordo com uma lógica midiática. Aquino Bittencourt (2014) considera as mídias como um espaço de potencialidades e limitações para as ações ativistas que precisam se ressignificar nesse novo ambiente midiaticizado. Nessa nova perspectiva, os sujeitos, agora midiativistas, buscam construir e se apropriar de novas lógicas de organização discursiva que potencializem suas ações e causas.

Em relação ao midiativismo, Braighi (2016) reforça a definição da prática a partir da própria nomenclatura, composta por uma espécie de binômio entre mídia e ativismo. Assim, as práticas midiativistas são marcadas pelo contexto da sociedade de midiaticização em que emergem, com um forte viés de valorização da informação, bem como pelo caráter de transgressão solidária que visa à mudança de uma estrutura social, típico do ativismo caracterizado por Jordan (2002). Portanto, midiaticização e ativismo constituem as duas bases interdependentes que norteiam a atuação dos sujeitos midiativistas.

Os pesquisadores canadenses William Carroll e Robert Hackett (2006) sinalizam a pluralidade de causas envolvidas no midiativismo como um fator que dificulta uma definição mais sólida do conceito, que segue em constante desenvolvimento. Além disso, há uma busca por uma conceituação que não limite as possibilidades e experimentações em curso dentro de estruturas que podem ser reducionistas. Para os autores, o movimento que eles chamam de

²⁰ No original: “El mediactivismo no es solamente un fenómeno social y político, representa un laboratorio de innovación y experimentos de medios y modelos sociales que veremos desarrollarse plenamente en la sociedad del futuro. Vistas las dimensiones globales de este fenómeno, no es exagerado considerarlo como la fragua de una nueva cultura y de una nueva forma mentis. [...] Es una nueva actitud, un modelo cultural, una forma mentis que consideramos central en el humanismo del mundo que viene. Un prototipo mental que hoy vemos solamente en forma embrionaria, pero que está lleno de potencialidades radicalmente innovadoras, que ya ha arañado la superficie de las pirámides imperiales del poder, de los medios y de la economía. Hacer medios como metáfora, modelo, reflejo, etapa fundamental del hacer sociedad y de todas las otras formas de activismo y organización.”. (PASQUINELLI, 2002, n.p.)

ativismo democrático de mídia²¹ é uma corrente emergente que visa a uma democratização da mídia a partir esforços por mudanças na atuação, nos conteúdos e nas práticas da mídia tradicional, nas políticas governamentais de regulamentação midiáticas, na construção de mídias independentes, democráticas e colaborativas e na formação de uma audiência mais crítica e questionadora, que deixe de ser vista apenas como um polo receptor passivo.

Devido ao contexto de midiaticização da sociedade, os pesquisadores canadenses reforçam que o ativismo democrático de mídia é constantemente atravessado pelas pautas de diversos movimentos sociais, visto que a mídia exerce um papel fundamental na sociedade e na atuação desses variados grupos. Assim, entendemos que o nosso objeto de estudo está na interface das discussões acerca do ativismo midiático e do midiativismo, como exploraremos mais adiante, principalmente na perspectiva de Alice Mattoni (2013).

Seguindo na compreensão da crítica de mídia, Mazetti (2008; 2018) aborda a visão dos pesquisadores Cardon e Granjon (2003; 2010). Para eles, as práticas midiativistas, por meio da mobilização social, buscam para além das mudanças sociais gerar transformações na mídia, propondo novos dispositivos alternativos de produção e divulgação de conteúdo e informação em confronto à mídia tradicional. Os autores caracterizam esse processo de crítica aos meios de comunicação a partir de duas vertentes, uma chamada de contra-hegemônica e a outra de expressivista.

A crítica contra-hegemônica pauta-se por um viés de preocupações ideológicas e da ordem da economia política dos meios de comunicação. Suas manifestações denunciam a função propagandista da mídia dominante, problematizam a distribuição desigual do fluxo de informação em escala planetária, questionam as alianças da imprensa com o mundo corporativo e lutam contra o cerceamento da liberdade de expressão na profissão jornalística. A perseguição do lucro e o conseqüente sensacionalismo também são alvos prediletos da crítica contra- hegemônica.

[...]

Já a crítica expressivista caracteriza-se por ações coletivas que se organizam a partir do convite para que “[...] os indivíduos dominem os instrumentos de representação e simbolização de suas próprias condições” (CARDON; GRANJON, 2010, p. 20). O tensionamento das dimensões ideológicas da produção midiática dá lugar a questionamentos sobre a assimetria mantida pela mídia em relação a sua audiência. Tanto em relação à mídia dominante, quanto mesmo no âmbito das práticas de contestação, a crítica expressivista rechaça a monopolização da fala por profissionais, porta-vozes ou especialistas. (MAZETTI, 2018, p. 80-81)

²¹ Uma tradução livre para o termo original em inglês, *democratic media activism* (CARROLL; HACKETT, 2006)

Dessa forma, a crítica contra-hegemônica, por ter uma origem nas Ciências Sociais, questiona a maneira como a mídia constrói a verdade e os meios utilizados para gerar possíveis deformações nas representações sociais (MAZETTI, 2008). Além disso, há a defesa de um processo de democratização da comunicação, buscando um balanceamento dos fluxos de informação, o fortalecimento da comunicação pública e uma tentativa de independência em relação ao mercado, para que os produtores de conteúdo informacional tenham mais liberdade para produzir e que o público tenha uma real autonomia nas escolhas por consumo de informação.

De outra maneira, a crítica expressivista almeja uma apropriação coletiva da mídia, questionando a lógica midiática de que o receptor seja um sujeito passivo na produção de informação. Para a crítica expressivista, a diversidade de pontos de vista expressos é mais importante que a objetividade ou a profissionalização (MAZETTI, 2008). Assim, o objetivo dessa corrente passa a ser o de valorizar a capacidade dos sujeitos de se apropriar das mídias como meios de representação social e propagação de ideias e pontos de vista diversos.

Mazetti (2018) ainda ressalta a presença de um caráter tecnofílico no midiativismo, ou seja, há uma grande importância para as mídias em si, as redes, os formatos, as interfaces e os imaginários e desejos criados acerca da mídia. Dessa forma, na contemporaneidade, os meios de comunicação passaram a ser vistos como verdadeiras extensões do corpo humano, estando presentes em praticamente toda a rotina das pessoas. Assim, as práticas midiáticas seriam extensões de um corpo público e social que são reapropriadas pelo sujeito midiativista, com o objetivo de “fazer esse corpo falar”, o que geraria as mudanças sociais que, como falamos, se apresentam como último objetivo das práticas midiativistas.

A pesquisadora italiana Alice Mattoni (2013) também traz grande enfoque no potencial ativista para sua definição do termo. Ela entende o midiativismo a partir de três perspectivas diferentes: o ativismo através da mídia – *activism through the media*; o ativismo na mídia – *activism in the media*; e o ativismo sobre a mídia – *activism about the media*.

O ativismo através da mídia pode ser entendido como um processo de mobilização por parte de cada ativista. Se relaciona com as maneiras e possibilidades que cada sujeito ativista utiliza e se apropria da influência e das lógicas midiáticas, bem como dos dispositivos tecnológicos para atingir seus propósitos e, na maioria das vezes, gerar ações concretas de ativismo. Podemos demarcar como exemplo desse tipo de ativismo a atuação de coletivos que utilizam das lógicas midiáticas para propagar suas ações, divulgar eventos e gerar engajamento

maior no público em geral. Um desses coletivos ativistas é o *Mídia Ninja*²², que surgiu em 2013 e ganhou notoriedade com as manifestações de junho daquele ano. Atuando de forma colaborativa, produz conteúdo que repercute e mobiliza ações realizadas por todo o Brasil.

O ativismo na mídia está relacionado com a percepção da mídia como um espaço para se produzir conteúdo, abordar temáticas relativas às causas ativistas e ganhar um engajamento da sociedade em relação a essas pautas. Além disso, também tem uma perspectiva que busca ecoar vozes que, muitas vezes, são silenciadas pela mídia tradicional. Como exemplo, podemos identificar a página *Quebrando o Tabu*, que se propõe a produzir conteúdo informativo nas mídias sociais, abordando pontos de vista e temáticas que, constantemente, são negligenciados pela grande mídia. Atualmente ela conta com mais de 10 milhões de curtidas em sua página no Facebook²³ e mais de 6 milhões de seguidores no Instagram²⁴.

O ativismo sobre a mídia se refere aos movimentos sociais que entendem a comunicação como um direito humano e percebem a mídia como um campo de ativismo nela própria. Assim, esses grupos lutam por reformas políticas e estruturais em relação à mídia e aos meios de comunicação. Podemos destacar, como exemplo, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC²⁵), que agrega diversas instituições da sociedade na luta contra a concentração econômica da mídia no combate à falta de pluralidade e representação, o enfrentamento dos obstáculos impostos à comunicação pública e cidadã, bem como um trabalho de denúncia das inúmeras violações à liberdade de expressão.

Baseados na reflexão da pesquisadora italiana, entendemos que nosso objeto de análise pode ser entendido como uma intersecção das perspectivas propostas. Os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* funcionam como uma ferramenta com a qual os sujeitos midiativistas potencializam suas ações e buscam mudanças concretas em uma realidade social estabelecida, também atuam como um espaço para a potencialização de discussões relativas às minorias sociais e às lutas identitárias. Além disso, os manuais tomam a mídia e o jornalismo como a pauta de suas ações ativistas, visando mudanças no cenário midiático e jornalístico contemporâneos.

Mattoni (2013) sinaliza que, atualmente, os limites externos do midiativismo vêm mudando, principalmente em relação às questões de produção e difusão de conteúdo. No que remete à produção, é importante destacar que as tecnologias de comunicação e informação estão

²² Disponível em <https://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

²³ Disponível em <https://www.facebook.com/quebrandootabu/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

²⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/quebrandootabu/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

²⁵ Disponível em <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ficando mais acessíveis do que antes, possibilitando que mais pessoas produzam conteúdo. Já em relação à difusão, espaços como os sites de redes sociais viabilizam que as práticas midiativistas circulem por um público maior, em uma dinâmica na qual não é necessário o envolvimento de um grande veículo de comunicação para a ampla propagação de conteúdos e ideias.

Em diálogo com o conceito estabelecido por Mattoni, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (2018) defende que essa definição aponta para o midiativismo como um fenômeno social amplo que acontece em múltiplas frentes, seja por meio de movimentos sociais e organizações não governamentais, seja por grupos independentes e cidadãos que desenvolvem suas práticas de ativismo nessas diferentes perspectivas apresentadas pela pesquisadora italiana.

Seguindo esse pensamento, podemos ressaltar essa importância da figura do sujeito midiativista, que através de um projeto consciente de intencionalidade se capacita em questões técnicas, estéticas e de linguagem a fim de exercer a potencialização que a midiática pode conferir às suas práticas militantes (BRAIGHI; CÂMARA, 2018). É nesse processo de produção de conteúdo e informação com um objetivo final de mudanças em um dado *status quo* que se constroem as práticas midiativistas.

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa. (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 36)

Dessa definição podemos destacar que há um enfoque para o caráter intencional e voluntário nas ações dos sujeitos, partindo de uma ação concreta que busca uma mudança, bem como a valorização da lógica midiática possibilitando a potencialização dessas ações. Há ainda uma afirmação da importância do conhecimento e da informação e de sua divulgação para um público amplo, além da valorização do sujeito midiativista, que se propõe a marcar presença no espaço público e demarcar seu caráter de resistência em relação às causas defendidas.

Meikle (2010), também focado na ação dos sujeitos midiativistas, parte da ideia de que estes, impulsionados pelas potencialidades da internet, não apenas maximizam sua interação, como possibilitam formas de criação colaborativa de ações e práticas ativistas. Essas práticas estão baseadas em quatro aspectos: textos, táticas, estratégias e redes.

Nessa visão, os textos seriam as práticas de ativismo que repensam e subvertem o conteúdo midiático existente levando-os para outros contextos e criando textos híbridos, que visam uma mudança social e cultural. As táticas são as abordagens que objetivam criar novas formas de protesto baseadas na desobediência civil eletrônica, como resistência política e possibilidade de ampliação das ações no ciberespaço. As estratégias se relacionam com a perspectiva das mídias alternativas, visando criar novos espaços midiáticos focados nos sujeitos participantes e baseadas em continuidades e transformações da mídia tradicional aplicadas às finalidades ativistas. Por fim, as redes se constituem dos usos de *softwares* de fonte aberta e experimentações midiáticas para desenvolver ações ativistas, visando criar novos tipos de mídia.

Em mais um ponto de vista sobre essas práticas, tratando das possibilidades oferecidas pelas mídias sociais para as estratégias de mobilização comunicacional pelo ativismo, Cardon e Granjon (2010 apud MAZETTI, 2018) enumeram quatro características que evidenciam esse processo. A primeira seria uma diminuição das problemáticas em relação à liderança; a segunda foca na grande redução de custos de produção e difusão; a terceira enfatiza um modelo de comunicação em que muitos sujeitos produzem e muitos sujeitos consomem conteúdo, em detrimento aos modelos tradicionais, os quais poucos produziam para muitos consumirem; por fim, a quarta característica trata das oportunidades de produção colaborativa e de criação de novos espaços para engajamento social.

No entanto, esse processo de inserção das práticas de ativismo nas mídias digitais, fortemente facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico, não representa um rompimento total com as formas tradicionais de mídia, como o rádio, a televisão ou meios impressos. Dessa forma, podemos entender que

a adição do uso da internet ao arsenal de ferramentas da militância comunicacional não constitui, assim, uma simples mudança de infraestrutura técnica e midiática para essas mobilizações, mas possibilita que alguns de seus atores redefinam suas formas de luta. (MAZETTI, 2018, p. 86-87)

Além disso, é importante entender que o rádio, a televisão e outras formas midiáticas já exerciam esse tipo de influência e interferência maciça da mídia nas práticas sociais e, conseqüentemente nas ações ativistas. O que a internet apresentou foi uma potencialização e popularização dessas influências para as práticas cotidianas de comunicação e de ativismo.

A *Internet* é perspicaz na maior divulgação e simultaneidade de transmissão de informação, além de abrir espaço para sujeitos antes silenciados devido à

dificuldade de conseguir espaço nos meios tradicionais de comunicação. É evidente que a forma de se produzir e realizar comunicação também se alterou, conquistando novos meios e produtos. Consequentemente, essas mudanças modificaram a forma de consumir a informação e a vivência prática dela, expandindo a produção de conteúdo para quem a utiliza. Nesse contexto, a *Web* apresenta-se como baluarte de um novo processo comunicacional e ativista, já que ela popularizou e facilitou a prática do midiativismo (e até do que se conjectura ser e se chancela como midiativismo) pela sua praticidade e instantaneidade, firmando-se como a forma mais democrática. (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 32)

Entretanto, mesmo entendendo as grandes mudanças que o advento da internet representa para a sociedade contemporânea, em um contexto de midiatização e também para as práticas de midiativismo ainda é válido refletir sobre as condições de acesso à internet em um país fortemente marcado pelas desigualdades, como o Brasil. De acordo com dados coletados em 2018²⁶ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 25,3% da população brasileira com 10 anos ou mais ainda não tem acesso à internet, número que representa um em cada quatro brasileiros. Pensando exclusivamente nas áreas rurais, esse número chega a 53,5% da população sem acesso à rede. Já em relação à televisão, a mesma pesquisa aponta que 96,4% dos domicílios brasileiros possuem aparelhos de televisão.

Esses dados, somados aos apontamentos de alguns pesquisadores aqui citados, apontam para a importância de práticas midiativistas que busquem mudanças também nos modelos tradicionais de comunicação, visto que grande parte da população brasileira ainda vê os meios tradicionais, como a televisão e o rádio, como forma principal para se informar e de perceber os acontecimentos e fenômenos sociais. O questionamento dos valores e práticas da mídia convencional impulsionam produções midiativistas que buscam a valorização da liberdade, da transparência e da pluralidade, a partir das mais diversas produções (MENDES *et al.*, 2018).

Portanto, entendemos que o midiativismo é um fenômeno da contemporaneidade que se reinventa e está em constante desenvolvimento, a partir dos contextos em que emerge, das demandas sociais observadas e das apropriações que os sujeitos fazem das tecnologias e redes. O importante a se destacar é “que não se perca de vista o propósito de mudança social, o efetivo envolvimento e que se mantenha a transgressão solidária como norte” (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 39).

Baseados nas discussões apresentadas, buscamos em nosso trabalho perceber, a partir da produção discursiva estudada, como se desenvolvem estas questões técnicas, estéticas e

²⁶ Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.

linguageiras na prática midiativista. Assim, nos propomos a analisar as estratégias e mecanismos discursivos utilizados por estes sujeitos para potencializar as ações ativistas por eles desenvolvidas.

3. A ANÁLISE DO DISCURSO E A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Neste terceiro capítulo de nossa dissertação, apresentaremos algumas considerações sobre o conceito de discurso e os estudos da Análise do Discurso, com enfoque na abordagem francesa, especificamente a Teoria Semiociuística, criada pelo linguista Patrick Charaudeau. Tal abordagem foi por nós escolhida para ser usada enquanto aporte teórico-metodológico na realização deste trabalho, que visa analisar um conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvido pela ONG *Think Olga*. Entender as percepções acerca do conceito de discurso e como se constituem os estudos discursivos é essencial para que possamos compreender os pressupostos que sustentam a Teoria Semiociuística de Análise do Discurso, de modo a utilizá-la para sustentar nossas análises do objeto empírico na presente pesquisa.

3.1 Considerações sobre Discurso e Análise do Discurso

Filiamo-nos, neste trabalho, à perspectiva dos estudos discursivos. Para tal concepção, a linguagem, através do discurso, representa uma mediação necessária entre o ser humano e o mundo. É essa mediação que permite tanto a continuidade quanto os deslocamentos percebidos na realidade social. Dessa forma, podemos entender que “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.” (ORLANDI, 2015, p. 13).

A Análise do Discurso pode ser compreendida como uma disciplina pertencente ao campo dos estudos discursivos. Tal disciplina procura destacar a importância dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional e da maneira como estes utilizam a língua enquanto um fato social para produzir significados nas relações sociais em que estão inseridos. Como se demarca pela nomenclatura, a Análise do Discurso não se interessa exclusivamente pela gramática, ou pela língua em si, mas pelo discurso, este sendo entendido como a palavra em movimento, a língua em uso, como uma prática de linguagem. Assim, para os estudos do discurso interessa entender como os seres humanos utilizam a língua (ORLANDI, 2015).

Charaudeau (2008) enfatiza a importância da linguagem como elemento constitutivo da espécie humana e como mediador essencial para o desenvolvimento das relações sociais e da vida em comunidade, de modo que, sem a linguagem, não perceberíamos o mundo e a sociedade e não nos relacionaríamos com eles tal qual fazemos em nossas vidas cotidianas.

É a linguagem que permite ao homem pensar e agir. Pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. É também a linguagem que

permite ao homem viver em sociedade. Sem a linguagem ele não saberia como entrar em contato com outros, como estabelecer vínculos psicológicos e sociais com esse outro que é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Da mesma forma, ele não saberia como constituir comunidades de indivíduos em torno de um ‘desejo de viver juntos’. A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem. (CHARAUDEAU, 2008, p. 7)

No que se refere ao conceito de discurso, o autor compreende que este pode ser apreendido a partir da resultante de diversos fatores que são tanto de ordem semiológica quanto contextuais, não bastando apenas o conhecimento do significado de frases para se interpretar o discurso. Assim, nessa mesma perspectiva, podemos destacar também que “o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido” (CHARAUDEAU, 1999, p. 27). Ele ainda explica que os enunciados não significam em si mesmos, mas que podem ser interpretáveis ao se associarem a dados externos ao discurso. É através dessas informações contextuais que o analista inicia seu trabalho, visando encontrar pistas que apontem para as significações possíveis de se apreender a partir do discurso.

Charaudeau (1999) também destaca que o sentido discursivo é marcado por uma opacidade, visto que este não busca estabelecer uma relação de sentido direta e transparente com o mundo tal qual este se apresenta, mas construir o sentido a partir das práticas sociais e dos usos estabelecidos pelos diferentes sujeitos. Dessa forma, destacamos que o campo do discurso pode ser trabalhado de maneiras diversas, mas visando um foco comum, que é perceber de que maneira se estruturam “as trocas sociais através da linguagem e, assim, como se organizam as relações sociais e se instauram os vínculos sociais” (CHARAUDEAU, 2010, p. 264).

Enfim, amparados pelas diversas discussões e estudos acerca do discurso, nos baseamos em Charaudeau (2011) para adotar uma conceituação na qual o discurso pode ser entendido como

um lugar, ao mesmo tempo, de estruturação dos usos em função das condições de produção nas quais esses usos se manifestam, relacionados a comportamentos linguageiros dos sujeitos falantes, e categorizações de sentido relacionadas a sistemas de conhecimento e de crença aos quais aderem os indivíduos ou grupos sociais. (CHARAUDEAU, 2011, p. 4)

Compreendendo o discurso dessa forma, passamos a perceber uma nova competência atribuída aos sujeitos inseridos na produção, interpretação e na troca comunicativa. Charaudeau (1999) explica que essa nova competência vai além do conhecimento das palavras e das regras

gramaticais, exigindo no processo de produção e interpretação dos enunciados um saber mais global, relacionado às diferentes práticas de interação social.

Dessa forma, ao entendermos que o discurso se constrói a partir da combinação de elementos linguísticos e extralinguísticos, podemos entender que a Análise do Discurso trabalha com “um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (eu/tu) intersubjetivo em situação de interação social” (CHARAUDEAU, 1999, p. 32).

Com isso, entendemos aqui, a partir de Charaudeau e Maingueneau (2018), a Análise do Discurso como um espaço crítico de estudo do discurso, que busca interrogar e analisar os sentidos que podem se construir a partir de discursos específicos em sua complexidade, valorizando o papel dos sujeitos envolvidos no processo de troca comunicacional.

3.2 Considerações sobre a Teoria Semiociológica

Como já exposto, nesta pesquisa trabalhamos com a Teoria Semiociológica desenvolvida pelo linguista francês Patrick Charaudeau. A pesquisadora brasileira Ida Lúcia Machado (2006) relata que o próprio Charaudeau entende sua teoria como sendo “antropofágica”, visto que ela é marcada por uma grande influência de diversas áreas, como a Linguística, a Sociologia, a Semiologia, a Etnologia, a Antropologia e a Pragmática.

Machado e Mendes (2013) consideram este um dos pontos fortes da Semiociológica, pois por esta não ter sido pensada como uma teoria fechada em si mesma, abre-se um bom espaço para o diálogo com outras teorias e áreas do saber. Nessa mesma linha, Lysardo Dias (2010) entende que a teoria de Charaudeau segue o pressuposto de que cada uma das diversas teorias e áreas do conhecimento constrói uma visão da realidade a sua maneira. Contudo, “não necessariamente exclui outras, mas que pode complementar-se e se desenvolver na esteira das demais” (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 162).

A Teoria Semiociológica foi inaugurada a partir do primeiro livro de Patrick Charaudeau, *Langages et Discours*, publicado em 1983, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1979, na Universidade Paris XIII, sob orientação de Bernard Poitiers. Em 2008 foi publicada uma versão traduzida e adaptada para o público e a realidade social brasileira, intitulada *Linguagem e discurso*.

A proximidade entre Patrick Charaudeau e pesquisadores brasileiros no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Análise do Discurso teve início em 1992 com um convênio estabelecido entre pesquisadores brasileiros da Universidade Federal de Minas Gerais

e da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estudiosos franceses da Universidade Paris XII. Essa aproximação delineou uma trajetória crescente até os dias atuais, envolvendo pesquisadores de diversas instituições e firmando o Brasil como um país de destaque nas pesquisas em Análise do Discurso a partir da Teoria Semiociológica, visto que houve uma forte relação de diálogo entre o teórico, sua teoria e os pesquisadores brasileiros. Assim, “a Teoria Semiociológica foi se fazendo presente, ganhando espaço de discussão e de aplicação, e se consolidando de forma a contribuir significativamente para o que hoje se faz no Brasil em termos de estudos discursivos” (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 161).

Machado e Mendes (2013) vão além e falam da concepção de uma Semiociologia brasileira. Para elas, atualmente, o uso da semiociologia em pesquisas desenvolvidas no Brasil não se trata mais da simples importação e aplicação de uma teoria, mas sim de uma construção local a partir da apropriação da teoria de Charaudeau, da maneira como o próprio autor propõe, um desenvolvimento antropofágico, visto pelas autoras como uma homenagem a Charaudeau, um meio de “manter viva e pulsante a sua teoria” (MACHADO; MENDES, 2013, n.p.).

Outro ponto a se destacar da Teoria Semiociológica é o fato de Charaudeau ter aplicado sua metodologia em variados tipos discursivos, como o midiático, o administrativo, o político e o literário. Dessa forma, ele foi capaz de desenvolver um instrumental cuja “análise é crítica, no sentido em que desconstrói os discursos para melhor observar/fazer ressaltar os motivos que lhes deram origem, o “porquê” de sua produção e, de certo modo, as ideologias que presidiram a essa construção.” (MACHADO, 2006, p. 15)

Seguindo esse caminho de antropofagia e interdisciplinaridade, pretendemos partir da Teoria Semiociológica e dialogá-la com estudos acerca do conceito de midiativismo. Com esse intercâmbio buscamos desenvolver um percurso de análise que evidencie as características midiativistas do nosso objeto de estudo a partir dos procedimentos linguístico-discursivos e das estratégias utilizadas pelos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*.

Partindo dessas considerações, passaremos a nos dedicar à apresentação dos preceitos da Teoria Semiociológica, percorrendo sobre conceitos importantes para os estudos de Charaudeau, que serão posteriormente adotados por nós enquanto categorias de análise. Dentre eles destacamos a sua concepção dos sujeitos do discurso, a noção de contrato de comunicação e as respectivas restrições e estratégias que este implica, bem como a definição de modos de organização do discurso e a noção de gênero discursivo em uma perspectiva Semiociológica.

A Teoria Semiociológica se preocupa em abordar o discurso a partir de uma problemática da linguagem, mas também estabelecendo importantes relações com outros

fenômenos psicológicos e sociais, a ação e a influência. Dessa maneira, os estudos tratam da construção psico-socio-lingueira do sentido, partindo de um sujeito que também se caracteriza como psico-socio-lingueiro. É a partir daí que se estabelece a nomenclatura da Teoria Semiolinguística.

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido em diferentes sistemas semiológicos, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar a matéria principal da forma em questão – a das línguas. (CHARAUDEAU, 2005, p. 11)

Assim, para que a troca comunicativa ocorra, é essencial que a semiotização do mundo se realize a partir de um duplo processo, que compreende um movimento de transformação e outro de transação. A transformação é um processo focado no sujeito falante, que visa transformar o mundo tal qual este se apresenta em um mundo significado, partindo de operações que tentam caracterizar e aprender este mundo a significar. Já o processo de transação consiste em transformar esse mundo significado em um objeto de troca com outro sujeito, seguindo princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação. É através desses dois processos que o autor postula uma mudança em sua perspectiva dos estudos da linguagem, buscando encontrar o sentido comunicativo e os valores semântico-discursivos da linguagem, trazendo luz para o quadro situacional em que ocorrem as trocas comunicativas (CHARAUDEAU, 2005).

Podemos destacar, então, que um dos preceitos balizadores dessa corrente teórica é o fato de que a linguagem mantém uma forte relação com o contexto psicossocial em que a troca lingüística ocorre. Dessa forma, o fenômeno lingüístico é o produto de uma dimensão explícita e outra implícita. Assim, o ato de linguagem significa a partir dos fenômenos semiológicos visíveis, mas também pelos saberes que são acionados pelos sujeitos nos processos de produção e de interpretação (CORRÊA-ROSADO, 2014). Nesse sentido, podemos entender que

em outros termos, as palavras e os enunciados produzidos não significam por si mesmos, e só são interpretáveis a partir de uma relação com um “outro lugar”, mais ou menos sobredeterminante, um lugar de condicionamento que deve ser partilhado pelos parceiros de troca: todo ato de linguagem é produzido e interpretado em função das condições que presidem sua produção e sua interpretação. (CHARAUDEAU, 2010, p. 265)

Machado (2006), a partir dos estudos de Charaudeau, explica que, para que um ato de linguagem seja analisado de maneira satisfatória, é importante considerar tanto os fatores linguísticos, ligados ao “mundo das palavras”, quanto os fatores extralinguísticos, relacionados à situação de comunicação em que se encontram os parceiros da troca comunicativa. Dessa forma, o ato de linguagem é composto por um nível situacional, demarcado por questões externas à linguagem e próprias da situação de comunicação, e por outro discursivo, que se envolve com questões próprias da língua, a partir das escolhas e do projeto de intencionalidade dos sujeitos. Além disso, é importante perceber que os discursos não são estruturas fixas e podem ser “encenados” em diferentes contextos. Charaudeau (2006, p. 67) entende que “a situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”.

Segundo a perspectiva da Teoria Semiociológica, a linguagem é construída e reconstruída pelos seres humanos, a partir de seus usos no “teatro da vida social” e dos papéis sociolinguísticos por estes desempenhados. Charaudeau em seus textos iniciais traz a expressão *mise en scène* para explicar esse princípio do ato de linguagem, que valoriza questões que estão fora do âmbito da língua e, principalmente, a maneira como estas são usadas no processo de interação dos sujeitos (LYSARDO-DIAS, 2010). Essa encenação resulta de uma série de competências estabelecidas por Charaudeau (2008) – situacional, semiociológica e semântica.

A competência situacional mostra que não há ato de linguagem fora de uma situação de comunicação, um contexto. Dessa forma, é essencial considerar sempre as finalidades presentes em cada situação e os parceiros envolvidos nas trocas comunicativas e suas identidades. A competência semiociológica baseia-se na capacidade de estabelecer uma encenação adequada do ato de linguagem de acordo com as visadas discursivas pretendidas, através das possibilidades que cada língua apresenta. Já a competência semântica busca construir o sentido a partir da língua e dos saberes que circulam na sociedade, sempre relacionando com os dados da situação de comunicação e com os mecanismos de encenação do discurso. O conjunto dessas competências formaria uma competência discursiva, através da qual se produzem atos de linguagem carregados de sentido e capazes de estabelecer vínculos sociais.

Machado e Mendes (2013) enfatizam que, por tratar de discursos sociais, a teoria de Charaudeau considera sempre as atitudes de um sujeito produtor de um ato de linguagem frente ao discurso que produz, frente ao mundo social que o rodeia e frente ao outro que é visto como seu parceiro na troca comunicativa.

Outro grande destaque da Semiologia é a volta do foco no papel do sujeito da comunicação, mas com uma abordagem muito diferente da de Foucault, por exemplo, que considerava o sujeito como assujeitado no discurso. Charaudeau o aborda como um “sujeito histórico, com suas idiossincrasias e crenças e também com seu ‘estilo’” (MACHADO, 2006, p. 14). Essa concepção do sujeito da Teoria Semiológica se dá por meio de um modelo que pode ser entendido como plástico, por permitir adaptações às diversas situações, ágil, ao visar alternâncias de posição entre emissor e receptor e, também, polifônico e assimétrico, entre outras qualidades (MACHADO; MENDES, 2013).

Essa nova maneira de se enxergar os sujeitos, de acordo com Dylia Lysardo Dias (2010), marca uma mudança significativa em relação à Semiologia e outras teorias que entendem e abordam a linguagem e o processo de significação de maneira direta e transparente.

A ilusão de transparência da linguagem reforçada por esquemas que forjam uma simetria entre produção e recepção é substituída por uma concepção que leva em conta a dimensão dos seres psicossociais dos interlocutores, assim como a dimensão de seres de linguagem. O ato de linguagem não é visto como uma relação unilateral entre um emissor e um receptor que precisam partilhar um mesmo código, mas na complexidade da relação que se estabelece entre sujeitos que mobilizam diferentes procedimentos no intuito de realizar uma intencionalidade comunicativa. (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 170)

Assim, na concepção da Teoria Semiológica, o ato de linguagem não se resume a um simples processo de transmissão de informação em que um emissor envia uma mensagem a um receptor. O ato de linguagem deve ser entendido como um processo dialético, resultado de um processo de produção e um processo de interpretação, desenvolvidos por sujeitos ativos na dinâmica de construção do sentido. A partir disso, podemos definir que “o ato de linguagem torna-se então um ato interenunciativo entre quatro sujeitos (e não dois), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 45). Como podemos perceber na figura a seguir, elaborada pelo linguista francês para ilustrar a situação de comunicação e as relações entre os sujeitos na troca linguageira.

Figura 2 - Representação do ato de linguagem e seus sujeitos.



Fonte: CHARAUDEAU, 2008, p. 52.

Os quatro sujeitos apresentados por Charaudeau, conforme o esquema acima, encontram-se em uma situação de comunicação composta por um circuito externo, relativo aos dados situacionais extralinguísticos, podendo ser entendido como um “mundo real”, e por um circuito interno, onde constam os dados propriamente discursivos do ato de linguagem, entendido como um “mundo da palavra”. Dessa forma, no circuito externo estão os sujeitos empíricos, pessoas reais, que se envolvem na troca comunicativa, chamados de parceiros, sendo eles o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI). Já no circuito interno estão os sujeitos linguísticos ou de fala, que só existem no âmbito de um ato de linguagem específico, chamados de protagonistas, sendo eles o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD) (CHARAUDEAU, 2008).

De acordo com o autor, o EUC é um sujeito agente, que inicia o processo de produção a partir das circunstâncias de discurso e do seu projeto de intencionalidade. Assim, o EUC projeta um EUE, um ser de fala, um papel assumido no contexto da enunciação, que carregará seu projeto de intencionalidade a partir de uma identidade discursiva que este tenta estabelecer com a esfera de interpretação. O EUE direciona a sua fala ao TUD, um receptor idealizado a partir

das informações que a instância de produção possui da instância de interpretação. Esse destinatário idealizado pode ou não coincidir com o sujeito real, o TUi, que receberá e, ativamente, exercerá o processo de interpretação do discurso. O TUi é o responsável por esse processo que foge do controle do EUc, visto que este é também um ser real, que se baseia em suas percepções e saberes para proceder à interpretação do discurso.

Portanto, seguindo a perspectiva da Teoria Semiolinguística, o ato de linguagem pode ser entendido como um “encontro dialético” entre dois processos interdependentes e assimétricos realizados por sujeitos complexos em uma encenação discursiva: a produção e a interpretação.

Para que a troca comunicativa aconteça é importante que os parceiros envolvidos reconheçam a situação de comunicação em que estão inseridos e percebam as restrições que esta estabelece, criando-se, assim, uma espécie de acordo prévio entre os participantes, chamado de contrato de comunicação. Charaudeau (2008) enfatiza que o contrato é um ritual sociolinguageiro que estabelece restrições para o ato de linguagem, restrições oriundas das condições de produção do discurso.

O termo “contrato”, conforme explica Lysardo Dias (2010), é amplamente utilizado no âmbito jurídico e traz a noção de que o ato de linguagem é guiado por um conjunto de normas exteriores a ele mesmo. “Há um movimento de coconstrução de sentidos, uma espécie de jogo, no qual os sujeitos transitam entre normas e convenções sociais e o espaço que têm para instituírem sua individualidade” (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 167). Dessa forma, os sujeitos seguem algumas normas e convenções socialmente difundidas para evitar uma completa falha de comunicação e trazem a individualidade deixando suas marcas enquanto sujeito individual e parceiro na troca comunicacional.

O contrato de comunicação é estruturado a partir de quatro características fundamentais advindas da situação de comunicação: a finalidade da troca, a identidade dos participantes, o propósito e o dispositivo que possibilita a sua ocorrência.

A finalidade se relaciona com objetivo da troca comunicativa, é a partir dela que se define a expectativa sobre como a troca ocorrerá. É importante perceber que a finalidade ocorre na forma de visadas²⁷ por parte da instância de produção que lança uma proposição de sentido para a instância de recepção, mas que pode ou não ser percebida ou correspondida por esta. A identidade mostra que qualquer ato de linguagem depende de quem são os parceiros envolvidos

²⁷ As visadas discursivas partem da expectativa que a instância de produção possui em relação ao ato de linguagem. Dessa forma, a intencionalidade discursiva é colocada em jogo a partir de uma projeção que a instância de produção faz sobre o seu sujeito destinatário ideal (CHARAUDEAU, 2004).

na troca. Ela é representada por traços de natureza pessoal, como idade, sexo, etnia etc., traços que sinalizam status social e a relação preexistente entre esses parceiros. O propósito, apesar da terminologia, não se aproxima da finalidade, ele é a condição que define que todo ato de linguagem se construa em torno de um domínio de saber, funcionando como um macro tema, que depois pode ser acrescido de outros temas ou subtemas. O dispositivo se associa às circunstâncias materiais em que a troca ocorre, relacionando-se com o ambiente ou o suporte que permitem e definem a forma como a comunicação deve acontecer (CHARAUDEAU, 2006).

A partir do contrato e, mais precisamente, da possibilidade de comunicação que este permite através da compreensão mútua entre os envolvidos, cria-se um conjunto de restrições que sobredeterminam como o ato de linguagem pode ocorrer. Entretanto, abre-se um espaço de manobra, em que os sujeitos podem utilizar de estratégias discursivas para encenar o ato de linguagem e atuar em função do seu projeto de intencionalidade. Portanto, de certa forma, o contrato impõe restrições à troca comunicativa, mas também fornece um espaço para a ação individual dos sujeitos.

Nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Se é verdade que o sujeito falante está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca, é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, que lhe permite manifestar um ato de individuação: na realização do ato de linguagem, pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala. Contrato de comunicação e projeto de fala se completam, trazendo, um, seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégias, o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada. (CHARAUDEAU, 2006, p. 71)

Assim, se o nível situacional estabelece as restrições que sobredeterminam a enunciação através da finalidade, das identidades dos parceiros, do propósito e do dispositivo, o sujeito encontra no nível discursivo a sua margem de manobra para construir seu projeto de fala. De acordo com Charaudeau (2005, 2006), no nível discursivo, a partir das restrições impostas é que se sinalizam os dados internos à linguagem, os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos, as formas verbais a serem utilizadas, a maneira de dizer e agir em certas circunstâncias de linguagem, estabelecendo características de locução, relação e tematização. O sujeito falante pode intervir nesse processo e inserir sua individualidade, visando conquistar a instância de recepção através do uso de estratégias discursivas, a saber, legitimidade, credibilidade e captação.

Baseada nos estudos de Charaudeau, Procópio (2015) explica essas três estratégias discursivas. A legitimidade está diretamente ligada com o autor do ato de linguagem, de modo a estabelecer uma relação entre este, uma situação e a posição social que ocupa. Essa estratégia pode ser construída através de informações prévias acerca da identidade de quem produz o ato de linguagem, bem como por pistas deixadas pelo enunciador que validem sua autoridade. Dessa forma, a legitimidade é o que garante o poder de fala em uma determinada situação de comunicação.

A estratégia de credibilidade se relaciona com “a posição de verdade do sujeito” (PROCÓPIO, 2015, p. 42) que enuncia mostrando sua aptidão para dizer a verdade em relação ao determinado ato de linguagem. Os recursos utilizados para atestar essa credibilidade podem ser baseados na autenticidade, na verossimilhança ou na explicação. Com isso, “em síntese podemos dizer que a estratégia de credibilidade procura atestar a veracidade das informações trazidas em um discurso e a comprovar o saber dizer de um sujeito comunicador” (PROCÓPIO, 2015, p. 44).

Por fim, a estratégia de captação está ligada com as emoções que podem ser despertadas no sujeito interpretante, de modo a influenciá-lo em direção ao projeto de intencionalidade da instância de produção. Para que isso se efetive é importante trabalhar com as crenças do interlocutor, bem como com suas expectativas em relação ao discurso. Portanto, a estratégia de captação não é estabelecida apenas por procedimentos linguísticos explícitos, mas por toda a organização do discurso, a escolha de gêneros e pelas condições da situação de comunicação (PROCÓPIO, 2015).

A partir do exposto, podemos entender a colocação de Charaudeau (2008) ao considerar o ato de linguagem tanto como uma expedição quanto como uma aventura. A expedição vem de seu caráter intencional, visto que o sujeito comunicante organiza seu discurso a partir das restrições situacionais estabelecidas pelo contrato, bem como do espaço de manobra que este lhe permite através das estratégias empregadas. Já a aventura vem da incerteza de sucesso em qualquer troca comunicativa, visto que a instância de recepção pode não reconhecer o contrato, bem como as estratégias empregadas pelo locutor, podendo, assim, não interpretar o discurso da maneira prevista pela instância de produção.

O linguista enfatiza que, ao propor uma perspectiva semiolinguística de Análise do Discurso, ele se inscreve em uma problemática linguageira, mas que permite abordar questões psicológicas e sociológicas que emergem a partir da linguagem. Dessa forma, o processo de análise de um ato de linguagem não pode ter como foco a busca pela intenção do sujeito comunicante. Para Charaudeau, através da Teoria Semiolinguística, o analista deve encontrar

as interpretações possíveis de se apreender de um ato de linguagem, atuando como um “coletor de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

Um conceito que pode ser de grande utilidade nesse processo de interpretação e análise é o de gênero discursivo. Abordado por diversas correntes teóricas, os gêneros do discurso podem fornecer pistas das significações possíveis de se apreender de um dado texto, visto que eles funcionam como referências para os sujeitos no âmbito das trocas sociocomunicativas. Por isso, discutiremos na seguinte seção como se dá a abordagem dos gêneros discursivos a partir de uma perspectiva semiolinguística.

3.3 Gêneros Discursivos

A conceituação clássica dos gêneros parte dos estudos de Mikhail Bakhtin, por isso, passamos rapidamente por essa perspectiva, que inspirou e fortaleceu as pesquisas em relação aos gêneros em diversas áreas, como a Semiolinguística. Para caracterizar os gêneros discursivos, o autor entende que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262). Os gêneros seriam esses tipos de enunciado que seguem uma certa estabilidade em sua composição, apresentando características comuns, mas com uma certa liberdade de adaptação de acordo com as intenções de uso.

Para o filósofo russo, cada campo de ação social cria e recria os gêneros de acordo com a maneira que as atividades humanas se pretendem executar. Isso faz com que os gêneros sejam extremamente diversos e heterogêneos, constituindo muitas possibilidades para a sua produção e circulação.

Baseados no conceito de contrato de comunicação, proposto por Charaudeau, podemos também nos aprofundar na noção de gêneros discursivos. De acordo com Lysardo Dias (2010, p. 168), a partir do contrato “pode-se equacionar semelhanças e diferenças entre as práticas discursivas, sem criar uma tipologia fixa que engesse as ocorrências linguístico-discursivas e não traduza a dinamicidade das interações verbais”. Assim, podemos perceber tanto as restrições que se aplicam ao ato de linguagem, bem como os traços de individualidade utilizados pelos sujeitos e a imprevisibilidade do processo de comunicação.

Charaudeau (2004, 2010b) entende que a problemática dos gêneros pode ser explorada de diversos pontos de vista, destacando que esses olhares dizem respeito “ora a ancoragem social do discurso, ora a sua natureza comunicacional, ora às atividades languageiras

construídas, ora as características formais dos textos produzidos” (CHARAUDEAU, 2004, p. 15). Dessa forma, ele propõe em sua abordagem Semiolinguística encontrar inter-relações entre essas características, de modo a estabelecer uma noção de gênero que se localize no agrupamento dessas diferentes ancoragens²⁸.

Corroborando com essa visão, podemos acrescentar o entendimento de Maingueneau (2004, p. 45) de que os gêneros funcionam como “dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e elaborados”. Com isso, eles se transformam de acordo com as mudanças da sociedade, de modo que as transformações sociais também geram efetivas mudanças nos gêneros discursivos circulantes. Também baseados na perspectiva Semiolinguística, Mari e Silveira (2004) abordam os gêneros discursivos como uma espécie de dispositivo de sentido, de maneira que eles permitem que os sujeitos em seu uso da linguagem percebam certos sentidos esperados a partir de sua experiência prévia com os mais variados gêneros e discursos sociais. Os autores acrescentam também que a aplicação dos gêneros no reconhecimento de práticas discursivas é um procedimento quase intuitivo.

Os gêneros funcionam como repertórios de memória para os sujeitos falantes, de modo que eles passam a articular seus atos de fala e entender as trocas languageiras e se inserir nas práticas sociais através das referências que possuem sobre os gêneros. Assim o sujeito constrói representações dos gêneros para que pela experiência e pela aprendizagem possa associá-los a práticas sociais específicas. Além disso, caracterizando os gêneros a partir de sua Teoria Semiolinguística, temos um destaque para o contrato de comunicação, a organização do discurso e as formas textuais.

Vê-se que a noção de gênero pode ser definida desde vários pontos de vista: alguns mais externos (da ancoragem social), outros mais linguísticos (até das marcas formais). Mas eu me mantenho nessa terminologia de três níveis que tem o mérito de ser clara: o nível do contrato global de comunicação com suas variantes, os dados situacionais que dão instruções discursivas específicas ao sujeito falante; o nível discursivo em seus distintos modos de organização, em função dos dados situacionais e de suas instruções; as formas textuais com suas marcas gramaticais e lexicais, cujas recorrências formais testemunham das regularidades da configuração textual que correspondem às instruções discursivas. (CHARAUDEAU, 2010b, n.p.)

²⁸ Entendemos por ancoragem a relação de interdependência entre os gêneros e as práticas sociais existentes em uma dada sociedade. Essas práticas atuam como uma referência discursiva, baseada nas questões contratuais das diferentes situações de comunicação. Assim, os gêneros se conectam às situações sociocomunicativas que permitem e determinam a sua existência. (CHARAUDEAU, 2004)

Nesse caminho, Laurindo (2016) explica que para a abordagem da Teoria Semiolinguística, a análise de gêneros discursivos segue um caminho que parte da ancoragem social do discurso, mas segue pelas condições de produção, sempre considerando as restrições estabelecidas pelo contrato de comunicação e as escolhas feitas pelo sujeito em seu projeto de fala, de modo a estabelecer uma “relação entre situação comunicativa, a discursivização e a materialização social” (LAURINDO, 2016, p. 141).

Enfim, Charaudeau (2004, 2010b) conclui que todos esses princípios classificatórios apontados são legítimos e podem ser de maior ou menor utilidade, de acordo com os objetivos da análise que se pretende realizar, valorizando, assim, a importância de buscar a correlação dos dados que os três níveis apresentam.

Em nosso trabalho buscamos analisar de que forma o gênero manual e suas características usuais foram apropriados pelos sujeitos midiativistas na produção do objeto que analisamos. Assim, podemos perceber se os usos sociais e as marcas formais tradicionalmente associados aos manuais foram utilizados ou subvertidos pelo coletivo *Think Olga* e quais as significações podem ser apreendidas desse material que se intitula enquanto um conjunto de minimanuais.

Em sequência, após entendermos o conceito dos gêneros do discurso pelo ponto de vista da Semiolinguística, passamos a nos dedicar a um outro conceito importante para a presente teoria, que também será de grande utilidade em nosso percurso analítico, o de modos de organização do discurso.

3.4 Modos de Organização do Discurso

Charaudeau (2008) explica que o ato de comunicação pode ser entendido como um mecanismo, cujo sujeito falante (locutor) se encontra no centro e este se relaciona com um outro parceiro (interlocutor). Os demais componentes do ato de linguagem são a situação de comunicação, a língua e o texto, estruturados em modos de organização do discurso. Dessa forma, ao comunicar-se, o sujeito procede de uma encenação, utilizando os componentes do dispositivo de comunicação em função dos efeitos que visa produzir em seu parceiro. Com base no *Dicionário de Análise do Discurso*, desenvolvido por Charaudeau e Maingueneau (2018), podemos entender que modos de organização do discurso são os procedimentos e operações linguageiros utilizados na encenação do ato de linguagem como um meio de atingir as finalidades pretendidas. É importante destacar que os modos de organização podem ser utilizados em textos, ou trechos de textos, que não tenham como finalidade principal aquela

pretendida por este modo de organização e de maneira que um modo de organização do discurso não pode ser confundido com o gênero do discurso empregado.

Os quatro modos de organização do discurso propostos na Teoria Semiolinguística são o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um deles possui uma função de base e um princípio de organização. Assim, eles propõem uma lógica de organização do “mundo referencial” a partir de como estabelecem a construção do sentido, bem como propõem uma organização de sua encenação discursiva a partir desses modos (CHARAUDEAU, 2008).

É importante ressaltar que, na visão dessa teoria, modos de organização do discurso não são correspondentes aos gêneros discursivos, visto que um mesmo gênero pode se apropriar de diferentes modos em sua estruturação e que um mesmo modo de organização do discurso pode ser utilizado em diversos gêneros discursivos.

A partir dessas considerações iniciais, discorreremos brevemente por cada um desses quatro modos de organização propostos por Charaudeau, entendendo suas funções, componente e particularidades em relação ao uso e a encenação discursiva.

3.4.1 Modo de Organização Enunciativo

O Modo de Organização Enunciativo “é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81). Duas distinções devem ser feitas em relação a esse modo de organização do discurso. A primeira é relacionada a este modo e a situação de comunicação, que não devem ser confundidos. No primeiro estamos tratando dos sujeitos protagonistas, seres de fala, internos à linguagem e presentes apenas no âmbito do ato de linguagem específico. Já na situação de comunicação, estão presentes os parceiros do ato de linguagem, os seres sociais, externos à linguagem que se envolvem na troca comunicativa. A segunda distinção se dá entre o modo enunciativo e a modalização, pois, mesmo que estes estejam diretamente ligados, não são sinônimos. A modalização é uma categoria de língua que se relaciona com os procedimentos estritamente linguísticos que permitem evidenciar o ponto de vista do locutor, enquanto o modo enunciativo é uma categoria do discurso, apontando para como o sujeito falante, através das categorias de língua, age na encenação do ato de linguagem para se posicionar em relação ao interlocutor, ao seu próprio discurso e ao discurso do outro (CHARAUDEAU, 2008).

Charaudeau (2008) divide o modo enunciativo em três funções básicas: o comportamento alocutivo, que busca expressar uma relação de influência entre locutor e

interlocutor; o comportamento elocutivo, que revela qual é o ponto de vista do locutor; e o comportamento delocutivo, que visa gerar um afastamento entre o locutor e o que é dito.

No comportamento alocutivo, o locutor age sobre o interlocutor, enunciando sua posição em relação a este e, com isso, lhe impondo um comportamento específico de responder e/ou reagir ao que foi dito. O sujeito falante pode estar em uma posição de superioridade ou de inferioridade em relação ao seu interlocutor e isso estabelece a maneira como é construído o ato de linguagem dessa categoria. Para tanto, podem ser usados alguns procedimentos linguístico-discursivos, como a interpelação, a injunção, a sugestão, a interrogação, entre outros.

O comportamento elocutivo é utilizado pelo sujeito falante para mostrar o seu posicionamento sobre o mundo sem que o interlocutor esteja implicado. Assim, temos um ato de linguagem que modaliza subjetivamente a verdade enunciada, mostrando o ponto de vista interno do sujeito falante. Nestes casos, é comum o uso de verbos na primeira pessoa, demarcando uma posição do sujeito que enuncia.

Através do comportamento delocutivo, o sujeito falante busca se apagar do seu ato de linguagem, tendo como resultado uma enunciação aparentemente objetiva que apresenta um discurso vindo de um terceiro que é retomado no ato de comunicação, podendo esta retomada ser tanto uma apresentação do mundo como este se impõe quanto de um texto produzido por outro locutor. Neste caso, o sujeito falante atua apenas como um relator desse discurso. No entanto, o autor enfatiza que o ato de linguagem sempre depende do ponto de vista do sujeito. Com isso, a forma delocutiva funciona como um “jogo” do enunciador, “como se fosse possível a ele não ter ponto de vista, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si” (CHARAUDEAU, 2008, p. 84).

A construção do modo enunciativo se vale de procedimentos de ordem linguística, que explicitam as relações presentes no ato enunciativo através dos diferentes métodos de modalização e, também, de procedimentos de ordem discursiva, que são utilizados para trazer para a encenação discursiva os outros três modos de organização do discurso (descritivo, narrativo e argumentativo), visto que o modo enunciativo comanda os demais ao intervir na encenação de cada um deles (CHARAUDEAU, 2008).

3.4.2 Modo de Organização Descritivo

Para a Teoria Semiolingüística, “descrever consiste em ver o mundo com um ‘olhar parado’ que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os

singularizam” (CHARAUDEAU, 2008, p. 111). O descritivo é visto como um processo discursivo, um modo de organização do discurso que se baseia na atividade de descrição.

Para o autor, descrever está intimamente ligado com o narrar, visto que as ações de um ser passam a fazer sentido de acordo com suas identidades e qualificações e se associa com o argumentar, pois a argumentação também se exerce a partir de seres que possuem identidades e qualificações. Assim, um texto pode ter sua organização baseada no descritivo tanto em partes como em sua totalidade, pois, a partir dessa teoria, “os três modos de organização contribuem igualmente para construir textos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 112).

O Modo Descritivo utiliza três ações básicas para desenvolver sua estrutura, ações estas que estão ligadas umas às outras e, ao mesmo tempo, possuem uma autonomia. São elas: o nomear, o localizar/situar e o qualificar (CHARAUDEAU, 2008).

É através da nomeação que se dá a existência a um ser no mundo, a partir do reconhecimento de diferenças e semelhanças em relação aos outros seres. No entanto, esse movimento depende diretamente do sujeito que nomeia. Assim, entendemos que o mundo não é algo pré-concebido que basta ser identificado, mas sim que o sujeito constrói e estrutura sua visão do mundo. Por isso, demarcamos a nomeação como um processo que é tanto objetivo quanto subjetivo, pois depende dos seres inseridos no mundo e de uma decisão subjetiva do sujeito descritor.

O processo de localizar/situar é o responsável por demarcar o lugar que um determinado ser ocupa no tempo e no espaço. Ao exercer essa função, o sujeito descritor começa a estabelecer características e funções do ser que dependem da sua posição em um ponto espaço temporal. A localização é um processo mais objetivo que os demais, mas também depende do ponto de vista e dos recortes estabelecidos pelo sujeito responsável pela descrição e das visões socioculturais que se criam a partir desses recortes.

Por fim, a qualificação possibilita ao sujeito singularizar o mundo a partir de sua visão particular, uma visão que depende não apenas da racionalidade, mas também dos sentidos e sentimentos. Charaudeau (2008) entende que o qualificar, tal qual o nomear, reduz a infinidade do universo a partir da criação de classes e subclasses de seres, ao atribuir-lhes um sentido particular. A qualificação é, então, o processo mais subjetivo dos três, pois depende, essencialmente, do olhar que o sujeito descritor lança sobre o mundo, manifestando seus imaginários e podendo estabelecer um jogo entre as visões normativas criadas pela opinião coletiva e suas observações particulares.

Podemos definir, portanto, que o Modo Descritivo, mesmo baseado em uma subjetividade mais ou menos explícita do sujeito descritor, propicia a criação de uma visão

atemporal do mundo, pois “a partir do momento em que os seres do mundo são nomeados, localizados e qualificados, é como se eles fossem impressos numa película para sempre” (CHARAUDEAU, 2008, p. 116). É importante lembrar que o modo de organização descritivo está presente em muitos textos, mesmo que sua finalidade não seja puramente descritiva, visto que esse auxilia em grande parte os modos narrativo e argumentativo.

3.4.3 Modo de Organização Narrativo

Charaudeau (2008) entende que para que uma narrativa exista é imprescindível que haja um narrador, que visa contar algo baseado em seu projeto de intencionalidade para outro alguém. O autor também acrescenta que além da intencionalidade pretendida, pode haver outras significações transmitidas na narrativa que não sejam conscientes do narrador. De maneira resumida, ele entende que para que uma sequência de fatos seja uma narrativa, é essencial que se crie um contexto para esses fatos.

O Modo de Organização Narrativo é baseado no contar, uma atitude linguageira que se desenvolve a partir de acontecimentos que se deram no passado, mesmo que esses acontecimentos sejam imaginados ou inventados. Além disso, o processo de contar cria um novo universo, o universo contado e, assim, as coisas passam a existir a partir desse momento. Dessa forma, a ação de contar se baseia em criar um universo de representação das ações humanas, através das crenças que se tem em relação ao mundo, ao ser humano e à verdade (CHARAUDEAU, 2008).

É importante destacar que o Modo Narrativo, bem como os demais, não é exclusividade de gêneros que sejam essencialmente narrativos. Ele pode ser empregado para apresentar um determinado conteúdo através de processos típicos da narração, em gêneros que possuam finalidades predominantes diversas.

Assim, podemos entender que na visão da Teoria Semiológica, o Modo Narrativo constrói o mundo a partir do desenrolar de uma sequência de ações que se desencadeiam e se influenciam mutuamente. Essa construção do mundo se dá a partir de uma lógica e uma encenação próprias desse modo de organização do discurso, mas que estão fortemente combinadas com os demais.

Os componentes da lógica narrativa estão diretamente ligados uns aos outros, se definindo uns a partir dos outros. Charaudeau (2008) define como os componentes dessa lógica narrativa os actantes, que desempenham papéis relacionados às ações que se desenvolvem e as finalidades dessas ações; os processos que unem esses actantes, dando uma orientação para suas

ações, dando significado para essas ações em relação aos papéis desempenhados; e as sequências que unem os actantes e os processos em uma organização narrativa, de acordo com a sucessão dos acontecimentos e o processo de intencionalidade do autor.

Os procedimentos que configuram essa lógica narrativa dependem diretamente da motivação e intenção do agente, da cronologia na qual a história é narrada, do ritmo imposto para essa narração e, também, da localização espaço-temporal dos acontecimentos que se desencadeiam.

A partir de Charaudeau (2008), a encenação do modo narrativo pode ser entendida pela mesma configuração da estrutura do ato de linguagem, em que há um espaço interno e outro externo e a presença de quatro sujeitos em interação. Para a narração também precisamos fazer uma distinção entre os sujeitos envolvidos, sendo eles o autor, o narrador, o leitor real e o leitor destinatário. O autor é um ser real, psicossocial que possui uma identidade discursiva, já o narrador é um “ser de papel”, projetado pelo autor e que só existe na própria narração, a partir de uma identidade discursiva. O leitor real também é um ser psicossocial, que de fato terá contato com o texto e do qual se espera possuir certas competências de leitura para interpretar a narrativa, enquanto o leitor destinatário também é um “ser de papel” idealizado, do qual se presume ter as competências de leitura necessárias e que pode ou não coincidir com o leitor real da narrativa.

Por fim, os procedimentos utilizados para a construção da encenação narrativa dizem respeito à identidade de quem conta, ao estatuto em relação à história narrada e aos pontos de vista do narrador. Eles estão extremamente interligados, pois todos dependem intimamente do narrador. Dessa forma, qualquer alteração em qualquer um desses aspectos interfere diretamente em todos os outros (CHARAUDEAU, 2008).

3.4.4 Modo de Organização Argumentativo

Charaudeau (2008) explica que argumentar vai além de reunir proposições e sentenças através de conectores lógicos. Desde a Grécia Antiga, a argumentação já era vista e valorizada como um procedimento complexo. Os gregos já trabalhavam com a ideia de que ser influenciado por alguém não é mérito exclusivo da “razão”, visto que o ser humano também é movido por “paixões”. Assim, desde essa época os estudos da argumentação trabalham com essa ideia de que a argumentação combina um âmbito de raciocínio e outro que visa comover alguém.

Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca: *uma busca de racionalidade* que tende a um ideal de verdade quanto a explicação de fenômenos do universo; [...] e *uma busca de influência* que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o um certo universo de discurso até o ponto em que esse último seja levado a ter as mesmas propostas. (CHARAUDEAU, 2008, p. 206)

Em relação aos demais modos, o argumentativo apresenta uma particularidade, visto que este pode ser anulado, diferente dos demais. A narração e a descrição podem ser entendidas como inexatas ou inventadas, mas isso não anularia sua validade e finalidade, diferentemente da argumentação que, para o autor, “desaparece sob a contestação se não logra superá-la” (CHARAUDEAU, 2008, p. 201).

Para que haja argumentação são necessários três elementos básicos: uma proposição sobre o mundo que gere um questionamento em relação à sua validade; um sujeito que acredite nessa proposta e mobilize argumentos visando fundar um princípio de verdade; e um outro sujeito que se torna o alvo da argumentação, visando ser conduzido a compartilhar do mesmo pensamento em relação à proposição inicial. Dessa forma, o autor explica que a argumentação se desenvolve a partir de uma relação triangular entre esses três elementos.

Ao se construir a argumentação, o sujeito enunciativo se baseia em domínios de avaliação para buscar uma validação de seus argumentos e levar seu interlocutor a compartilhar desse pensamento. De acordo com Charaudeau (2008), os domínios de avaliação são o da verdade, do estético, do ético, do hedônico e do pragmático. Nesse sentido, o domínio da verdade opera através da relação entre o verdadeiro e o falso; o domínio do estético trabalha com a relação entre o belo e o feio; o domínio do ético avalia os comportamentos humanos, definidos entre bem e mal; o domínio do hedônico se relaciona com os termos do agradável e do desagradável; e, por fim, o domínio do pragmático trabalha com a ideia do que é útil e do que é inútil.

Charaudeau (2008) entende que esse dispositivo argumentativo funciona através de uma encenação discursiva que se baseia no contrato de comunicação que liga os parceiros da troca, de modo que um sujeito é levado a tomar uma posição em relação a argumentação e justificar sua posição com o objetivo de persuadir o interlocutor através dos procedimentos adequados. Assim, nessa encenação, a argumentação também se torna diretamente dependente da situação de comunicação em que ocorre e do projeto de fala do sujeito que argumenta.

Ruth Amossy (2006 apud PROCÓPIO, 2012) enfatiza que a argumentação, muitas vezes, está presente em gêneros que se estruturam majoritariamente a partir de outros modos

de organização. A autora estabelece uma distinção entre os gêneros com uma visada argumentativa e aqueles com uma dimensão argumentativa. Os primeiros têm como objetivo principal a persuasão e apresentam explicitamente o aparelho formal de argumentação, enquanto os segundos, apesar de não terem na persuasão seu objetivo maior, podem comportar uma dimensão argumentativa na maneira como os outros modos de organização são mobilizados, de maneira que, mesmo não havendo estratégias explícitas de argumentação, conseguimos encontrar uma tentativa de influência ou a busca do compartilhamento das ideias apresentadas pela instância de recepção.

Partindo das discussões apresentadas sobre a Teoria Semiociológica, buscamos nos valer do caráter interdisciplinar da mesma e acrescentar apontamentos sobre a relação entre a mídia e os direitos humanos e refletir acerca dos conceitos de midiatização e midiativismo. Baseados nessas reflexões, teremos um aporte teórico e metodológico para seguir com a análise do conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvido pela ONG *Think Olga*. A partir do diálogo entre tais conceitos e teorias, nos propomos a explorar tal objeto de análise, por nós entendido como uma prática midiativista, através de uma análise semiociológica destes manuais.

4. ANÁLISE DISCURSIVA DOS *MINIMANUAIS DE JORNALISMO HUMANIZADO*

Neste capítulo apresentamos as análises desenvolvidas no âmbito de nossa pesquisa de mestrado. Nosso intuito maior é evidenciar as reflexões que nos permitiram entender tal conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* enquanto uma prática midiativista, com foco na relação entre a mídia, particularmente o jornalismo, e os direitos humanos.

Partindo de uma visão da Teoria Semiociológica, precisamos destacar a importância da relação entre os elementos linguísticos e os fatores extralinguísticos. Charaudeau (2010) enfatiza que os enunciados não significam sozinhos, eles precisam estabelecer uma relação contextual para se tornarem interpretáveis. Para o autor, reside aí a necessidade de se conhecer os sujeitos do discurso que são os centros dos processos de produção e interpretação, bem como a situação de comunicação, “porque é ela que estrutura o ambiente de linguagem pertinente” (CHARAUDEAU, 2010, p. 265).

Procuramos relacionar a perspectiva Semiociológica às considerações levantadas por Braighi e Câmara (2018), para quem as ações midiativistas se destacam a partir das relações dos sujeitos ativistas com as mídias, com um caráter de amplificar a informação e o conhecimento, bem como marcar presença com um caráter de resistência. Os autores entendem que, muito mais que se apropriar das lógicas da mídia, os sujeitos midiativistas precisam ter um foco nos usos e finalidades propiciados por esse processo, compreendendo os aspectos técnicos, estéticos e de linguagem. Consideramos que os aspectos técnicos e de linguagem serão por nós abarcados na análise realizada a partir das categorias analíticas provenientes da Teoria Semiociológica. Sobre os aspectos estéticos gostaríamos de tecer breves considerações.

A prática midiativista observada por um olhar estético deve, no nosso entendimento, ser compreendida em uma perspectiva filosófica, na qual a estética diz respeito a algo que afeta, que desperta os sentidos, gerando reflexão (DEWEY, 1980). Acreditamos que esse ponto de vista coaduna as proposições de um caráter transgressivo associadas às práticas midiativistas. Podemos destacar a escolha das temáticas como um aspecto estético, visto que os manuais buscam se vincular a grupos minoritários, cujas lutas afetam direta e indiretamente um grande número de pessoas. As críticas presentes nos manuais buscam expor desigualdades sociais latentes, discriminações frequentes e direitos sociais sendo negados constantemente a uma parcela expressiva da população.

Seguindo o pensamento de Dewey (1980), a experiência estética está centrada na produção de sentido pelos sujeitos enquanto vivencia uma experiência a partir das percepções, dos pensamentos e das ações. Dessa forma, podemos entender o midiativismo em si como uma

forma de experiência estética, visto que as práticas midiativistas buscam mudar uma realidade social, propagar conhecimento e gerar resistência através de ações transgressoras conscientes (BRAIGHI; CÂMARA, 2018). O midiativismo atua, assim, não apenas como um produto final, mas gerando sensações, reflexões e ações durante todo o processo desempenhado.

Com essa visão, entendemos que o midiativismo aborda questões latentes que afetam grande parcela da sociedade e, mais do que isso, busca gerar resultados concretos a partir de suas ações. O fator estético contribui para o engajamento e para a motivação dos sujeitos midiativistas, que se sentem atraídos pelas causas que defendem em um nível racional, mas, também, a partir das emoções e sensações.

Após essa exposição inicial, concentraremos nossos esforços em entender quem são os sujeitos envolvidos na troca comunicativa desencadeada pelos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, bem como entender qual é a situação de comunicação da qual esta prática emerge e como funciona o contrato de comunicação ali estabelecido. Analisaremos as estratégias discursivas adotadas para atestar a legitimidade, construir credibilidade e captar o leitor, além de investigar a maneira como foram mobilizados os modos de organização do discurso.

4.1 O Contrato de Comunicação

Partindo da perspectiva do contrato de comunicação, proposto por Charaudeau (2008), como o elemento que preside toda troca comunicativa, é importante entender que este conceito reforça a ligação entre a situação e os elementos linguísticos, bem como apresenta restrições para a produção discursiva e abre um espaço de manobra para que o sujeito produtor apresente sua individualidade. Também cabe destacar os elementos fundamentais do contrato na visão do autor, sendo eles a identidade dos parceiros, a finalidade da troca, o propósito abordado e o dispositivo no qual o discurso se materializa.

Para que possamos caracterizar mais profundamente a situação de comunicação na qual essa produção emerge, buscamos fazer um breve apanhado de acontecimentos sociais que se relacionam diretamente com essas temáticas e lutas identitárias, possibilitando o surgimento e a necessidade de tais manuais. Para tanto, buscamos por informações referentes a políticas públicas que se relacionam com os direitos sociais, o que demonstra como essas causas ganharam maior visibilidade e importância. Tal movimento se relaciona diretamente com as lutas promovidas por movimentos sociais e coletivos, o que possibilitou a conquista de direitos sociais.

Os primeiros anos do século XXI foram marcados por uma série de conquistas de direitos sociais no Brasil. Isso pode ser visto como um reflexo da força das lutas identitárias de diferentes grupos minoritários. Alguns exemplos que podemos citar são a criação de programas sociais, voltados para a parcela mais pobre da população, como o Bolsa Família e o Fome Zero (2003) e a criação do programa Mais Médicos (2013). Podemos ainda estabelecer uma relação dessas conquistas sociais com os grupos identitários abordados no projeto, ou seja, as mulheres, a população negra, pessoas com deficiência e a comunidade LGBT.

Podemos destacar a promulgação da Lei Maria da Penha no ano de 2006, voltada a coibir os casos de violência contra as mulheres, a partir de esforços realizados por movimentos feministas engajados nessa luta. Também é possível citar a Lei do Feminicídio, do ano de 2015, que estabelece um agravante nos crimes de homicídio nos quais mulheres são mortas pelo fato de serem mulheres.

A lei que tornou o racismo crime no Brasil foi assinada em 1989, entretanto, ainda são necessárias mudanças em relação ao racismo estrutural e à reparação histórica dos direitos que foram negados a essa parcela da população por muitos anos. Nesse sentido, foi promulgada em 2012 a Lei de Cotas, destinando vagas das instituições públicas de ensino e dos concursos públicos para pessoas de baixa renda, pessoas negras e indígenas.

Em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, visando promover condições de igualdade ao exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência. Tal lei busca assegurar a acessibilidade, a inclusão e o respeito aos direitos dessa parcela da população, combatendo a negligência, a discriminação, a exploração, a opressão e a violência.

Já em relação à comunidade LGBTQ⁺, podemos destacar o direito à união civil por pessoas do mesmo sexo, legalizado em maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, e a resolução do Conselho Nacional de Justiça, de maio de 2013, que assegura o direito ao casamento homoafetivo. Outra conquista importante é o decreto da Presidência da República de abril de 2016 que permite o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis.

Contudo, a forte manifestação de uma onda ultraconservadora, tanto na política e seus agentes quanto em situações cotidianas da sociedade civil, vem provocando uma inquietude e uma incerteza em relação a essas conquistas humanitárias. A grande circulação de discursos conservadores e reacionários, principalmente por parte de representantes do poder público, faz com que um clima de instabilidade em relação a essa conquista de direitos se instaure no país. Esses discursos colocam em xeque uma noção de respeito aos direitos humanos que é valorizada em todo o mundo.

Nesse contexto, a maneira como a mídia tematiza essas questões e grupos sociais passa a ter um foco ainda maior. A mídia, por meio de seus conteúdos e práticas, tem o poder de destacar a importância de direitos básicos dos grupos marginalizados pela sociedade e atuar na manutenção dessas conquistas, mas também pode contribuir para reforçar determinados imaginários, cristalizar estereótipos e alimentar pensamentos preconceituosos. Trabalhamos aqui em um contexto brasileiro, mas, cabe ressaltar, que esta onda conservadora que ameaça direitos conquistados é um fenômeno de abrangência global muito evidente na contemporaneidade. Podemos destacar a força desse movimento conservador em diversos países como Estados Unidos, Polônia, Hungria, Áustria, Itália, Filipinas, Turquia, entre outros.

Partindo desta contextualização, realizamos uma análise focada nos elementos centrais do contrato de comunicação – identidade dos sujeitos, finalidade, propósito e dispositivo. Em relação à identidade dos parceiros envolvidos na troca, temos como sujeito que produz estes discursos o coletivo *Think Olga*, uma ONG de cunho feminista, que atua através da comunicação e da educação com foco em gerar um impacto produtivo na vida das mulheres brasileiras. O grupo atua em diversas plataformas, produzindo conteúdo escrito, imagético e audiovisual, bem como campanhas que visam extrapolar o espaço on-line.

Podemos perceber que o coletivo possui um número consideravelmente alto de seguidores²⁹, o que pode gerar um grande alcance e engajamento³⁰ em relação às propostas, fazendo com que a ONG se torne um dos grupos de referência nacional ao se tratar da temática feminista. O canal do *YouTube* possui 20,7 mil inscritos e mais de 614 mil visualizações. O *Instagram* possui 89,9 mil seguidores e 1.351 postagens que incluem infográficos, fotos, textos, vídeos e entrevistas que foram veiculadas no formato de *live*. A conta no *Twitter* é muito utilizada para compartilhar conteúdo dos outros canais de comunicação, bem como produções de veículos jornalísticos que possuam temáticas afins, contando com 105,2 mil seguidores atualmente. Já a página no *Facebook* possui 169 mil curtidas e também é utilizada para compartilhar conteúdos comuns com as outras plataformas e atrair o público para o site da ONG.

A partir do que vimos anteriormente na apresentação do coletivo e nas ações por ele desenvolvidas, é possível dizer que o coletivo é marcado por uma identidade de engajamento em causas sociais e nas lutas identitárias. Podemos destacar a marcação dessa construção de

²⁹ Todas as mídias sociais do coletivo *Think Olga* citadas no texto foram consultadas no dia 02 de março de 2021.

³⁰ Os termos ‘alcance’ e ‘engajamento’, em um contexto das mídias sociais, são utilizados para representar as pessoas que tiveram acesso a um determinado conteúdo produzido e as pessoas que, de alguma maneira, interagiram com estas publicações, seja ‘curtindo’, comentando, compartilhando com outras pessoas etc.

identidade a partir da apresentação dos minimanuais, que sinaliza que: “a ONG *Think Olga* lança manual on-line, em formato *pocket*, com conjunto de regras básicas para evitar erros clássicos na abordagem de notícias relacionadas a grupos minoritários” (THINK OLGA, 2016b)³¹.

Além da identidade do coletivo, a citação acima aponta indícios da finalidade do material. Podemos dizer que este tem uma finalidade instrutiva e educativa, uma vez que busca apresentar “regras básicas para evitar erros clássicos”, como podemos perceber na apresentação dos manuais:

ONG Think Olga lança manual online, em formato pocket, com conjunto de regras básicas para evitar erros clássicos na abordagem de notícias relacionadas à grupos minorizados.

Dividido em cinco partes³², o Minimanual de Jornalismo Humanizado traz exemplos práticos e diretos para jornalistas e veículos de comunicação que desejam limpar o conteúdo editorial que produzem de preconceitos e visões limitadas da sociedade. (THINK OLGA, 2016b, p. 3)

Além disso, o próprio nome da publicação, manual, nos sinaliza um caráter instrutivo, como nos aprofundaremos mais adiante ao tratar do gênero discursivo trabalhado. Também podemos destacar uma finalidade de crítica aos modelos jornalísticos tradicionais. Ao se apresentar como um *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, implica a existência de um outro tipo de jornalismo que não é humanizado. Ao longo do objeto, vemos que as questões abordadas são tratadas a partir de exemplos extraídos de veículos jornalísticos convencionais, como *GI*, *Veja*, *O Globo*, *Uol*, *R7*, entre outros, que podem ser entendidos como praticantes desse jornalismo “não humanizado”, na visão dos produtores do material.

Sobre o propósito, isto é, as temáticas abordadas pelo objeto, cabe salientar que estes ficam mais bem evidenciados através da análise do modo de organização descritivo. Mas cabe aqui apontar que, como propósitos, temos os direitos sociais e as lutas identitárias de grupos minoritários, especificamente as mulheres, a população negra, as pessoas com deficiência e a comunidade LGBT. Podemos ainda destacar como um propósito dos manuais o jornalismo em si mesmo. Este é tratado a partir de uma visão dicotômica entre um jornalismo humanizado e

³¹ Tal citação aparece em seis das sete edições dos manuais. Apenas na primeira edição, dedicada à violência contra às mulheres, o termo “grupos minoritários” é substituído por “mulheres”. Ainda assim, reconhecemos que a luta das mulheres se identifica como uma luta de um grupo minoritário.

³² Tal apresentação aparece em todos os manuais, com pequenas alterações. Esta apresentação, retirada da segunda edição, cita que os manuais são divididos em cinco partes, visto que esta era uma projeção inicial, mas foram produzidas sete edições. Na apresentação da sexta e da sétima edição está presente o primeiro parágrafo em comum com todas as outras e o segundo parágrafo já introduz o tema específico da edição, no caso, aborto e jornalismo esportivo.

um jornalismo de referência, entendido pelo coletivo como “não humanizado”, sendo representado pelas práticas convencionais da mídia tradicional.

O jornalismo humanizado seria construído a partir das instruções, dicas e problematizações apresentadas nos manuais. Essa perspectiva dialoga com as discussões teóricas que apresentamos anteriormente, como o foco nos seres humanos, o respeito aos direitos humanos, espaço de reverberação de vozes silenciadas pela sociedade, além do respeito e diálogo com as diferenças (IJUIM, 2012; 2014). Já o jornalismo de referência pode ser entendido como aquele que possui certa tradição e reconhecimento, que lhe conferem legitimidade e credibilidade, tem foco em assuntos com política e economia, possuem grande circulação, influenciam outros veículos midiáticos e estão marcados por uma obrigação de publicar assuntos de interesse público, mas também possuem interesses comerciais (ZAMIN, 2014).

O jornalismo é marcado por processos constantes de modificações e rupturas que acompanham as transformações sociais (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017). Dessa forma, a emergência de sujeitos que se propõem a pensar o jornalismo sobre uma outra perspectiva tende a gerar tensionamentos e reflexões acerca dessa prática profissional. Vem desse ponto o destaque para a problematização do jornalismo como um propósito dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* por nós analisados.

Por fim, ao tratarmos do dispositivo, podemos destacar a mediação tecnológica, visto que estes foram veiculados on-line, em formato de PDF, no site da ONG. Essa funcionalidade permite a vinculação de links que redirecionam o leitor para outros conteúdos, como as fontes dos dados apresentados, as matérias jornalísticas analisadas e, em alguns casos, materiais complementares de apoio. Além disso, vale ressaltar a facilidade de se encontrar o material na internet a partir de mecanismos de busca, que podem amplificar o acesso aos manuais e às temáticas neles abordadas.

É através desse contrato de comunicação instituído e de nossa memória discursiva que conseguimos perceber a presença de um gênero discursivo característico – o manual. Dessa maneira, buscamos aqui problematizar tal gênero e perceber quais são as afinidades e distinções que nosso objeto de estudo apresenta em relação ao gênero ao qual se propõe vincular, bem como as restrições fornecidas por tal contrato e gênero e as manobras utilizadas pelo coletivo para expressar seu projeto de fala.

4.2 Manual enquanto um Gênero Discursivo

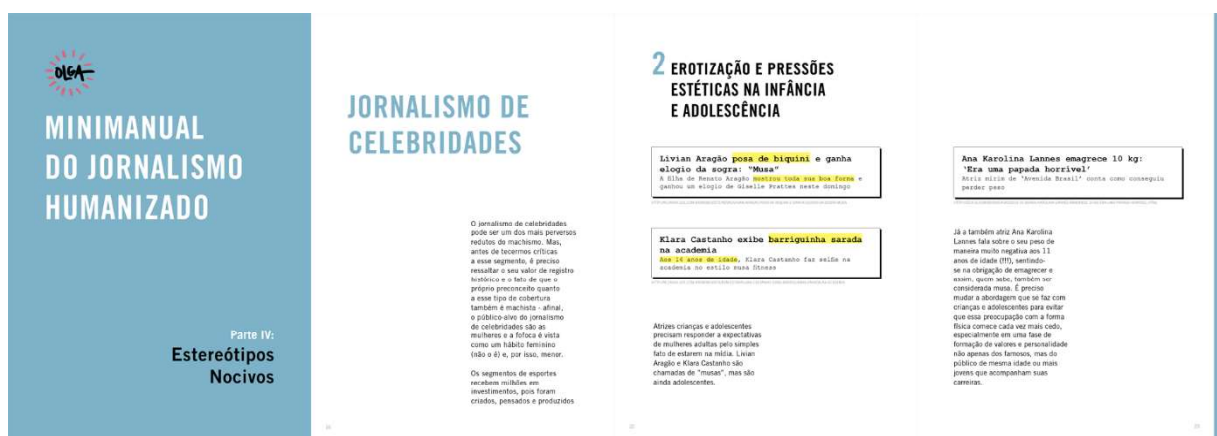
Conforme sinalizamos em nosso primeiro capítulo, nosso entendimento sobre gêneros discursivos está ancorado em Bakhtin (2003, p. 262), que os considera como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Nos apoiaremos também na visão de Charaudeau (2004), segundo a qual os gêneros devem ser percebidos a partir da ancoragem social destes textos, bem como de características comunicacionais, linguísticas e formais.

Dessa forma, a partir da visão de Charaudeau (2004), buscamos entender como o gênero é mobilizado a partir de um contexto social específico, no qual emergem problematizações acerca da prática jornalística e de maneiras de humanizá-la. Nesse caminho, é importante perceber como tal gênero mobiliza os elementos linguístico-discursivos para se construir e atingir a finalidade pretendida.

Diante da perspectiva de Bakhtin (2003), cabe destacar que a relativa estabilidade abordada pelo autor se faria presente tanto em aspectos de forma quanto de conteúdo. Assim, buscamos perceber aqui esses elementos que marcam uma certa regularidade no caráter estético dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*.

Inicialmente, percebemos que, embora os manuais tenham sido desenvolvidos e divulgados em um período total de um ano e meio, entre a primeira e a última edição há uma unidade entre eles. A identidade visual é muito característica, com o uso das mesmas fontes e um mesmo estilo de projeto gráfico, em que cada um dos manuais é desenvolvido seguindo uma cor específica, como podemos perceber pelo exemplo a seguir.

Figura 3 - Identidade Visual dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado

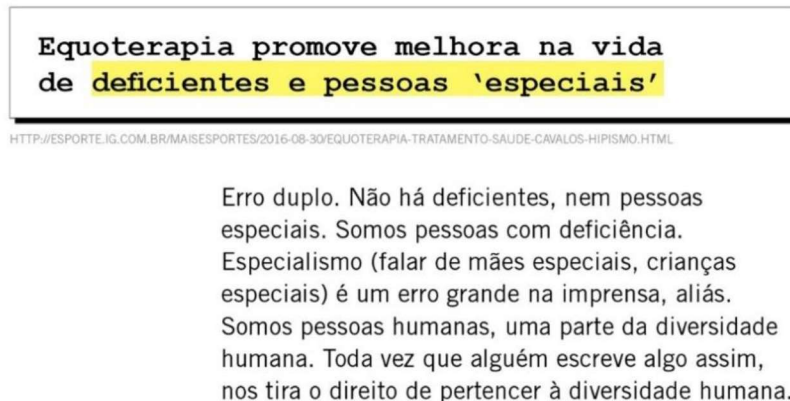


Fonte: THINK OLGA, 2017a, p. 1, 16, 22, 23.

A questão da estética também corrobora para o destaque que recebem as matérias analisadas, bem como os trechos principais destes exemplos que são problematizados pelo

manual. Dessa forma, concentra-se o foco do leitor na questão central que está sendo debatida naquele tópico específico.

Figura 4 - Exemplo do destaque dado às matérias analisadas



Fonte: THINK OLGA, 2016b, p. 15.

Nessa mesma perspectiva, também percebemos a divisão das seções que estruturam os manuais e atuam tanto para organizar quanto para orientar os pontos de vista abordados. Tal divisão é feita de acordo com a temática tratada. Por exemplo, o manual sobre racismo possui as seguintes seções: Introdução; Termos adequados; Risque expressões racistas do vocabulário; Não associe negros a animais; Estereótipos negativos; Interseccionalidade e invisibilização; Chega de ideias eurocêntricas de beleza; Questione opiniões racistas; Humanidades com vítimas de violência; Representatividade importa; Escolha de fonte e imagens. Dessa forma, podemos perceber por essa divisão que não há uma regularidade de seções entre os manuais, visto que os seguimentos estão diretamente relacionados com as temáticas tratadas.

Nesse sentido, é interessante entender como se constroem as problematizações dentro dos manuais partindo de discursos jornalísticos veiculados na mídia convencional. Dessa forma, o sujeito enunciator ocupa um papel de avaliar quais práticas são problemáticas a partir de um olhar da estigmatização dos grupos identitários e propor soluções para esses problemas. Além disso, algumas produções jornalísticas são vistas como “boas práticas” e abordadas como exemplos a serem seguidos, como podemos perceber através das imagens a seguir.

Figura 5 - Exemplo de seção com análise de discurso jornalístico

5 SUPERVALORIZAÇÃO DE ARQUÉTIPOS E MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS

Mariana Ximenes posou para a capa e recheio da edição de QUEM desta semana. No bate papo, ela falou que (...) não pensa em se casar e não tem pressa de ser mãe. "Tenho 35 anos, **penso em congelar os óvulos**", contou.

HTTP://REVISTAQUEM.GLOBO.COM/QUEM/TINHAS/NOTICIA/2016/03/QUEM/TINHAS-E-MAIS-4-NOTICIAS-QUE-MARCAM-O-DIA-01/01/2016.HTML

Sejam elas mães ou não, as famosas são questionadas sobre a maternidade ou sobre essa possibilidade em suas vidas - e essa informação costuma ganhar destaque. É como se fossem obrigadas a satisfazer a curiosidade do público sobre a sua relação com esse aspecto de suas vidas - uma cobrança muito mais suave (para não dizer inexistente) com seus colegas do sexo masculino.

Fonte: THINK OLGA, 2017a, p. 30.

Figura 6 - Exemplo da seção "Boas Práticas"

A doença de Gabriela Guilabel só foi catalogada um ano depois dela ter nascido. Os pais tentam verificar a possibilidade de tratar a menina com canabidiol, um dos princípios ativos da maconha

HTTP://ONLINE.COM.BR/JOINVILLE/NOTICIAS/MENINA-JOINVILENSE-E-UM-DOS-QUATRO-CASOS-DIAGNOSTICADOS-NO-MUNDO-DA-DEFICIENCIA-DO-PPFT1

Além de demonstrar que a síndrome que afeta Gabriela é rara, a matéria fala da importância do uso de canabidiol para o tratamento de algumas doenças, como é o caso dela.

Fonte: THINK OLGA, 2016b, p. 24.

Com o objetivo de entender uma certa caracterização do gênero manual³³, recorreremos ao *Dicionário de gêneros textuais* desenvolvido por Sérgio Roberto Costa (2008), no qual o autor busca apresentar e caracterizar diversos gêneros. Reconhecemos haver uma distinção conceitual entre as nomenclaturas gênero textual e gênero discursivo, visto que este engloba, além das questões textuais, questões relativas aos contextos, sujeitos, interações e práticas sociais (DIAS *et al.*, 2011). Ainda assim, reconhecemos que o presente trabalho de Costa (2008)

³³ Neste trabalho estamos adotando os termos 'manual' e 'minimanual' enquanto sinônimos.

insere em suas definições questões do campo discursivo. Portanto, partimos de suas definições para estabelecer uma espécie de caracterização do gênero manual, que será por nós mobilizada para a análise dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*. Para o autor, o manual tem certa predileção por um discurso instrucional e didático, visando uma interlocução direta com o leitor.

O gênero textual “manual” configura-se da seguinte maneira:

- a) quanto ao conteúdo
 - conjunto de normas/noções práticas sobre comportamentos/procedimentos a serem cumpridos para que uma tarefa seja bem executada;
 - conjunto de orientações explícita ou implicitamente entendidas como ordem, o qual estabelece um saber/fazer ao leitor ouvinte;
 - lista de mandamentos que obriga o leitor/ouvinte a executar alguma coisa segundo o cânone estabelecido.
- b) quanto ao discurso:
 - discurso isento de ambiguidades;
 - discurso que torna legítimas aspirações diversas a classes sociais e a épocas várias;
 - discurso que oferece saberes e deveres idealizados;
 - discurso no qual predomina a cena enunciativa de aconselhamento;
 - discurso em que o enunciador manipula o leitor (enunciatório) em direção à aceitação de certos valores sociais, por exemplo, ou outros valores.
- c) quanto ao linguístico-discursivo, predomínio de:
 - léxico pouco hermético;
 - verbos no modo imperativo ou futuro e infinitivo com valor de imperativo (Coma/Comerás/Comer com moderação!);
 - orações subordinadas substantivas subjetivas (É preciso comer com moderação! Não fica bem arrotar na mesa!);
 - enunciados curtos e coordenados e parágrafos breves;
 - uso reduzido da coesão anafórica. (COSTA, 2008, p. 131)

No jornalismo de referência, os manuais de redação são uma ferramenta muito comum e presentes nas redações desde a década de 1920. Caprino (2002) explica que o objetivo principal dos manuais é estabelecer um padrão para os textos visando a qualidade. Segundo a autora, os manuais também vêm assumindo uma função de estabelecer padrões comportamentais e de posicionamento ideológico das empresas de comunicação. No Brasil, muitos desses manuais são usados também como referencial didático nos cursos de graduação em jornalismo. Contudo, existem muitas críticas a esses manuais, afirmando que eles impõem muitas amarras desnecessárias ao processo de escrita dos jornalistas.

No entanto, quando comparamos esses manuais produzidos por empresas jornalísticas com os manuais de jornalismo humanizado, que nos propomos a analisar na presente pesquisa, podemos destacar que, no caso dos manuais de redação, há uma certa imposição do uso das

normas estabelecidas, principalmente devido ao desequilíbrio das relações de poder entre as empresas e os jornalistas contratados. Podemos perceber essa imposição, visto que as normas expressas nos manuais de redação representam a linha editorial desses veículos e devem ser seguidas pelos profissionais que ali trabalham. Ainda cabe ressaltar que antes de serem publicados, os textos passam por outros revisores e editores que, também sob orientação das mesmas instruções, buscam garantir que haja uma adequação às regras expressas nos manuais de redação.

Já no caso dos manuais de jornalismo humanizado, estes são produzidos por uma ONG e não possuem um caráter de obrigatoriedade, mas sim uma coletânea de conselhos que podem melhorar a prática jornalística a partir da visão de quem produz estes manuais. Ainda que não haja uma relação de obrigatoriedade quanto ao uso dos minimanuais, não podemos desconsiderar o lugar de destaque ocupado pelo coletivo *Think Olga* por seu histórico de engajamento em relação às lutas sociais. Consideramos que sua experiência e atuação diante de tais causas atribua credibilidade ao que é dito, aumentando as chances de o leitor seguir as instruções apresentadas nos manuais.

Ainda conforme Costa (2008), podemos perceber que os manuais são caracterizados a partir de três aspectos principais – o conteúdo, o discurso e o linguístico discursivo. Em relação ao conteúdo, percebemos que os manuais da *Think Olga* apresentam noções que guiam uma prática para que seja bem executada e, além disso, caracterizam um saber/fazer que é ensinado ao leitor em uma forma de ordem, conforme os exemplos abaixo. No entanto, nesse tipo de manual não há uma obrigatoriedade por parte do leitor de se cumprir as instruções apresentadas, visto que não há um vínculo de poder ou hierarquia entre a ONG produtora e seus leitores.

Quando se tratar de uma notícia sobre estupro, jamais usar o termo “encontros amorosos”. (THINK OLGA, 2016 a, p. 9)

Em geral, não use expressões como “sapatão”, “bicha”, “traveco” e afins, que são extremamente pejorativas fora do universo LGBT. (THINK OLGA, 2017 b, p. 14)

É importante jamais dizer coisas como “a mãe abortou”, já que essa declaração assume que toda mulher em processo de gravidez é mãe. A recomendação é sempre tratar por mulher, pessoa, cidadã, ou até mesmo o termo composto, mulher gestante ou mulher grávida. (THINK OLGA, 2017 c, p. 14)

A segunda característica utilizada para definir um manual é o discurso. Nesse caso, podemos dizer que há uma compatibilidade entre a proposta de Costa (2008) e os manuais analisados, visto que o discurso é marcado por uma tentativa de redução de ambiguidades,

apresentando saberes em uma perspectiva de aconselhamento que busca fazer com que o leitor compartilhe do mesmo pensamento de quem produziu o material. Além disso, percebemos o produto como uma busca pela legitimação das pautas defendidas pelos grupos sociais abordados no âmbito midiático.

A última característica analisada é o âmbito linguístico-discursivo. Nesse sentido, podemos perceber o uso de palavras comuns, de fácil compreensão, bem como a presença de verbos no imperativo ou no infinitivo com valor de imperativo. Entretanto, nos manuais da *Think Olga*, na maioria das vezes, há uma explicação dos motivos de cada uma das instruções, como no exemplo a seguir.

Ao se referir a pessoas negras, **não use** termos como “morena”, “mulata” ou “de cor”. **Descreva** a pessoa como ela é: negra. A negritude abrange uma gama ampla de tonalidades e traços – e não é ofensa chamar alguém de negro(a).

A dificuldade de chamar alguém como negro é sintomática do racismo na sociedade brasileira: para alguns, soa mais elogioso chamar de moreno(a). Na prática, usar esses termos funciona como uma tentativa de embranquecer e/ou evitar reconhecer que negras e negros existem e estão ocupando variados papéis na sociedade. (THINK OLGA, 2016 c, p. 8-9, grifos nossos)

Podemos ver, nas primeiras frases, as instruções “não use” e “descreva”, utilizando o modo imperativo para dizer como o leitor deve agir ao produzir determinado tipo de conteúdo, depois o texto explica porque as pessoas devem seguir tais instruções. Acreditamos que essa necessidade de explicação se deve ao fato de não haver relação de poder que obrigue o leitor a seguir estas instruções. Portanto, o sujeito enunciador tenta fazer com que o leitor compartilhe desse pensamento, perceba a importância do que está sendo apresentado e, assim, siga as instruções.

Também destacamos que os manuais, ao proporem uma prática de jornalismo humanizado, buscam levantar uma reflexão sobre a prática jornalística tradicional e as possíveis mudanças necessárias, enquanto manuais de redação tradicionais buscam servir como um conjunto de regras a serem seguidas e consultadas por profissionais, com poucas reflexões em relação a questões sociais, mas sim voltadas para a qualidade dos textos produzidos.

O discurso acerca das mudanças esperadas na prática jornalística pode ser entendido a partir do entendimento de uma possível “crise” do jornalismo tradicional. Os reflexos das mudanças sociais nos campos midiáticos fazem com que as grandes empresas de comunicação lutem para manter um lugar de destaque e privilégio do jornalismo de referência. Entretanto, há a emergência de novas práticas e outras reflexões sobre o fazer jornalístico que questionam os

paradigmas tradicionais do jornalismo, gerando um tensionamentos e atualizações que podem ser configurados como essa possível “crise” (MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017).

Estes autores destacam que nas últimas décadas diversos pesquisadores se preocuparam em investigar as mudanças estruturantes na prática jornalística contemporânea. Inicialmente, se pensava em uma fragilidade do jornalismo impresso diário diante das possibilidades oferecidas pelas mídias digitais. Entretanto, os autores destacam que o jornalismo on-line teria trazido uma atualização e um reforço das ideias de objetividade, síntese e imediatismo. Assim, as novas perspectivas que apontam para uma possível crise do jornalismo visam criticar as lógicas consolidadas nele, principalmente, o princípio da objetividade.

O paradigma da objetividade que norteia o jornalismo tradicional tem sua origem no pensamento da modernidade com bases positivistas. Dessa forma, ao se demarcar como um discurso objetivo, que apenas apresenta fatos, o jornalismo deixou de trabalhar “de maneira consistente e complexa, problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade” (MORAES; SILVA, 2019, p. 1-2). Dessa forma, essa “ilusão” da objetividade faz com que o jornalismo não se aprofunde em problemáticas complexas, reduzindo realidades em fatos isolados. Nessa perspectiva, a objetividade contribui para um processo de apagamento e silenciamento das diferenças.

O exemplo abaixo ilustra como os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* sinalizam essa busca pela reflexão em torno das questões sociais tratadas que poderiam ser abordadas de forma mais aprofundadas, em contraste ao preceito de objetividade consagrado na prática jornalística.

Sabemos que o aborto é um tema de difícil abordagem, tanto pela dificuldade de encontrar dados, informações e personagens quanto por ser polêmico, por isso oferecemos algumas orientações ao longo deste Minimanual e *estamos à disposição* para apoiar e ajudar na sua produção de conteúdo.

Começar a retirar o aborto do lugar de tabu é essencial para que as informações circulem, as histórias apareçam, mais pessoas se envolvam e as mulheres, especialmente, percebam que todas são diretamente afetadas pela criminalização da prática. Falar de aborto deve ser um tema de saúde da mulher, não uma questão de cadeia. *Os profissionais da comunicação brasileira, ou seja, você e eu*, têm um papel fundamental nessa luta. (THINK OLGA, 2017c, p. 37, grifos nossos)

Podemos perceber nesse trecho que o sujeito enunciador busca mostrar um entendimento quanto a dificuldade de se abordar a temática do aborto no jornalismo, mas se coloca como uma referência de apoio, ao dizer que “oferecemos algumas orientações” e “estamos à disposição para apoiar e ajudar”. Também cabe destacar o uso da primeira pessoa

do plural, buscando gerar uma sensação de pertencimento e proximidade entre as instâncias de produção e interpretação. Além disso, ela busca mostrar a importância dessa temática ser tratada na mídia, procurando influenciar o leitor e fazer com que ele compartilhe dessa responsabilidade de mudar esse tabu em relação ao aborto.

Podemos dizer que o coletivo utiliza de sua credibilidade enquanto um grupo com histórico de ativismo nessa pauta para problematizar a invisibilização da questão na mídia, se colocando como ponto de referência e incentivando que os leitores também tragam essas pautas e discussões para suas rotinas profissionais. Além disso, essa problematização corrobora a crítica feita à objetividade jornalística, visto que um dos possíveis motivos para o tema ser considerado tabu pela sociedade é a falta de conhecimento. Tal conhecimento poderia ser compartilhado pela sociedade caso o jornalismo entendesse e abordasse a questão do aborto com o aprofundamento e a complexidade necessária, ação que o manual demarca como “essencial”.

Ainda pensando no viés linguístico-discursivo, não percebemos a presença marcante de orações subordinadas substantivas subjetivas. Estas seriam orações que exercem a função de sujeito para uma outra oração, com caráter de impessoalidade. Esse tipo de oração não está presente nos manuais, mas poderiam ser utilizadas da seguinte forma: “É preciso que o tema seja abordado”, ou “É importante que estas questões sociais sejam discutidas”.

Também há uma grande presença de enunciados maiores, visto que estes manuais vão além das instruções, trazendo contextualização e problematizações do que está sendo sugerido. Enquanto nos manuais de jornalismo tradicionais é comum a presença de enunciados curtos contendo instruções diretas, nos manuais aqui analisados as instruções tendem a conter uma contextualização e explicação mais detalhada, conforme o exemplo abaixo:

Quando for cabível, divulgar, na matéria, informações de apoio às vítimas e parentes de vítimas de crimes correlatos (como, por exemplo, o Disque 180 da Lei Maria da Penha), para ajudar a disseminar a informação de onde e como buscar ajuda caso alguém se encontre em situação parecida. (THINK OLGA, 2016a, p. 24, grifos nossos)

Além disso, cabe destacar que mesmo com a presença frequente do modo imperativo, esta não é uma regra nos manuais, visto que muitas vezes as problematizações e instruções são feitas de maneira menos direta, questionando os objetos tomados como exemplo para que o leitor perceba os erros ali presentes e não os repita. Dessa forma, percebemos que há aproximações e distanciamentos da definição do gênero manual proposto por Costa (2008). Isso se deve às diferenças na situação de comunicação em que esse manual é produzido, marcada

pela ausência de hierarquia, a valorização do saber de experiência e o caráter ativista do material.

4.3 Os Sujeitos da Linguagem

Ao abordar os sujeitos da linguagem presentes nessa troca comunicativa, partimos da instância de produção e podemos afirmar que o principal sujeito comunicante é a ONG *Think Olga*, uma instância compósita por si mesma. Esta identificação pode ser facilmente percebida através de diversos elementos, como a logomarca do coletivo, presente na capa e contracapa de todos os manuais, o site do grupo, que é o destino onde o material está hospedado, bem como a inscrição do site está presente na primeira página de todas as edições. Por fim, esta identificação do sujeito empírico também é explicitada na página inicial de apresentação dos manuais, a partir do texto “ONG *Think Olga* lança manual online, em formato pocket, com conjunto de regras básicas para evitar erros clássicos na abordagem de notícias relacionadas à grupos minorizados”.

A partir dessa apresentação, podemos perceber que a identidade institucional da *Think Olga* é constituída como um grupo ligado às pautas feministas, bem como a outras causas relacionadas às lutas identitárias de outros grupos minoritários. A ONG se torna uma das referências nas discussões sobre feminismo, visto o grande número de projetos voltados para essa temática, a dedicação a essa causa durante alguns anos seguidos, assim como o alcance e reconhecimento do público comprovado pelos números de seguidores e crescimento dos projetos desenvolvidos.

Cria-se, assim, um reconhecimento do lugar de fala³⁴ da instituição quanto às questões de direitos humanos, muito mais por um viés do engajamento contínuo na causa que por questões institucionalizadas, como títulos, formação ou cargos ocupados pelos membros do coletivo. Esta construção discursiva também pode ser percebida através da apresentação que o coletivo faz de si mesmo em seu site e suas mídias sociais. Não são mobilizados argumentos sobre a formação das pessoas participantes ou sobre vinculações institucionais e cargos ocupados, mas sim é reforçada a atuação constante em relação à pauta dos direitos das mulheres e de outros direitos humanos.

³⁴ A expressão lugar de fala busca reconhecer experiências, vivências e realidades que são ignoradas ou se distanciam da normatividade social padronizada. Neste caso, estamos falando de experiências que são compartilhadas sócio-historicamente por grupos, indo além das vivências individuais. Assim, busca-se considerar que o lugar social que determinados grupos ocupam é responsável por restringir oportunidades e gera visões diversas sobre a sociedade que precisam ser consideradas (RIBEIRO, 2017).

Por uma perspectiva Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2008), podemos destacar que há um sujeito comunicante (EUC), majoritariamente representado pela figura institucional *Think Olga* e, em algumas situações, apoiado por outras pessoas e instituições que se relacionam diretamente com as causas abordadas nos manuais, seja por um estatuto profissional ou através das ações de ativismo. Ao tomar a palavra, esse sujeito comunicante projeta um sujeito enunciador (EUE) marcado por um papel enunciativo de sujeitos midiativistas, bem como ocupando um papel enunciativo de consultor, especialista nos assuntos tratados e conhecedor das lógicas e procedimentos da prática jornalística e midiática. Como reforçaremos adiante, podemos perceber esse caráter de ativismo, visto que os manuais se interessam em problematizar a construção de um jornalismo humanizado muito mais de um ponto de vista das lutas identitárias que de questões técnicas do âmbito jornalístico. Algumas questões técnicas da área não são abordadas ou detalhadas, como a produção da pauta, o processo de apuração, o uso de imagens, regras ou instruções para o uso de citações dos entrevistados ou mesmo questões jurídicas e burocráticas. Ainda assim, percebemos a problematização de questões pertinentes à prática jornalística, como o enquadramento e contextualização das notícias, as escolhas lexicais, a escolha das fontes, entre outros.

É preciso destacar que apenas em dois dos manuais a ONG se apresenta como único sujeito responsável pelo conteúdo, portanto, ocupando os papéis de sujeito comunicante e sujeito enunciador. Em outros cinco manuais há presença de outras pessoas ou instituições assinando como corresponsáveis pelo material produzido, isto é, tornando o sujeito comunicante, em tais casos, compósito. É interessante perceber que os dois manuais de responsabilidade integral da *Think Olga* são os que abordam as temáticas da violência contra a mulher e dos estereótipos nocivos em relação à mulher presentes na mídia. Estes dois manuais estão diretamente ligados com as causas com as quais o grupo trabalha rotineiramente. Dessa forma, há um peso maior no nome *Think Olga* para pautar essas questões, enquanto outras temáticas são apresentadas a partir de parcerias vistas como mais especializadas ou envolvidas com as causas retratadas.

No ponto de vista da instância de interpretação, temos um destinatário idealizado (TUd). Este destinatário projetado corresponde às pessoas envolvidas com o setor do jornalismo e da produção de conteúdo que estejam conscientes da necessidade de se problematizar as questões de direitos humanos na produção jornalística contemporânea. Podemos perceber esse posicionamento, por exemplo, através da distribuição do conteúdo que é feita no próprio site da ONG. Assim, é possível inferir que as pessoas que vão atrás desse tipo de material compartilham dos ideais da equipe da *Think Olga*. Desse modo, o material é destinado a pessoas

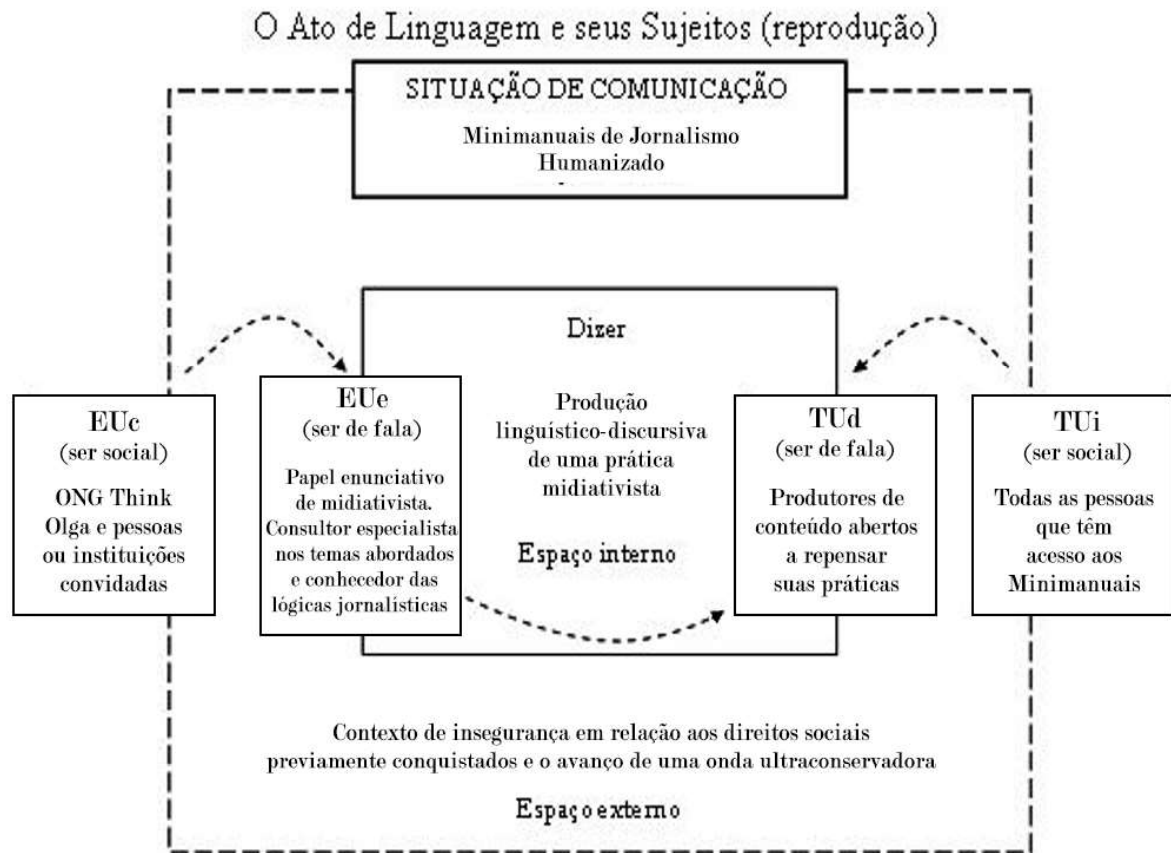
que estejam abertas a este diálogo e propensas a alterar suas práticas profissionais com uma finalidade de combater o preconceito.

Podemos ainda acrescentar que este destinatário ideal (TUd) vai além dos profissionais de comunicação marcados pelo endereçamento explícito no objeto. Outras pessoas que se interessam por essas discussões, que possuem certa consciência social, também fazem parte do público-alvo dos manuais e podem utilizá-los como uma ferramenta para sua leitura e análise do conteúdo jornalístico e para cobrar mudanças nas práticas desviantes cometidas por veículos tradicionais.

No entanto, para além disso, temos como sujeito interpretante (TU_i), ou seja, o leitor real do objeto, todas as pessoas que de fato têm acesso ao conteúdo dos manuais, seja por iniciativa própria ou de terceiros, partilhando ou não dos ideais ativistas neles expressos.

A partir dessas exposições, buscamos realizar uma adaptação do quadro desenvolvido por Charaudeau que representa a situação de comunicação e os sujeitos da linguagem. Dessa forma, o quadro abaixo representa a situação de comunicação em que se inserem os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pela ONG *Think Olga*, a partir de nossas análises iniciais em uma perspectiva da Teoria Semiológica.

Figura 7 - Representação da Situação de Comunicação na qual emergem os Minimanuais



Fonte: Adaptação elaborada pelo autor a partir do diagrama desenvolvido por Charaudeau (2008).

O esquema que construímos busca trazer uma representação geral da situação de comunicação e do contrato estabelecido nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*. Porém, cabe ressaltar que é possível que este quadro apresente variações mais específicas de acordo com cada enunciado colocado em evidência.

4.4 Estratégias Discursivas

Como vimos no capítulo dedicado à Teoria Semiolinguística, as estratégias discursivas são três: a legitimidade, a credibilidade e a captação. Conforme explica Procópio (2015), baseada em Charaudeau, a legitimidade faz uma associação entre um ato de fala e a posição social de quem o produz. Assim, ela é utilizada através do fornecimento de informações ou pistas acerca da identidade social do sujeito enunciativo, de modo a comprovar a legalidade do status de quem diz e a sua autoridade para dizê-lo. “Somos, pois, levados a crer que é a

legitimidade que garante o poder de dizer em uma situação de comunicação” (PROCÓPIO, 2015, p. 40).

A credibilidade é o que mostra se o enunciador está apto para saber dizer a verdade e saber lidar com as restrições impostas pela situação de comunicação, fazendo com que seu interlocutor o perceba como confiável. Assim, esse estatuto de verdade pode ser assegurado através do uso de recursos discursivos que comprovem a veracidade das informações apresentadas, como falas de pessoas que experienciaram dada situação, através do uso de documentos, fotografias, ou material jornalístico, reconstruindo os prováveis acontecimentos ou apresentando as origens que expliquem os fatos, por exemplo.

Por fim, a estratégia de captação busca despertar emoções no interlocutor para que este seja favorável ao que é dito pelo enunciador. Para que a captação se efetive, é importante trabalhar com as crenças e emoções do interlocutor, bem como com suas expectativas em relação ao discurso. O uso da estratégia de captação dependerá de como o discurso está organizado, dos gêneros utilizados, dos objetivos pretendidos, entre outros (PROCÓPIO, 2015).

Em relação à legitimidade e à credibilidade, podemos perceber a mobilização destas estratégias ao apresentar os sujeitos comunicantes responsáveis pelos manuais. De uma maneira geral, em todos os manuais há uma forte mobilização da identidade social do coletivo *Think Olga*, uma instituição que possui um histórico de engajamento em causas sociais, principalmente nas questões relacionadas aos direitos das mulheres. O uso do nome e da “marca” *Think Olga*, reforçando tal identidade social, serve para conferir credibilidade ao que é dito, visto que o coletivo pode ser considerado uma das referências nacionais ao se tratar dessas questões.

Além disso, em alguns casos, este sujeito comunicante pode ser considerado compósito, pois outras pessoas ou instituições assumem a coautoria de algumas edições do manual ao lado da ONG. No manual relacionado às pessoas com deficiência, a coautoria é assumida pela antropóloga Adriana Dias. Para conferir legitimidade e credibilidade a ela são fornecidas informações do seu estatuto profissional, explicitando cargos que ela ocupa, bem como experiências significativas relacionadas à temática, como podemos perceber pelo trecho a seguir.

Esta segunda parte é sobre Pessoas Com Deficiência e foi desenvolvida por Adriana Dias, coordenadora do Comitê “Deficiência e Acessibilidade” da Associação Brasileira de Antropologia e coordenadora de pesquisa tanto no Instituto Baresi (que cria políticas públicas para pessoas com doenças raras), quanto na ONG ESSAS MULHERES (voltada à luta pelos direitos sexuais e reprodutivos e ao combate da violência que afeta mulheres com deficiência).

É Membro da American Anthropological Association e foi membro da Associação Brasileira de Cibercultura e da Latin American Jewish Studies Association. (THINK OLGA, 2016b, p. 5)

Através dos procedimentos de nomeação e qualificação utilizados para caracterizar Adriana e as instituições em que ela está envolvida, podemos perceber que são ressaltadas características de um âmbito profissional, mas também há a valorização do ativismo, como o trabalho em uma ONG e a explicitação de que as pesquisas dela estão voltadas para a criação de políticas públicas e para a luta pela causa defendida, nesse caso as pessoas com deficiência, com enfoque nas mulheres com deficiência.

O minimanual sobre racismo tem sua autoria atribuída à própria ONG *Think Olga*, em parceria com a Corija/SP (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo) e com a equipe do Blogueiras Negras. Também são citadas no manual algumas fontes entrevistadas, sendo elas as jornalistas e mulheres negras Juliana Gonçalves e Patrícia Gonçalves, e a ativista negra Aline Ramos. A seguir, destacamos algumas de suas falas.

‘O ideal de beleza construído dialoga com as características de uma pessoa branca. Mesmo uma pessoa negra é julgada bonita se ela se aproxima ou se afasta desses ideais brancos’ diz Juliana Gonçalves, jornalista, mulher negra e membro da Corija/SP (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo). (THINK OLGA, 2016c, p. 16)

‘Essas expressões reforçam que não somos ninguém, somos safados, nunca vamos ter protagonismo. Quando as pessoas brancas se sentem à vontade para nos colocar nesse lugar, mesmo que sejam amigas, nada vai mudar. Se a pessoa não liga, porque eu vou ligar? Por que me preocupar com a linguagem que eu uso?’, questiona a jornalista e mulher negra, Patrícia Gonçalves. (THINK OLGA, 2016c, p. 11)

‘A cobertura da imprensa sobre temas relacionados à negritude é muito rasa, é como se estivéssemos até hoje respondendo à pergunta: existe racismo ou não? Temos negros aparecendo nas editorias de cultura, beleza e comportamento, acho isso fabuloso, mas por que as editorias de cidade, cotidiano, política, ciência não abordam essas questões?’, questiona a ativista negra Aline Ramos. (THINK OLGA, 2016c, p. 14)

Assim, podemos perceber um uso marcado da estratégia de credibilidade, pois, ao explicitar o fato de elas serem mulheres negras, o manual evidencia um lugar de fala sobre o assunto, sustentado pelas experiências e vivências pessoais. Além disso, Aline tem o seu papel enquanto ativista evidenciado, reforçando o entendimento de que os manuais foram

desenvolvidos por pessoas que se engajam nas causas abordadas e apresentam um saber de experiência em relação a essas temáticas.

No manual relacionado às pessoas LGBT, há a coautoria de uma jornalista responsável, Nana Soares. Entretanto, neste caso, não foram mobilizadas fortemente as estratégias de legitimidade e credibilidade. O manual explicita que Nana é uma jornalista, desta forma podemos entender que ela possui credibilidade para escrever o manual, porém não foram sinalizados outros elementos de seu estatuto profissional, ou em relação à temática abordada, como vimos em outros exemplos.

Em outros dois manuais também são demarcadas coautorias entre a ONG e jornalistas. Nina Neves³⁵ assina o volume sobre aborto, também sem a explicitação de informações de seu estatuto profissional. No entanto, é atribuído um papel de consultoria de conteúdo à ANIS – Instituto de Bioética³⁶. Além disso, mesmo sem haver citações específicas, na capa desse volume podemos destacar a inscrição da logomarca da GHS Brasil³⁷ (*Global Health Strategies*), grupo internacional que atua na área de políticas públicas voltadas para a saúde e o bem-estar.

Já na edição sobre jornalismo esportivo, a coautoria é creditada à jornalista Olga Bagatini, sendo explicitadas informações relevantes sobre o seu estatuto profissional, pois Olga é “jornalista focada na cobertura esportiva há 4 anos e jogadora de basquete” (THINK OLGA, 2018, p. 3). Além disso, pesquisando sobre ela, confirmamos que Olga é uma jornalista interessada em esportes, direitos humanos e, principalmente, na presença da mulher no mundo esportivo, também possui experiência de trabalho em grandes veículos de comunicação na área esportiva. Dessa forma, nesses dois exemplos podemos destacar o uso das estratégias de legitimidade e credibilidade, que reforçam o poder de falar e o estatuto de verdade do que é dito, por estar corroborado pelas pessoas e instituições que assumem a função de coautoria.

Outra estratégia de credibilidade utilizada é a presença dos excertos retirados de veículos de comunicação analisados pelo manual, acompanhados dos links. Estes servem como uma prova de verdade, comprovando a existência de tais discursos na mídia tradicional, gerando credibilidade para a ideia central de se repensar as práticas jornalísticas a partir das instruções fornecidas nos manuais.

³⁵ De acordo com informações de currículo, Nina Neves é uma jornalista e produtora de conteúdo freelancer que já trabalhou em parceria com a *Think Olga* em diversas ocasiões.

³⁶ Definida em seu site da seguinte maneira: “A ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero é a primeira organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina”. Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=BioeticaBrasilIntegra&id=26>. Acesso em: 28 mar. 2021.

³⁷ Disponível em <http://globalhealthstrategies.com/bp/about-us/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Podemos perceber, também, uma estratégia de credibilidade ao se apresentar dados e informações importantes para contextualização das temáticas abordadas. Quando estes dados são acompanhados de referências explícitas da fonte de informação de onde foram obtidos, além de trazer credibilidade para o que é dito, também há uma validação baseada na legitimidade de outras instituições que realizaram tais pesquisas, como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização Mundial de Saúde, por exemplo.

Entretanto, percebemos que, em alguns casos, as informações são repassadas sem um registro da fonte de origem. Como podemos perceber nos trechos a seguir, o primeiro demonstra o caráter explicativo, com informações e o crédito das fontes, enquanto o segundo e o terceiro mostram exemplos de conteúdos apresentados sem o registro das fontes de informação responsáveis por tais considerações.

No Brasil, a expectativa de vida de travestis e transsexuais é de apenas 35 anos – para comparação, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) calcula que a expectativa de vida do brasileiro é, em média, de 75 anos. Segundo os dados da ONG Transrespect, nosso país, sozinho, registrou 38% dos assassinatos dessa população que ocorreram em todo mundo entre janeiro de 2008 e junho de 2016. (THINK OLGA, 2017b, p. 4)

O estupro é um dos crimes mais subnotificados, por várias razões. (THINK OLGA, 2016a, p. 6)

Vale lembrar que Brasil foi o país que mais traficou pessoas escravizadas. Calcula-se que cerca de 20% de todas as pessoas traficadas do continente africano foram trazidas para o Brasil (cerca de 5 milhões de pessoas, quantidade muito superior ao número dos EUA, de 400 mil). (THINK OLGA, 2016c, p. 6)

Essa ausência do registro explícito da fonte de informação pode contribuir para uma falta de credibilidade do material e, em consequência, das demais informações nele contidas. Além disso, por se tratar de um material midiativista, inserido em um contexto de disputa e luta por direitos sociais, a construção da credibilidade é necessária para validar a importância da causa abordada, bem como da existência de produções como os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, que visam problematizar o jornalismo tradicional e propor mudanças.

A estratégia de captação, voltada para os sentimentos e emoções provocadas no leitor, se faz presente a partir das temáticas abordadas, visto que estamos tratando de pessoas e grupos sociais que são historicamente marginalizados e possuem seus direitos negados ou questionados pela sociedade. Dessa forma, os manuais visam destacar a responsabilidade do jornalismo

acerca dessas questões a partir de abordagens vistas como inadequadas. Esse tipo de discurso pode ser entendido como uma forma de sensibilizar os leitores para fazer com que eles se engajem em torno das causas e se posicionem como favoráveis às mudanças sugeridas pelos manuais.

4.5 Modos de Organização do Discurso

Como vimos no capítulo sobre os pressupostos da Teoria Semiolinguística, os modos de organização do discurso representam a maneira como o sujeito enunciador, mais ou menos consciente do espaço de manobra existente na produção linguageira, desenvolve sua encenação discursiva, visando alcançar determinados objetivos. Assim, nessa seção, buscamos analisar de que maneira os modos de organização do discurso – enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo – são utilizados na produção dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* e quais são os efeitos de sentido que podemos apreender a partir desses usos. Cumpre ressaltar que apresentaremos apenas as categorias linguístico-discursivas dos modos de organização do discurso que se fizeram presentes no objeto por nós analisado.

A partir da análise do uso dos modos de organização do discurso poderemos perceber como os minimanuais se estruturam enquanto uma prática midiativista, visando atingir seus objetivos. Assim, buscamos entender de que maneira o sujeito enunciador se posiciona em relação ao que é dito, bem como de que forma ele interage com o seu interlocutor e o implica nas discussões presentes. Essa observação cuidadosa nos permitirá evidenciar as significações possíveis de serem apreendidas sobre as temáticas tratadas e a necessidade de se humanizar o jornalismo pela perspectiva do objeto analisado.

4.5.1 Modo de Organização Enunciativo

O Modo de Organização Enunciativo se relaciona com as operações que o sujeito utiliza para agir diretamente sobre o discurso, seja através da construção de uma relação com seu interlocutor em um comportamento alocutivo, de seu posicionamento sobre o que é dito em um comportamento elocutivo, ou mesmo da criação de um “apagamento” da sua voz, buscando uma sensação de objetividade, em um comportamento delocutivo.

4.5.1.1 Comportamento Alocutivo

Como vimos, a construção do ato alocutivo se baseia na relação de influência estabelecida entre locutor e interlocutor. Dessa maneira, o sujeito enunciativo pode demonstrar através desse tipo de comportamento uma posição de superioridade ou de inferioridade em relação ao sujeito destinatário ao abordá-lo em seu ato de linguagem. Além disso, é importante salientar que essa abordagem ao interlocutor pode acontecer de forma explícita ou implícita.

Nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, essa modalidade é utilizada em diversos momentos para orientar o leitor sobre um modo adequado de como fazer um jornalismo humanizado. Essas abordagens ao leitor surgem em uma interseção das modalidades propostas por Charaudeau (2008) de injunção e sugestão. A injunção se caracteriza como uma ordem a ser realizada, enquanto a sugestão se destaca por ser uma proposição de ação necessária.

Essa interseção entre as duas modalidades se dá por um motivo que já discutimos anteriormente, a relação de autoridade existente entre a instância produtora dos manuais e a instância receptora. Como vimos, o coletivo *Think Olga* se projeta como um grupo digno de credibilidade, visto que possui um histórico de engajamento em relação às pautas abordadas, além de trazer especialistas de outras áreas para fundamentar as discussões. Com isso, podemos estabelecer um lugar de autoridade, de direito de fala para a ONG. Contudo, não há uma relação institucional que obrigue o interlocutor a seguir as instruções apresentadas. Este é levado a acreditar que tais normas são condizentes com a proposição de um fazer jornalístico humanizado de modo que passe a segui-las. Ainda assim não há nenhum instrumento formal ou relação de poder que o obrigue a agir de tal modo, apenas sua concordância com o que é dito pelo coletivo.

Nos manuais, a construção linguística se dá na forma de injunção (ordem), mesmo que possa ser interpretada como uma sugestão. Muitas vezes essas injunções aparecem de maneira mais indireta, utilizando verbos no infinitivo, sem endereçá-las marcadamente ao leitor, o que pode ser chamado de imperativo impessoal (CUNHA; CINTRA, 2017), como percebemos nos exemplos a seguir.

Quando se tratar de uma notícia sobre estupro, jamais usar o termo ‘encontros amorosos’. (THINK OLGA, 2016a, p. 9, grifos nossos)

Caso o ato seja masturbatório, *sempre ressaltar* que o ato foi forçado. (THINK OLGA, 2016a, p. 23, grifos nossos)

Em vez de fazer uma mera decupagem da entrevista com uma frase tão infeliz que propaga discursos racistas, *o ideal é fazer* alguma referência à citação problemática e, *se possível, apresentar* uma crítica com as aspas de algum(a) especialista. (THINK OLGA, 2016c, p. 19, grifos nossos)

Não chamar atletas de musas.

Dar destaque ao nome, ao esporte e às conquistas de atletas mulheres e times femininos.

Em entrevistas, *focar sempre* no trabalho da atleta e em suas opiniões profissionais sobre o esporte. *Evitar perguntas* sobre dietas e segredos de beleza. (THINK OLGA, 2017a, p. 13, grifos nossos)

Sempre se referir às atletas pelo nome, sem a imposição de rótulos indesejados.

Não reduzir uma atleta ao papel de ‘esposa’ de alguém.

Contar sobre a trajetória e os feitos da atleta. (THINK OLGA, 2018, p. 25, grifos nossos)

A partir dos exemplos citados podemos perceber a convergência entre os procedimentos de injunção e sugestão, também, através do uso de léxicos que exprimem uma ideia de imprescindibilidade, como “jamais usar”, “sempre ressaltar” e “focar sempre”, bem como o uso de léxicos que transmitem uma ideia de aconselhamento, como “o ideal é fazer”, “se possível, apresentar” e “evitar perguntas”.

Essa noção de influenciar o leitor a cumprir as “regras” apresentadas também pode ser reforçada a partir do uso de advérbios ou outros qualificadores (CUNHA; CINTRA, 2017). Nos exemplos mencionados podemos perceber que os advérbios “jamais” e “sempre” trazem mais força para as normas apresentadas, enquanto expressões como “se possível” e “o ideal” indicam que as normas apresentadas seriam as melhores maneiras de agir perante a presente situação, também utilizada para convencer o leitor a seguir tais regras.

Em outros momentos, as injunções/sugestões aparecem de maneira mais direcionada ao leitor, utilizando verbos no imperativo, transmitindo a ideia de que as normas apresentadas estão endereçadas diretamente ao interlocutor, como nos exemplos abaixo.

Nunca use aleijado, deformado, coxo, expressões que além de deselegantes ao extremo, marcam e fixam o corpo da pessoa com deficiência, como menores, menos capazes, menos humanas. Isso é capacitismo puro. Também *não use* expressões como: ‘superando defeitos’ ou ‘preso a uma cadeira de rodas [...]’. *Não ajude* a narrativa social capacitista! (THINK OLGA, 2016b, p. 14, grifos nossos)

Acompanhe movimentos sociais. [...] *Seja* respeitoso com as mulheres. [...] *Faça* como faria com um homem. Ainda que a abordagem dos homens ainda tenha muitas falhas no jornalismo de celebridades, o tratamento dado a eles costuma ser menos invasivo, mais profissional e respeitoso. (THINK OLGA, 2017a, p. 33, grifos nossos)

Não reforce isso! Elas são pessoas, têm nome, sobrenome e profissão. *Inclua* pessoas trans em pautas que fujam desses temas. (THINK OLGA, 2017b, p. 25, grifos nossos)

No primeiro exemplo, podemos perceber que os manuais fornecem instruções para os leitores de como agir ao abordar as temáticas trabalhadas, mas vai além ao abrir espaço para críticas e problematizações a imaginários cristalizados na sociedade. Essa atitude visa modificar representações preconceituosas do senso comum, como é o caso do capacitismo, que reduz pessoas com deficiência às suas deficiências, ignorando a totalidade de suas identidades.

Podemos destacar ainda que, em alguns dos manuais, as categorias de injunção/sugestão são utilizadas na concepção dos títulos das seções do manual. Ao nomear uma seção inteira como uma injunção, é possível ter uma significação de que tal seção, como um todo, se apresenta como uma norma a ser seguida pelo interlocutor, como destacamos nos exemplos a seguir.

Não romantizar o ato.
Não desmerecer a vítima.
Não romantizar os agressores e o crime.
Não julgar as vítimas por seu comportamento após o crime. (THINK OLGA, 2016a, p. 8; 15; 18; 20, grifos nossos)

Risque expressões racistas do vocabulário.
Não associe negros a animais.
Questione opiniões racistas. (THINK OLGA, 2016, p. 10; 12; 18, grifos nossos)

No primeiro conjunto de exemplos acima, percebemos a utilização de uma construção verbal que pode ser comparada à narrativa bíblica dos Dez Mandamentos. Inclusive, não há uma preocupação de que esse tipo de construção soe repetitiva. Na doutrina cristã, os Dez Mandamentos representam as normas a serem seguidas por seus fiéis. Assim, esse conjunto de princípios representa, no discurso religioso, uma espécie de “manual” que orienta a maneira como os devotos devem agir perante a Deus e a sociedade. Dessa forma, podemos entender aqui uma relação de interdiscurso, no qual um discurso prévio exerceria certa influência em outro, de modo que as seções do manual, nomeadas dessa forma, representariam as normas a serem seguidas pelos leitores de tais manuais em suas práticas profissionais e reflexões acerca dessas temáticas.

Cabe ainda acrescentar que não há uma uniformidade quanto ao uso desse tipo de apresentação das normas para o leitor, visto que, por vezes, tais instruções aparecem com verbos

no infinitivo, no imperativo e também com o uso da primeira pessoa do plural, implicando a presença do locutor também como agente que segue tais regras, como veremos ao abordar o comportamento elocutivo. Atribuímos essa diversidade de usos dentro dos manuais ao fato de estes serem produzidos por um coletivo, além de sujeitos convidados. Além disso, tal atitude endossa as características das práticas midiativistas, que se apresentam como descentralizadas.

Outro procedimento utilizado para se construir um ato alocutivo é a interpelação, quando o enunciador busca falar diretamente com seu interlocutor, reconhecendo que está dialogando diretamente com outra pessoa. Isso pode ser utilizado para engajar o leitor e gerar uma identificação maior entre este e seu interlocutor, o qual o interpela diretamente. Embora tal procedimento não esteja presente com frequência nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, ele é utilizado, por exemplo, para agradecer alguém por uma informação compartilhada ou mesmo para inserir o locutor como parte do discurso e despertar sua atenção. Destacamos aqui algumas recorrências.

No Reino Unido, o Sex Acts Offenses prevê esse tipo de violação desde 2013. (*Obrigada pela informação, Ivy!*). (THINK OLGA, 2016b, p. 23, grifos nossos)

Já o Código Civil estabelece, em seu artigo 144, que ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a cujo respeito deva guardar segredo por razão de profissão, desconstruindo a compreensão errônea de que a suspeita de um crime deve levar o médico a ocupar a função de delator – *isto vale para você, jornalista, também*. (THINK OLGA, 2017c, p. 30, grifos nossos)

Os profissionais da comunicação brasileira, *ou seja, você e eu*, têm um papel fundamental nessa luta. (THINK OLGA, 2017c, p. 37, grifos nossos).

No primeiro exemplo, podemos ver uma fala endereçada a uma pessoa específica, como um agradecimento por uma ajuda ao compartilhar uma informação importante. Já no segundo exemplo, podemos ver uma tentativa de chamar a atenção e buscar uma aproximação com o leitor, ao interpelá-lo como ‘você, jornalista’. Neste caso, também cabe destacar que a informação apresentada é uma informação relativa à legislação e que, por isso, é de grande importância que o leitor preste bastante atenção neste trecho específico. Por fim, no terceiro exemplo, podemos apreender um significado de aproximação e identificação, ao incluir a si próprio e o leitor em uma mesma categoria, criando a sensação de uma “conversa” entre pessoas que compartilham vivências semelhantes. Além disso, também é possível perceber uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, visto que tanto quem escreve quanto quem lê “têm um papel fundamental nessa luta”.

Outro procedimento de construção de um ato alocutivo, apresentado por Charaudeau (2008), é o de interrogação. Neste caso, o enunciador se coloca em uma posição de buscar por informações e enxerga em seu interlocutor alguém que possa lhe fornecer tais informações. Entretanto, nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, percebemos que a interrogação é utilizada em associação ao procedimento de interpelação, visto que busca despertar a atenção do leitor a partir de uma determinada pergunta, como vemos a seguir.

Você já ouviu falar sobre devotees, pretendens e wannabes? Ainda sem tradução sistematizada em Língua Portuguesa, essas palavras são muito utilizadas quando se fala da questão da sexualidade das pessoas com deficiência [...] (THINK OLGA, 2016b, p. 17, grifos nossos)

Você sabe o que a sigla LGBT significa? É uma abreviação para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transsexuais... Mas que preconceitos e discriminações são essas? Elas vão desde o bullying (que faz muitos LGBT abandonarem os estudos e ficarem à margem da sociedade) [...] (THINK OLGA, 2017b, p. 4, grifos nossos)

Nas duas interrogações anteriores podemos destacar que o sujeito enunciador não busca uma resposta do interlocutor, mas chamar sua atenção através de uma interpelação, direcionando para este um questionamento que será respondido em seguida. Tal procedimento foi por nós entendido como um meio despertar a atenção do leitor, bem como uma estratégia de organização e desencadeamento das ideias apresentadas.

Em outros casos, as interrogações também estão presentes nos manuais como uma possibilidade interação com o leitor, visando gerar algum tipo de reflexão ou autocrítica por parte deste. Podemos observar essa ocorrência nos exemplos a seguir.

É interessante também pensar em pautas não óbvias e ir além da questão ‘há ou não há racismo?’ Racismo existe e é estrutural, ponto. Vamos abordar pautas novas? (THINK OLGA, 2016c, p. 15, grifos nossos)

Mesmo nos casos em que mulheres que figuram nessas galerias sejam modelos, atrizes e estejam cientes da sua presença ali, fica o questionamento: que jornalismo é esse que está sendo feito? Qual é o valor de transformar um veículo de comunicação em soft porn? Precisa mesmo deixar a misoginia tão exposta? (THINK OLGA, 2017a, p. 15, grifos nossos)

Quantas mulheres famosas poderiam ostentar uma fama de ‘pegadoras’ sem que fossem rejeitadas pelo público? Esse é um privilégio exclusivo do público masculino que o jornalismo de celebridades faz sua parte em manter firme e forte. (THINK OLGA, 2017a, p. 29, grifos nossos)

Repare o contraponto que a manchete faz entre uma parcela do público da Parada e os ‘cidadãos horrorizados’. *Os presentes não são cidadãos?* (THINK OLGA, 2017b, p. 9, grifos nossos)

No primeiro exemplo, podemos perceber que a pergunta funciona para despertar a atenção do leitor, mas também como um convite do enunciador para que este se desafie e aborde pautas que fujam do óbvio e do esperado. Já nos demais exemplos acima podemos entender que o enunciador espera que seu interlocutor reflita sobre as questões abordadas nas perguntas. Nesse caso, não há uma expectativa de retorno que responda diretamente à pergunta e sane uma dúvida do locutor, mas sim de engajar o leitor nas pautas debatidas nos manuais e aumentar suas problematizações sobre o tema. Cabe ainda salientar que, por estarmos lidando com uma situação em que não há um contato direto entre os sujeitos da comunicação, não é esperado que o sujeito produtor faça indagações que precisem de um retorno direto de seu interlocutor, mas que ampliem as reflexões possíveis a partir da leitura do material.

4.5.1.2 Comportamento Elocutivo

O ato elocutivo, como vimos anteriormente, é utilizado quando o locutor apresenta seus pontos de vista e posicionamentos em relação ao que é dito, sem implicar diretamente seu interlocutor. A presença do comportamento elocutivo é marcada pelo uso da primeira pessoa nas construções textuais, evidenciando a presença do sujeito enunciador.

A partir da análise dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, podemos detectar diferentes construções e usos do comportamento elocutivo ao longo dos sete manuais. Apesar disso, este é o comportamento enunciativo menos presente no nosso objeto de análise. Podemos entender que o elocutivo é pouco utilizado visando transmitir a ideia de que as informações ali apresentadas são algo universal, que não dependem de um posicionamento desse sujeito enunciador em relação a elas. Ainda assim, trataremos aqui desses diferentes tipos de uso dos elocutivos nos manuais para entender as significações possíveis de se apreender através dessas construções discursivas.

A primeira forma que tratamos aqui é a construção a partir do uso da primeira pessoa do plural. Neste caso, a flexão de número é utilizada não tanto para implicar o interlocutor, mas por se tratar de uma produção coletiva. Dessa forma, o que é enunciado ali não representa o posicionamento de uma única pessoa, mas sim do coletivo *Think Olga*. Destacamos a seguir alguns exemplos desse tipo de construção.

O jornalismo, em especial, por sua posição de confiança e virtude informativa, é capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente à transmissão de notícias. É por essa capacidade que *salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos*. (THINK OLGA, 2016a, p. 5, grifos nossos)

Nesta parte do minimanual, *vamos apenas apontar o que há de mais grotesco* na forma como as mulheres têm sido tratadas nesse segmento [...] (THINK OLGA, 2017a, p. 19, grifos nossos)

Precisamos de espaços para permitir às mulheres que liderem da sua própria maneira e não reproduzindo um padrão de comportamentos que sejam análogos ao que é esperado da masculinidade. (THINK OLGA, 2017a, p. 37, grifos nossos)

Quando desrespeitamos as pessoas LGBT, seja endossando estereótipos ou as desumanizando, *somos cúmplices* da violência que as atinge todos os dias. (THINK OLGA, 2017b, p. 5, grifos nossos)

Nós somos um projeto de viés feminista e os homens gays têm toda *nossa solidariedade* e empatia. No entanto, *vamos nos ater* aos outros grupos da sigla LGBT, ainda mais marginalizados e mais próximos do *nosso lugar de fala*. (THINK OLGA, 2017b, p. 15, grifos nossos)

Sabemos que aborto é um tema de difícil abordagem, tanto pela dificuldade de encontrar dados, informações e personagens quanto por ser polêmico, por isso *oferecemos algumas orientações* ao longo deste Minimanual e *estamos à disposição para apoiar* e ajudar na sua produção de conteúdo. (THINK OLGA, 2017c, p. 37, grifos nossos)

Nos exemplos mencionados, podemos perceber que o comportamento elocutivo é utilizado para demonstrar posicionamento e opiniões de um sujeito coletivo – a ONG *Think Olga*, responsável pelos manuais. Dessa forma, o sujeito enunciador explicita o seu posicionamento favorável em relação a importância de um jornalismo livre de preconceitos e também marca uma visão de que as mulheres vêm sendo retratadas de forma grotesca no jornalismo de celebridades, por exemplo. Além disso, esse tipo de construção serve para retomar e reforçar a identidade social do grupo, que é marcadamente um coletivo feminista, com histórico amplo de militância em relação a essa e outras pautas progressistas.

A partir dos exemplos mencionados anteriormente, entendemos que o uso da primeira pessoa do plural implica majoritariamente um ato elocutivo, com a demarcação de um posicionamento específico. No entanto, também pode nos sinalizar um ato alocutivo por, de certa forma, incluir o outro, o alocutário.

Em outros casos, a modalidade elocutiva é utilizada para destacar um pertencimento a um grupo social, como os grupos minoritários tratados como temáticas dos manuais, nos casos a seguir, as pessoas com deficiência e a comunidade LGBT.

Eu, por exemplo, pessoa com deficiência, não fui amostrada e conheço mais de 500 que não foram. Portanto, os grupos podem sofrer margens de erro maiores. Informar que as pessoas se declararam é absurdo porque nos tira o direito, inclusive de sermos censeadas adequadamente. (THINK OLGA, 2016b, p. 11, grifos nossos)

Opinar sobre os corpos com deficiência, novamente, é capacitismo. Deixe *nossos corpos* sob *nosso controle*, por favor. (THINK OLGA, 2016b, p. 13, grifos nossos)

Não há deficientes, nem pessoas especiais. *Somos pessoas com deficiência. [...] Somos pessoas humanas*, uma parte da diversidade humana. Toda vez que alguém escreve algo assim, *nos tira* o direito de pertencer à diversidade humana. (THINK OLGA, 2016b, p. 15, grifos nossos)

Por isso, *nossa união* se fez necessária para reagir, lutar por *nossos direitos* e ter uma vida digna. (THINK OLGA, 2017b, p. 4, grifos nossos)

As mulheres e homens bissexuais, parar terem suas pautas atendidas, precisam antes de tudo ser levados a sério, já que a bissexualidade é uma identidade desacreditada tanto pelo mundo heteronormativo quanto pelo meio LGBT, o que tem consequências diárias *em nossas vidas*. [...] No meio LGBT, são entendidos como ‘menos’ LGBT que os outros grupos e mais ‘promíscuos’, *como se fôssemos* propensos a traição e até ‘vetores de doenças sexualmente transmissíveis’. (THINK OLGA, 2017b, p. 16, grifos nossos)

Nos casos citados, ao tratar das pessoas com deficiência e da comunidade LGBT, cabe destacar que estes manuais foram escritos com apoio de pessoas externas ao coletivo *Think Olga*. Com isso, o uso do comportamento elocutivo reforça a credibilidade dessas pessoas para tratar sobre as temáticas, visto que elas fazem parte do grupo identitário abordado, de modo que suas vivências e experiências pessoais atestam seus conhecimentos acerca dessas pautas, além de possibilitar uma identificação com o leitor que também pertencer a estes grupos identitários.

Em uma lógica parecida, o comportamento elocutivo também pode buscar esta identificação com o leitor ao tratar o destinatário e o enunciador como jornalistas, ou profissionais da comunicação. Esse tipo de enunciado pode demonstrar que quem escreve o texto e passa tais instruções compartilha experiências comuns com seu interlocutor por exercerem a mesma profissão. Percebemos esse tipo de uso nos exemplos abaixo.

Como jornalistas, é importante sabermos que temos importância crucial em dois pontos de partida ao tratar do assunto [...]. (THINK OLGA, 2017c, p. 4, grifos nossos)

É importante que, *enquanto comunicadores, consigamos* nos aproximar dessas pessoas *e não façamos* eco à criminalização, ao preconceito e à tortura psicológica. (THINK OLGA, 2017c, p. 5, grifos nossos)

Além disso, quando o enunciador se insere no grupo de jornalistas, também podemos perceber uma forma de adquirir credibilidade, pois temos um sujeito jornalista falando sobre jornalismo humanizado. Ademais, tal atitude também pode funcionar como um meio de orientar o leitor sobre o modo de se fazer tal jornalismo humanizado. Neste caso, além de mostrar como fazer, o enunciador também se coloca como alguém que busca seguir as regras apresentadas no manual.

Outra forma de se usar um comportamento elocutivo para explicitar os posicionamentos do enunciador é quando este se coloca no texto, utilizando a primeira pessoa do singular. Esse uso convencional foi pouco empregado no nosso objeto de análise, mas, ainda assim, trazemos um exemplo desse tipo de construção.

Muitos perguntam ‘mas e se não acharmos nenhuma mulher para fazer a matéria?’, *serei obrigada a dizer* que não procuraram o suficiente. Nenhuma dona de start up? Nenhuma herdeira que faça gestão inteligente de sua fortuna? Nenhuma executiva de sucesso? *Duvido*. (THINK OLGA, 2017a, p.36, grifos nossos)

A partir dessas observações, podemos ainda perceber que não há uma unicidade quanto ao uso desse tipo de comportamento ao longo dos manuais, visto que cada edição o insere de maneiras diferentes. Acreditamos que isso vai ao encontro das práticas midiativistas, visto que estamos falando aqui de uma produção coletiva, com uma lógica menos hierarquizada e com um foco na transformação social e na mudança de práticas jornalísticas que elas consideram inadequadas.

4.5.1.3 Comportamento Delocutivo

O comportamento delocutivo se constrói a partir de uma impressão de apagamento dos sujeitos, buscando causar uma sensação de objetividade no discurso. O ato delocutivo transmite a ideia de que o que é dito existe no mundo por si só e, desse modo, o locutor não está implicado no que é dito, atua apenas como um transmissor das informações.

Nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* este é o comportamento mais frequente e que estrutura a organização dos manuais. Dessa maneira, podemos entender que a instância de produção busca passar uma perspectiva de objetividade, visando desconstruir a ideia de que a necessidade de um jornalismo humanizado seja apenas a opinião de um grupo. Segue abaixo alguns exemplos:

As mudanças aqui sugeridas podem parecer sutis, mas *na verdade são cruciais* para que esse crime seja descrito noticiosamente de forma mais humana e justa com as vítimas. (THINK OLGA, 2016a, p. 7, grifos nossos)

A função do jornalismo *deve ser* informar, *não causar* pânico nem piedade. *Nem criar* heróis ou superadores. A vida das pessoas com doenças raras é uma luta cotidiana. *O bom jornalismo pode ajudar muito*. (THINK OLGA, 2016b, p. 23, grifos nossos)

Da mesma forma, *é necessário colocar* mais mulheres negras em capas de revista, ensaios de moda, como modelos de maquiagem e personalidades em entrevistas, etc. (THINK OLGA, 2016c, p. 17, grifos nossos)

É preciso mudar a abordagem que se faz com crianças e adolescentes *para evitar* que essa preocupação com a forma física comece cada vez mais cedo, *especialmente* em uma fase de formação de valores e personalidade [...]. (THINK OLGA, 2017a, p. 23, grifos nossos)

O importante é saber que, para essa população, nome é o que eles declaram, e não necessariamente o que consta nos documentos. *É essencial visibilizar* de maneira correta uma população já muito invisibilizada por apenas existir. (THINK OLGA, 2017b, p. 24, grifos nossos)

Manter a criticidade ao produzir conteúdo *é imprescindível para não cair* na reprodução de noções hegemônicas, que propagam preconceitos e reforçam estigmas. *É comum ver* reportagens que assumem um tom dramático e relatam o aborto como um grande trauma – trata-se de uma experiência muito pessoal e que pode ser traumática, *mas é fundamental saber* que a origem disso está na criminalização do procedimento. (THINK OLGA, 2017c, p. 4-5, grifos nossos)

É difícil encontrar uma pergunta sobre como conciliar a rotina de esportista com a de pai. (THINK OLGA, 2018, p. 18, grifos nossos)

Os exemplos retratados, retirados das sete edições dos manuais, mostram como o posicionamento dos sujeitos enunciadorees em relação a algo que é dito é apresentado através de um comportamento delocutivo, sem a explicitação desse posicionamento. Esse tipo de construção reforça a ideia de objetividade e cria o efeito de sentido de que aquilo é algo dado e não uma visão de quem enuncia. No entanto, podemos destacar o uso frequente das expressões adverbiais para reforçar o caráter de importância das normas ali contidas, como nos exemplos mencionados, nos quais destacamos o uso das expressões “é necessário”, “é preciso”, “é importante”, “é essencial”, “é imprescindível” e “é fundamental”. O uso marcado dessas expressões reforça a visão do sujeito enunciador em relação a essas causas, mostrando a

importância e a urgência de se praticar um jornalismo mais humanizado, sem precisar deixar explícita a subjetividade deste posicionamento.

Outra maneira de se construir o modo delocutivo é através do discurso relatado. Dessa forma, o que é dito é atribuído a uma outra pessoa, isentando o sujeito enunciativo das implicações daquela opinião ou posicionamento. O discurso relatado pode aparecer tanto de forma direta quanto de forma indireta, como podemos perceber através dos trechos a seguir.

Segundo a lei, é estupro ‘constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso’. (THINK OLGA, 2016a, p. 6)

O devotismo, segundo os estudiosos, é interessante por muitos motivos, dos quais se destacam a quebra da ideia de que pessoas com deficiência não são desejáveis e a mudança de paradigmas capacitistas da sociedade. (THINK OLGA, 2016b, p. 17)

‘A imprensa não vê mulheres negras como atrizes sociais que podem contribuir. Nas pautas, vemos negras quando elas correspondem ao lugar socialmente construído como vítima social, quando tem violência, abusos, mas em geral não há essa preocupação na construção do imaginário da mulher negra. Elas não são vistas como fonte de matéria qualificada e, quando são vistas, é apenas para falar sobre aspectos da negritude, ou quando correspondem a esse lugar marginal, construído socialmente’, diz Juliana. (THINK OLGA, 2016c, p. 22)

A escritora e criadora do site Laney Gossip, Elanie Lou, abordou o tema em sua palestra no TEDxVancouver de 2013. Ela conta que hieróglifos egípcios de mais de 5 mil anos estudados por pesquisadores do California’s Rosicrucian Museum revelam o caso de um rei, sem esposa, que fazia muitas visitas noturnas a um de seus homens de confiança do exército. [...] ‘A fofoca de celebridade é uma narrativa e, assim como vimos com os hieróglifos, essas histórias são valiosas para prover às futuras gerações um entendimento de quem somos e, a nós, uma compreensão de quem somos agora’, diz ela. (THINK OLGA, 2017a, p. 17-18, grifos nossos)

Entre as principais reivindicações da população trans, segundo Bernardo Mota, coordenador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), estão: correção do nome civil; despatologização da identidade trans; direito à identidade; poder usar os banheiros de acordo com seu gênero; fim da matança da população trans. (THINK OLGA, 2017b, p. 22-23)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no documento ‘Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde’, disponível na internet, o aborto com medicamentos é o principal método não invasivo recomendado [...]. (THINK OLGA, 2017c, p. 11)

A saltadora já rebateu o rótulo e disse que ele ofusca seu lado como atleta, mas a mídia continua se referindo a ela como ‘musa’ [...]. (THINK OLGA, 2018, p. 9)

Como destacamos, o uso do discurso relatado também está presente em todas as sete edições dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*. Isso contribui para construção do efeito de sentido de objetividade do que é dito nos manuais. Dessa forma, mesmo que o sujeito enunciador corrobore aquelas ideias apresentadas, elas são atribuídas a um terceiro, mostrando que o que é dito não é uma simples opinião, mas que possui um embasamento. Este uso do discurso relatado também representa uma estratégia de legitimidade, visto que as pessoas ou instituições mobilizadas possuem uma autoridade para falar sobre o assunto que abordam.

4.5.2 Modo de Organização Descritivo

O Modo de Organização Descritivo se caracteriza por uma apresentação e construção de sentido para o mundo através de procedimentos de nomeação, localização e qualificação. Dessa forma, as coisas que existem no mundo passam a ter um significado a partir desses procedimentos linguístico-discursivos.

O emprego desse modo nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* se dá de algumas formas diferentes. A primeira situação que analisamos parte dos procedimentos de nomeação e qualificação utilizados para apresentar os sujeitos que assinam alguns dos manuais junto com a ONG, bem como algumas pessoas que foram entrevistadas e atuaram como fonte de informação, como vimos ao analisar os sujeitos da linguagem.

Nestes casos, além do nome dessas pessoas, são fornecidas informações relativas aos seus estatutos profissionais, de modo que o leitor possa conhecer a pessoa responsável pelo material, bem como saber qual é a relação desta com a temática abordada no manual. Essas informações também funcionam como uma estratégia que visa garantir a legitimidade e a credibilidade que elas possuem para tratar do assunto, visto que possuem formação específica, ocupam cargos que lhes garantem uma autoridade e um lugar de fala e ainda revelam o histórico de engajamento em relação às pautas abordadas.

O modo descritivo também foi utilizado nas situações em que era necessário explicar melhor algum termo ou conceito, de maneira a evitar dúvidas do público geral. Esse tipo de situação também serve para reforçar o caráter informativo dos manuais que, além de sugerir modos de se tratar as temáticas, também oferece conteúdo informativo sobre questões pertinentes a essas pautas. Abaixo, apresentamos alguns exemplos desse tipo de uso do modo de organização descritivo.

Os devotees, também denominados devotos numa primeira tentativa de traduzir o termo, são pessoas (homens ou mulheres hétero, homo ou bissexuais) que sentem atração sexual por pessoas com deficiência, são orientados sexualmente pela deficiência. [...] Há também os pretendens, que experimentam a excitação sexual pelo contato e, às vezes, uso de equipamentos como cadeiras de rodas, muletas, aparelhos, não importa se de forma pública ou privada. Aqui há um fetiche. (THINK OLGA, 2016b, p. 17-18)

O termo ‘mulata’, ostensivamente usado durante o carnaval, vem do termo em latim *mulus*, que significa ‘mula’. Trata-se do animal resultante do cruzamento entre o cavalo e a mula e passou a ser aplicado à filha do homem branco com a mulher negra, colocando a mulher negra como pessoa de segunda categoria. (THINK OLGA, 2016c, p. 9)

Aborto é a interrupção da gravidez, só isso. Ele pode acontecer de forma voluntária ou espontânea. (THINK OLGA, 2017c, p. 12)

Embrião foi definido como o conjunto de células que se forma após a concepção, estágio que dura algumas semanas. Após a 9ª semana, e até o fim da gestação, passa-se a falar em feto. (THINK OLGA, 2016c, p. 16)

É como se existisse um ponto exato no qual elas não serão incomodadas sobre isso, mas é difícil de atingir. Ela precisa estar em forma, mas não pode ser magra demais, nem musculosa demais e gorda jamais. Se envelhece, não pode exagerar nas plásticas – ou fica ridícula, mas se apresenta rugas elas viram notícia. (THINK OLGA, 2017a, p. 20)

A Parada LGBT de São Paulo é uma das maiores do mundo, reunindo milhões de pessoas, trios elétricos, música e artistas. É um evento plural por definição, daí sua importância e grandeza, e é natural que receba grande cobertura da imprensa. [...] elas não são uma festa, são uma forma de luta, reivindicação do espaço público e conscientização das pautas LGBT. (THINK OLGA, 2017b, p. 7)

Nos trechos apresentados, podemos perceber que há uma busca pela explicação de termos e conceitos que podem não ser de conhecimento geral, como *devotees*, *pretenders*, embrião e feto. Também há a busca de uma elucidação em relação ao uso equivocado ou mal intencionado de alguns termos e questões, como *mulata*, os padrões de beleza aos quais as mulheres são submetidas, as Paradas LGBT e o aborto. Essas explicações e elucidações se dão por meio do uso de procedimentos linguístico-discursivos de nomeação e qualificação, mostrando ao leitor quais são os significados e perspectivas adotados pelos manuais e como o sujeito enunciativo espera que tais questões sejam trabalhadas no jornalismo.

As qualificações podem ser de ordem objetiva ou subjetiva. A qualificação objetiva busca construir uma visão de verdade sobre o mundo se baseando em elementos que podem ser verificados por qualquer outro sujeito, podendo se relacionar com pontos de vista científicos ou

outros critérios que sejam considerados consensuais. Já a qualificação subjetiva baseia-se na visão do sujeito enunciador e não necessariamente pode ser verificada pelos outros. Trata-se aqui de um imaginário pessoal do sujeito, que pode envolver sentimentos, opiniões ou inspirações ficcionais (CHARAUDEAU, 2008).

Os quatro primeiros exemplos anteriores buscam transmitir uma ideia de objetividade ao apresentar definições de termos baseados em suas traduções, origem etimológica, definições e visões científicas. Essa objetividade pode ser utilizada para corroborar as ideias apresentadas pelo manual como algo universal, indo além das opiniões e percepções do sujeito enunciador. No penúltimo exemplo, ao construir uma crítica aos padrões de beleza, podemos perceber uma qualificação subjetiva, visto que este é um assunto diretamente relacionado às percepções e valorizações de cada sujeito. Aqui, a subjetividade pode ser entendida como uma forma de gerar engajamento com o leitor que possui opiniões parecidas e reforçar as críticas aos padrões de beleza e a maneira como estes são abordados pela mídia tradicional. Por fim, no último exemplo, ao falar da Parada LGBT, podemos destacar uma utilização de qualificações objetivas e subjetivas de maneira conjunta. Ao citar que o evento reúne milhões de pessoas, trios elétricos, músicas e artistas, o sujeito parte de algo objetivo, que pode ser verificado por outras pessoas, para atestar a relevância de se pautar este assunto. A partir desse ponto, ele apresenta sua subjetividade ao mostrar que valoriza a importância e a grandeza do evento e ao explicitar seu entendimento deste como uma forma de luta e militância da comunidade LGBT.

Além desses exemplos, a edição sobre as questões LGBT também apresenta uma espécie de glossário, que busca trazer de forma sucinta as nomeações e qualificações de termos importantes para a discussão da temática proposta, como gênero, orientação sexual, disforia de gênero, assexual, bissexual, intersexual, entre outros. Esse tipo de utilização do modo de organização descritivo é muito importante para elucidar alguns conceitos e termos que podem não ser de conhecimento geral. Como podemos perceber na figura a seguir.

Figura 8 - Trecho do Glossário de termos importantes

<p>GLS: Sigla para "gays, lésbicas e simpatizantes". Não é mais utilizada e foi substituída por LGBT*.</p> <p>HETEROSSEXUAL: Pessoa (cis ou trans) que se atrai pelo gênero oposto.</p> <p>HOMOFOBIA: Embora seja utilizado como sinônimo de violência e preconceito direcionado a qualquer LGBT, refere-se aos homens homossexuais. A violência homofóbica não é qualquer violência que aflige um homossexual, mas sim aquela que se deu por conta da identidade homossexual.</p> <p>HOMOSSEXUAL: Homem (cis ou trans*) que se atrai por homens (cis ou trans*). Identidade de gênero: Gênero com o qual a pessoa se identifica, que pode ou não ser o mesmo designado no nascimento. Quando é o mesmo, a pessoa é cissexual; quando é diferente, a pessoa é transexual. Não tem relação com a orientação sexual.</p> <p>INTERSEXUAL: Pessoa que</p>	<p>possui aparatos biológicos que não cabem nas classificações de gênero, o antigo "hermafrodita". Há várias possibilidades diferentes de intersexualidade.</p> <p>LÉSBICA: Mulher (cis ou trans*) que se atrai por mulheres (cis ou trans*).</p> <p>LESBOFOBIA: Violência e preconceito direcionado especificamente às lésbicas por conta de sua sexualidade. Exemplo: estupro corretivo.</p> <p>LGBT*: Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Os "T" da sigla têm sido abarcados pela denominação guarda-chuva "trans*".</p> <p>LGBTQIA: Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Queer, Intersexuais e Assexuais. Mais utilizada no exterior, ainda é pouco comum no Brasil.</p> <p>ORIENTAÇÃO SEXUAL: Delimita por qual(is) gênero(s) a pessoa se atrai, independente de sua identidade de gênero. As orientações sexuais incluem assexualidade, heterossexualidade, bissexualidade,</p>	<p>de, homossexualidade, pansexualidade, entre outras.</p> <p>QUEER: Palavra utilizada principalmente no exterior para denominar uma pessoa fora do espectro da heterossexualidade. Deriva da teoria queer, que tem como uma de suas principais pensadoras a filósofa Judith Butler.</p> <p>SEXO BIOLÓGICO: Aparato biológico que, de acordo com nossa sociedade, delimita nosso gênero ao nascer. Exemplo: se há vagina, ovários e útero o corpo é classificado como de mulher, se há pênis e testículos como homem. O sexo biológico designado nem sempre é correspondente à identidade de gênero da pessoa.</p> <p>TRANS*: Termo guarda-chuva para travestis, transexuais e transgêneros.</p> <p>TRANSEXUAL: Pessoa cuja identidade de gênero é diferente daquela que lhe foi designada ao nascer. A transexualidade ainda é considerada doença de acordo com alguns guias psiquiátricos.</p>	<p>TRANSFOBIA: Violência e discriminação que atingem especificamente as pessoas trans* por conta de sua condição trans*.</p> <p>TRAVESTI: Não há uma definição única e exata para o conceito de travesti, antes delimitado por pessoas que performavam um gênero diferente do designado ao nascer, mas que não faziam intervenções cirúrgicas que caracterizam oficialmente a transexualidade. Essa é uma identidade típica da América Latina e o movimento reivindica o tratamento no feminino (AS travestis), mas <u>a diferença é política.</u></p>
--	--	--	--

Fonte: THINK OLGA, 2017b, p. 32-33

Dessa forma, o manual vai além das instruções e das críticas ao jornalismo tradicional, mas apresenta um conteúdo que auxilia o leitor a entender alguns termos importantes para abordar assuntos ligados à comunidade LGBTQIA⁺ e para os profissionais de comunicação, visto que este glossário pode ajudar na abordagem dessas temáticas em suas pautas.

O modo de organização descritivo também pode ser observado a partir da organização e das subdivisões feitas na montagem dos manuais, agrupando os conteúdos em seções que se aproximam. A divisão das seções segue critérios mais subjetivos, são escolhas feitas pela equipe produtora dos manuais que não são explicitadas para o público. Dessa forma, não há um critério específico ou um rigor metodológico explícito que defina tal divisão, além do entendimento do sujeito enunciador que a organização tal qual é feita faz sentido para a abordagem destas temáticas.

No entanto, essas seções são embasadas por um parâmetro de objetividade que são as matérias retiradas de veículos de comunicação. Essas notícias, além de servir de exemplos para as considerações feitas pela equipe, atestam que as discussões ali propostas são necessárias, já que tais "problemas" acontecem recorrentemente em veículos de mídia tradicionais. Dessa forma, tais conteúdos noticiosos podem ser percebidos como provas de verdade em relação ao que é dito pelo sujeito enunciador, trazendo um efeito de real, que é reforçado pela presença de hiperlinks que atestam a veracidade das informações e permitem que o leitor possa conferir as

construções na íntegra e buscar informações adicionais, caso deseje. Cabe ressaltar que aqui há um caráter qualitativo, exemplificando que tais abordagens, vistas como inadequadas pelos manuais, podem ser encontradas em veículos da mídia tradicional. Assim, o objetivo dos manuais não é desenvolver uma pesquisa qualitativa relacionada a esse tipo de abordagem jornalística, mas mostrar que ela existe e apresentar formas diferentes de se tratar tais temáticas.

O primeiro manual, cuja temática é violência contra a mulher, divide seu conteúdo a partir de problematizações sobre a abordagem do estupro na mídia e sobre a abordagem da violência doméstica e do feminicídio. Acreditamos que estes assuntos foram escolhidos para guiar a construção dos manuais por serem problemáticas muito presentes na sociedade atual e que precisam ser debatidas. De acordo com dados³⁸ do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública³⁹, o número de registros de estupros no país foi de 66.348 no ano de 2019, uma média de mais de 180 casos de estupro por dia. Além disso, no mesmo ano, 1.326 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil. Os registros de violência doméstica indicam 267.930 casos de lesão corporal grave, o que representa uma agressão física a cada dois minutos. Todos esses dados representam um aumento em relação aos levantamentos anteriores. Dessa forma, a partir dessas questões de grande relevância social, atestada por dados, os manuais discutem como é a abordagem dessas pautas na mídia tradicional a partir de registros empíricos.

O manual dedicado às pessoas com deficiência constrói suas problematizações a partir da abordagem dos dados sobre deficiência, das pessoas com deficiência em si, dos esportes paralímpicos, do corpo e sexualidade e das doenças raras. Dessa forma, entendemos que o objeto tenta abarcar questões comuns das vivências das pessoas com deficiência que muitas vezes são negligenciadas ou tratadas de forma equivocada pela mídia, como o uso de termos desrespeitosos ou o reforço de ideias capacitistas.

A terceira edição, focada no racismo, possui seções para tratar de termos adequados, expressões racistas, estereótipos, interseccionalidade, padrões de beleza, tratamentos de vítimas de violência, representatividade e escolha de imagens e fontes. No mesmo sentido, percebemos que o sujeito enunciador seleciona questões que ele entende como importantes para serem debatidas, se baseia nas ocorrências dessas temáticas na mídia tradicional, que atestam a veracidade dessas problemáticas, e, partindo desse ponto, desenvolve suas problematizações e instrui o leitor sobre como abordar e como não abordar tais questões.

³⁸ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

³⁹ Apesar do manual ter sido produzido em 2016 e os dados serem de 2019, julgamos importante demonstrar evidências empíricas que contextualizem a violência contra a mulher para mostrar a relevância de tais discussões.

O quarto manual tem a temática dos estereótipos nocivos na mídia. Ele aborda a questão das mulheres tratadas como um objeto decorativo, as problemáticas do jornalismo de celebridades e o tratamento dado às mulheres no mundo dos negócios. Essas três temáticas englobam discussões muito presentes na luta das mulheres atualmente, cuja presença midiática sem problematizações pode reforçar estereótipos, como a objetificação e a sexualização da mulher, os padrões de beleza na sociedade e a desvalorização de seus status e conquistas profissionais.

O manual que trata da população LGBT faz a sua divisão explicando primeiro certos conceitos relativos à pauta, que podem não ser entendimento inicial de algumas pessoas. Em seguida, aborda temáticas específicas das pessoas lésbicas, bissexuais e pessoas trans. Esse comportamento reforça a pluralidade da sigla que, muitas vezes, não é aprofundada. Assim, partindo dos recortes empíricos, o manual problematiza tais abordagens no jornalismo tradicional. Por fim, como dissemos, há um glossário de termos adequados que pode ser entendido como um complemento das discussões apresentadas e, também, como uma forma de reforçar o caráter instrutivo dos manuais.

A construção do manual dedicado à problemática do aborto apresenta informações básicas, termos adequados, uso de imagens, uso de dados e cobertura de denúncias. Este manual trata de um termo que ainda é visto como tabu pela sociedade e divide opiniões. Dessa forma, percebemos a presença de informações de caráter jurídico, como a penalização para o aborto e os casos em que ele é legalizado, como uma forma de validar e reforçar a necessidade de tal discussão. Além disso, o uso de dados sobre o aborto serve também para trazer um efeito de real, reforçando a ideia de que mesmo pouco abordado pela mídia, ele representa uma realidade social.

Por fim, o manual que discute o jornalismo esportivo trata das abordagens das atletas como musas, o uso das imagens das mulheres, os enfoques sobre os corpos das esportistas, a relação com os papéis de esposa e de mãe e o questionamento de atitudes e falas machistas. Mais uma vez, percebemos aqui a utilização de pautas que são muito presentes nas discussões feministas atualmente, que são problematizadas e corroboradas pela presença desses discursos na mídia tradicional como uma forma de reforçar estereótipos sobre as mulheres, neste caso, as esportistas.

Assim, podemos perceber que os critérios utilizados para essas divisões têm características de subjetividade e objetividade, pois partem das percepções de importância das pessoas que produziram o material, mas são corroborados pelas notícias, que trazem um efeito de real, comprovando a existência das problemáticas abordadas e são tomadas como exemplos

para a construção das críticas ao jornalismo tradicional e embasam as instruções apresentadas ao longo dos manuais.

Dessa forma, podemos entender que o modo de organização descritivo é utilizado para auxiliar na construção enunciativa dos manuais, servindo para acrescentar informações necessárias para o leitor, qualificar os temas abordados e organizar a estrutura dos manuais em seções. Além disso, também atua na forma de estratégias discursivas, atestando a legitimidade e a credibilidade das pessoas envolvidas na produção dos manuais e das fontes consultadas.

4.5.3 Modo de Organização Narrativo

O modo de organização narrativo parte da atitude de um narrador, com um projeto de intencionalidade que visa contar algo, criando, assim, um novo universo dentro do discurso baseado nas ações narradas. Diferentemente do modo de organização descritivo, no qual o foco está na nomeação e na qualificação, aqui são inseridos sujeitos que desempenham papéis actanciais de acordo com as ações que executam ou sofrem.

A partir de nossas análises, podemos perceber que o modo de organização narrativo não está presente com muita frequência nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*. Atribuímos isso ao fato de o objeto analisado se tratar de um manual e tal gênero discursivo ser caracterizado por um discurso instrucional, no qual o foco é explicar ao leitor um modo de fazer, oferecer conselhos e instruções. Dessa forma, o modo de organização narrativo não apresenta uma função relevante para tal gênero, visto que o foco não está nas histórias e acontecimentos.

Ainda assim, em alguns momentos, a narração foi utilizada para contextualizar acontecimentos relativos às matérias jornalísticas analisadas ou mesmo em relação à temática abordada pelo manual. Podemos perceber essa função de ilustração e contextualização nos trechos que seguem.

Um caso que ficou mundialmente conhecido foi o de Chloe Jennings-White, uma química PHD transexual, que decidiu se tornar paraplégica. Ela usa uma cadeira de rodas, simulando a doença há muitos anos. Ela foi avaliada como afetada por um distúrbio denominado BIID, comumente associado aos wannabes. (THINK OLGA, 2016b, p. 18)

Um caso emblemático de desumanização da mulher negra foi o sensacionalismo com que a imprensa cobriu o assassinato de Claudia Silva Ferreira pela Polícia Militar. Nas manchetes, Claudia ficou conhecida como ‘mulher arrastada’ e sua identidade foi completamente ignorada, ou ainda pior, associada a rumores que tentavam desqualificar Claudia de alguma forma. [...]

Outro caso foi o de Luana Barbosa, também assassinada brutalmente por policiais militares. Muitas matérias apresentaram versões de amigos de Luana versus as de policiais militares, sem contestar os laudos para confirmar a veracidade das informações. Também faltou crítica em relação à óbvia lesbofobia e ao racismo que Luana foi submetida. (THINK OLGA, 2016c, p. 20-21)

Como referência, a ONG The Representation Project lançou um movimento chamado #AskHerMore (algo como ‘Pergunte Mais a Ela’, em tradução livre) que contou com o apoio de muitas atrizes de Hollywood. A premissa era simples: que os repórteres de tapetes vermelhos em grandes premiações, como o Oscar ou o Globo de Ouro, perguntem mais a elas sobre seus trabalhos e menos sobre seus vestidos. Enquanto muitos homens podem falar sobre a composição de seus personagens, as mulheres são perguntadas sobre a dieta que fizeram para entrar no vestido, por exemplo. Vários veículos de comunicação aderiram. (THINK OLGA, 2017a, p. 32)

Muitas foram as violências cometidas contra Gerciane Araújo, uma mulher bissexual e barbaramente assassinada por recusar uma investida de um homem. Seu crime teve conotações bifóbicas, lesbofóbicas, racistas e, após sua morte, Gerciane foi novamente violentada pela imprensa. Referida como ‘estudante estripada’, ‘jovem que teve o corpo partido’ e afins, perdeu sua identidade, sua humanidade e foi tratada de maneira sensacionalista. (THINK OLGA, 2017b, p. 20)

No tênis, dois casos envolvendo o escocês Andy Murray ficaram famosos. Na Olimpíada do Rio, um jornalista questionou: ‘Você é a primeira pessoa na história a ganhar duas medalhas de ouro olímpicas no tênis. Uma façanha extraordinária, não?’. O tenista respondeu: ‘Venus e Serena (Williams) ganharam umas quatro cada uma’.

Murray voltou a repreender um repórter em julho de 2017. Eliminado por Sam Querrey nas quartas de final de Wimbledon, o tenista não deixou passar uma pergunta que desconsiderava os feitos das mulheres tenistas e colocava Querrey como o primeiro jogador dos Estados Unidos a avançar às semifinais. ‘Jogador masculino’, corrigiu o tenista. (THINK OLGA, 2018, p. 22)

Nos exemplos anteriores podemos ver como a narração foi utilizada para auxiliar na contextualização dos temas abordados. Em alguns casos, foram utilizados para explicar brevemente os acontecimentos relatados em jornais da mídia tradicional que foram analisados e criticados pelos manuais. Dessa forma, podemos perceber uma tentativa de colocar o leitor a par do que é analisado, visando que ele entenda melhor o ponto de vista dos manuais e seja mais propenso a concordar e a aderir às dicas sugeridas.

Outra maneira mais recorrente da presença do modo de organização narrativo foi nas manchetes e trechos de jornais analisados nos manuais. Nesse caso, cabe destacar que a narrativa é mais frequente nos gêneros noticiosos, que buscam relatar determinado acontecimento. Ainda que esses textos não sejam de produção própria dos autores dos manuais e tenham sido tomados como exemplos, eles funcionam como suporte para sustentar as

sugestões e críticas feitas, bem como reforçar o posicionamento dos manuais quanto a necessidade de mudanças no jornalismo tradicional, como veremos ao tratar do modo de organização argumentativo.

De uma maneira geral, o uso do modo de organização narrativo também serve para reforçar a criação de uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2006 apud PROCÓPIO, 2012), como veremos com mais aprofundamento na seção a seguir, ao abordarmos o modo de organização argumentativo.

4.5.4 Modo de Organização Argumentativo

O modo de organização argumentativo opera através do engajamento do sujeito em uma encenação discursiva ao tomar posição em relação a uma proposição e argumentar em favor desse posicionamento, visando a persuasão de seu interlocutor. Dessa maneira, tal modo não é muito utilizado nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* de maneira direta, visto que o foco do gênero discursivo manual é instruir seu leitor, ensinando e sugerindo modos de se fazer algo.

No entanto, seguindo a perspectiva de Amossy (2006 apud PROCÓPIO, 2012), a argumentação muitas vezes está presente em gêneros cujo foco principal não é persuadir. Estes gêneros são construídos a partir de outros modos de organização discursivos, mas, ainda assim, apresentam uma dimensão argumentativa. Entendemos que este é o caso dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* que analisamos. Isso quer dizer que, apesar de não se estruturarem com base no modo de organização argumentativo, possuem uma busca por influenciar o leitor em relação ao que é dito. Tal dimensão pode ser percebida a partir da maneira como os demais modos de organização são mobilizados, buscando construir efeitos de sentido específicos.

Dessa forma, entendemos que, o uso majoritário do comportamento delocutivo visa criar uma sensação de objetividade para o que é dito. Tal sensação pode gerar uma aceitação maior dos leitores, que vão perceber o conteúdo como algo além da opinião de um grupo. Para reforçar esse caráter, também são utilizadas as estratégias de legitimidade e credibilidade ao trazer veracidade para as fontes consultadas e para os coautores envolvidos no processo.

A partir da análise do objeto, também podemos perceber essa dimensão argumentativa voltada a cada uma das temáticas abordadas, buscando enfatizar a necessidade de discutir essas pautas. Todos os manuais apresentam, principalmente nas páginas introdutórias, dados e informações de contextualização que têm a finalidade de mostrar para o leitor a seriedade desses temas, como mostram os trechos a seguir.

No Rio de Janeiro, um estado que entre janeiro e abril de 2016 registrou 13 estupros por dia, somente 6% dos acusados de estupro foram a julgamento em 2015, segundo dados obtidos pela revista Época. Em São Paulo, o número sobe para 10,9% – ainda baixíssimo e desanimador para quem viveu essa dor e deseja buscar justiça. (THINK OLGA, 2016a, p. 7)

50,3% dos homicídios de mulheres registrados em 2013 foram cometidos por familiares ou ex-parceiros – quatro em cada sete foram cometidos por pessoas que tiveram ou tinham um relacionamento afetivo com a vítima.

Nos dez primeiros meses de 2015, 86% dos relatos de violência obtidos pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, correspondiam a situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres. (THINK OLGA, 2016a, p. 17)

Mais de 45,6 milhões de brasileiros vivem a experiência de alguma deficiência, estimaram os dados do Censo Demográfico 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 23,9% da população do país. (THINK OLGA, 2016b, p. 6)

De acordo com o último Censo do IBGE (2010), cerca de 52% da população é composta por pessoas negras – englobando as autodeclaradas pretas e as autodeclaradas pardas. [...] No conjunto dos 10% mais pobres do país, 70% são negros, enquanto que, nos 10% mais ricos, somente 15% o são, segundo o IBGE. Vale lembrar que o Brasil é o país que mais traficou pessoas escravizadas. Calcula-se que cerca de 20% de todas as pessoas traficadas do continente africano foram trazidas para o Brasil (cerca de 5 milhões de pessoas, quantidade muito superior ao número dos EUA, de 400 mil). (THINK OLGA, 2016c, p. 6)

Um jornalismo essencialmente preconceituoso pode criar vícios e costumes para uma vida inteira. De fato, a forma como as mulheres são abordadas por esse tipo de comunicação contribui – e muito – para manutenção da discriminação de gênero na sociedade.

Nem sempre o problema é necessariamente o conteúdo em si da matéria, mas o tratamento dado às mulheres que nela estiverem presentes ou sejam mencionadas. Afinal, vivemos em uma sociedade patriarcal e nela somos criados. Logo, é de se esperar que a comunicação produzida sob estas condições também reproduza valores machistas, em diversos casos, até automaticamente (THINK OLGA, 2017a, p. 5)

Você já sabe o que a sigla LGBT significa? É uma abreviação para lésbicas, gays, bissexuais, e travestis, transgêneros e transexuais (que são abarcados pela denominação genérica trans), e começou a ser usada por membros dessas comunidades em um contexto de luta por direitos e cidadania.

As pessoas que são contempladas por essa sigla têm algo em comum: sofrem discriminação e preconceito das mais diversas formas em função de suas identidades de gênero ou sexualidade (ver ‘Primeiros conceitos’ nas próximas páginas). Por isso, nossa união se fez necessária para reagir, lutar por nossos direitos e ter uma vida digna. (THINK OLGA, 2017b, p. 4)

Considerando toda a população feminina entre 18 e 39 anos no Brasil, 4,7 milhões de mulheres já fizeram aborto ao menos uma vez na vida, de acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016. A pesquisa também revelou que

o aborto é um evento comum da vida reprodutiva de mulheres de todas as classes sociais e níveis educacionais, mas as mulheres negras e indígenas, com menor escolaridade e que vivem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram taxas de aborto mais altas e, portanto, estão mais sujeitas aos riscos de um aborto ilegal e inseguro. (THINK OLGA, 2017c, p. 5)

Apenas 3% do noticiário esportivo é voltado para a cobertura de atletas e competições femininas, segundo pesquisa da Women's Sports Foundation. No Brasil, um levantamento feito pela Gênero e Número analisou pouco mais de 24 horas da programação esportiva e mostrou que apenas 12% desse tempo, um total de 2 horas e 55 minutos, foi dedicado às atletas mulheres. Em outra pesquisa sobre a cobertura jornalística no esporte, o Monitoramento Global de Mídia avaliou 18 mil notícias esportivas publicadas em 23 países, incluindo o Brasil, e avaliou que 85% das matérias eram sobre atletas e modalidades masculinas. Apenas 9% sobre atletas e modalidades femininas, enquanto os outros 6% não tratavam especificamente de nenhum gênero. (THINK OLGA, 2018, p. 4)

Os trechos sinalizados nos permitem observar a inexistência de uma estrutura argumentativa clássica, mas servem para construir uma dimensão argumentativa, fazendo com que o leitor se interesse pelas discussões e compreenda a necessidade de se repensar as práticas jornalísticas, como propõem os manuais.

Além disso, o conjunto de manuais, como um todo, também possui uma dimensão argumentativa acerca da proposição de um jornalismo humanizado. Essa dimensão se constrói a partir das informações apresentadas, das críticas feitas aos exemplos retirados de veículos tradicionais de mídia, bem como das sugestões de outras formas de se retratar tais questões. Dessa maneira, os manuais buscam criar uma oposição entre um jornalismo tradicional que estaria agindo de maneira incorreta em relação às temáticas tratadas e um “bom jornalismo”, que seria representado pelo jornalismo humanizado ali proposto.

Em sua apresentação, os manuais explicitam que o objeto é direcionado a profissionais “que desejam limpar o conteúdo editorial que produzem de preconceitos e visões limitadas da sociedade” (THINK OLGA, 2016b, p. 3). O uso do léxico “limpar o conteúdo” aponta um primeiro sinal dessa oposição, indicando que o sujeito enunciativo entende que o jornalismo convencional possui comportamentos que precisam ser eliminados e que este processo pode acontecer a partir da “limpeza” proposta nos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*.

Para construir essa dimensão argumentativa sobre essa oposição entre dois modelos de jornalismo, é utilizado, principalmente, o domínio de avaliação do ético, que trata dos comportamentos humanos nos termos do bem e do mal, partindo tanto de uma moral imposta pela sociedade quanto dos princípios individuais de comportamento (CHARAUDEAU, 2008).

Nesse sentido, o sujeito enunciator busca se amparar em valores como a responsabilidade, a solidariedade e a justiça para mostrar qual é o bom jornalismo e qual é o mau jornalismo.

Dessa forma, os manuais argumentam em favor da necessidade de mudança nas práticas convencionais de jornalismo e defendem as instruções ali propostas como uma solução para o problema. Podemos perceber o uso do domínio do ético para a construção dessa dimensão argumentativa nos exemplos a seguir, retirados de todas as edições dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*.

Esses são dados que mostram como o machismo ajuda a tornar o estupro um crime de impunidade quase certa. Se os meios de comunicação colaboram na atenuação de sua reportagem, eles ajudam a alimentar essa realidade. (THINK OLGA, 2016a, p. 7)

Mas não existe protocolo em relação ao comportamento de uma mulher após sofrer uma violência. A ideia de que ela obrigatoriamente deve agir de maneira triste ou deprimida é, mais uma vez, colocar o foco sobre ela, minimizar a violência sofrida e atenuar a gravidade da agressão. (THINK OLGA, 2016a, p. 21)

Mas, apesar disso, encontramos muitos textos nos jornais e revistas que demonstram que a grande maioria dos jornalistas não está preparada para lidar com o tema. Comunicar é mais que usar um código para transmitir uma mensagem. Comunicar é também representar as pessoas da maneira como elas desejam ser representadas sócio e historicamente, é expressar a defesa dos direitos humanos usando o código de maneira adequada. Então, vamos mostrar alguns exemplos de como a comunicação pode ser a melhor ferramenta para expressar a inclusão. (THINK OLGA, 2016b, p. 7)

Quando a imprensa fala da violência física, não questiona se houve racismo, mesmo que as estatísticas apontem que a maior vítima de homicídio no Brasil é o jovem negro: apenas 3,2% das reportagens que falam de assassinato se referem ao tema racial. [...] Neste manual, apresentamos casos de reportagens em que esses erros foram cometidos, com explicações e recomendações. Acreditamos que o jornalismo tem a capacidade de legitimar discursos e práticas paralelamente à transmissão de notícias e ocupa um papel fundamental na transformação da cultura de um país. (THINK OLGA, 2016c, p. 7)

Quando o jornalismo elenca musas, contribui e muito para a manutenção de padrões de beleza opressores, para o esquecimento e abandono de atletas perfeitamente capazes, porém, cujas belezas não correspondem com a expectativa da mídia, e desperdiça um importante espaço de divulgação do esporte feminino, que necessita de muito apoio, em futilidades. (THINK OLGA, 2017a, p. 12)

Sabemos que a necessidade da audiência é uma preocupação constante nas redações, mas fazê-lo às custas da dignidade de outra pessoa (ao expor fotos de corpos agredidos ou cadáveres, por exemplo) traumatiza as vítimas e suas famílias, viola todos os códigos de ética da profissão e colabora para uma cultura de agressividade. (THINK OLGA, 2017b, p. 21)

Conteúdos jornalísticos que denunciam casos de morte de mulheres em decorrência de um aborto clandestino frequentemente se focam nos motivos que levaram a mulher a abortar, quando o mais importante é focar no real motivo de suas mortes: a ilegalidade do procedimento. Os questionamentos devem estar mais voltados ao que causa as complicações e mortes das mulheres que abortam, que é o fato de não ser um procedimento de saúde disponível legalmente para as cidadãs. A partir dessa mesma lógica não é construtivo ou esclarecedor mostrar a emoção ou o sofrimento de quem abortou ou de familiares de mulheres mortas por complicações posteriores ao aborto. (THINK OLGA, 2017c, p. 32)

O papel da imprensa é destacar os resultados esportivos das atletas, chamá-las sempre pelos nomes, destacando seus feitos na modalidade, sem apelar para seus atributos físicos ou lhes impor rótulos indesejados. (THINK OLGA, 2018, p. 11)

Através dos trechos citados, podemos perceber que os manuais buscam criar uma valoração do jornalismo entre o bom e o mau, o certo e o errado. Dessa forma, a partir dos valores da responsabilidade da imprensa, da solidariedade e da justiça para com os grupos minoritários, cria-se uma dimensão argumentativa que visa influenciar o seu leitor de que as práticas jornalísticas precisam ser repensadas. Isso reforça o ideal de existência de tais manuais que são vistos como uma ferramenta para tornar o jornalismo mais humanizado e humanizador.

Diante das análises apresentadas, buscamos perceber como a construção discursiva dos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, desenvolvidos pelo coletivo *Think Olga*, atua para potencializar a prática midiativista pretendida pelo grupo com tal produção. A seguir apresentaremos nossas considerações finais acerca da presente pesquisa e apontaremos possíveis caminhos a serem seguidos futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação realizamos uma análise discursiva do conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pelo coletivo feminista *Think Olga*. Este objeto procura problematizar algumas abordagens do jornalismo convencional em relação a grupos minoritários – especificamente as mulheres, pessoas com deficiência, população negra e a comunidade LGBT – e são oferecidas instruções quanto a maneiras vistas como adequadas e inadequadas de se tratar essas temáticas.

A partir deste objeto, buscamos perceber e evidenciar, de acordo com o embasamento teórico-metodológico fornecido pela Teoria Semiolingüística, de que maneira tais manuais se estruturam discursivamente para potencializar sua prática midiativista. Nossos objetivos de análise foram descrever e caracterizar o contrato de comunicação estabelecido, os sujeitos envolvidos, as finalidades, as circunstâncias de produção, os procedimentos linguístico-discursivos e as estratégias utilizadas no objeto de análise para produzir um efeito de sentido que evidencie o alinhamento com a luta pelos direitos humanos e a necessidade de mudanças nas práticas midiáticas tradicionais. Dessa forma, como objetivo conseguinte, pretendíamos problematizar tal objeto enquanto uma produção midiativista a partir de nossas análises e, com isso, entender como ele se apropria das lógicas midiáticas para promover e potencializar ações de ativismo.

Em relação ao contrato de comunicação, tratando do nível situacional, é importante destacar que tais manuais surgem em um contexto de disputas. Contexto este marcado por diversas conquistas sociais, principalmente voltadas aos grupos minoritários, nos primeiros anos do século XXI, bem como pelo avanço de uma onda reacionária ultraconservadora em diversos âmbitos da sociedade, que parece colocar em dúvida a estabilidade de tais conquistas. Esse conflito faz com que a maneira como a mídia aborda as questões de direitos humanos fique ainda mais em evidência e isso motiva o surgimento de ações midiativistas voltadas para esta questão, como os manuais por nós analisados.

Ao tratar especificamente dos elementos que constituem o contrato de comunicação, entendemos que o coletivo toma como propósito tanto os direitos sociais e lutas identitárias dos grupos minoritários como o jornalismo em si. Em relação às minorias e seus direitos sociais, estes norteiam a organização dos manuais, visto que o projeto foi dividido em sete partes, cada uma tratando um grupo ou questões específicas pertinentes a tais grupos. Assim, a defesa dos direitos humanos e a luta em favor dos grupos minoritários permeiam todas as sete edições dos manuais.

Sobre o jornalismo tomado como um propósito em si, este é tratado de uma maneira dicotômica e valorativa por parte do coletivo, separando em um jornalismo humanizado almejado e um jornalismo de referência, tido como inadequado. Nesse sentido, o sujeito enunciador busca enfatizar os erros recorrentes na prática jornalística tradicional, estabelecendo esta como a maneira “incorreta” de se trabalhar em relação a essas pautas. Tal apreciação do jornalismo se dirige também ao jornalismo esportivo, de celebridades e de negócios, por exemplo, criticando a maneira como essas vertentes tratam dos grupos minoritários em suas pautas. Esse posicionamento serve para reforçar o argumento da necessidade de se repensar a maneira como o jornalismo é feito atualmente e propor mudanças. Tais mudanças, dialogando com os aspectos de técnica apresentados por Braighi e Câmara (2018), são representadas pelas instruções oferecidas que buscam construir um jornalismo humanizado, que seja respeitoso às diferenças, que se aprofunde em relação às temáticas complexas, que vá além de fontes oficiais e, de fato, escute e dê visibilidade para as pessoas que fazem parte de grupos minoritários.

Quanto ao dispositivo utilizado para promover essa troca comunicativa, o coletivo se aproveita das potencialidades oferecidas pelos dispositivos tecnológicos. Dessa forma, o material foi produzido em formato PDF e disponibilizado no site da ONG. Através desse dispositivo, foram utilizados diversos links que permitem aos leitores acessarem o conteúdo jornalístico analisado na íntegra, bem como compartilhar conteúdos adicionais de outras fontes de informação que podem ser de interesse de quem lê. Além disso, a hospedagem on-line facilita que pessoas interessadas encontrem os manuais a partir de mecanismos de busca ou, também, se deparem com os manuais ao procurar por assuntos relativos às temáticas relacionadas. Por fim, o formato PDF também permite que o leitor faça o download do material e tenha acesso de forma offline.

Em relação à finalidade dessa troca comunicativa, destacamos uma finalidade instrutiva e educativa. Instrutiva, visto que se tratam de manuais, que apresentam normas e modos adequados e inadequados de se trabalhar as temáticas apresentadas nas práticas jornalísticas. Educativa, pois além de apresentar tais instruções, os manuais problematizam as abordagens, contextualizam as temáticas, apresentam dados e conceitos que podem não ser de conhecimento de seus leitores. Ademais, também destacamos uma finalidade de mudança social, visto que há uma busca por repensar e humanizar as práticas jornalísticas contemporâneas, a partir de tal objeto que foi desenvolvido como uma prática midiativista por um coletivo marcadamente feminista e engajado nas lutas sociais e identitárias.

Durante este trabalho, abordamos também os sujeitos da linguagem presentes nessa troca comunicativa. O sujeito comunicante em todos os sete manuais é representado pela ONG

Think Olga, que possui uma identidade marcada enquanto um coletivo feminista que possui um amplo histórico de engajamento e ações em favor da luta das mulheres e, também, de outras causas sociais. O grupo também é marcado por possuir grande reconhecimento e alcance devido ao alto número de seguidores em suas redes sociais. Ainda, em algumas das edições, o sujeito comunicante é compósito, visto que o coletivo convida outras pessoas ou instituições especializadas nas temáticas tratadas para desempenhar um papel de coautoria. Estes sujeitos comunicantes projetam uma imagem de sujeito enunciador marcado por um papel enunciativo midiativista, bem como ocupando um papel enunciativo de consultor, especialista nos assuntos tratados e conhecedor das lógicas e procedimentos da prática jornalística e midiática. Com isso, tal sujeito se propõe a problematizar as práticas jornalísticas voltadas aos direitos sociais buscando gerar uma mudança social a partir de suas ações de ativismo.

Em relação à instância de recepção, o sujeito destinatário, aquele idealizado por quem produz os manuais, é marcado como jornalistas e produtores de conteúdo, que têm interesse de repensar suas práticas profissionais em relação aos direitos humanos. No entanto, entendemos que o destinatário ideal vai além destes aos quais o material é endereçado explicitamente. Outras pessoas que se interessam por essas discussões e que possuem certa consciência social também fazem parte do público-alvo dos manuais e podem utilizá-los como uma ferramenta para leitura e análise do conteúdo jornalístico, bem como para cobrar mudanças nas práticas desviantes cometidas por veículos tradicionais de comunicação. Por fim, o sujeito interpretante, temos todas as pessoas que, de fato, tiveram acesso aos manuais, seja por interesse próprio em consumir este tipo de conteúdo ou por influências de terceiros. Estas pessoas podem ou não concordar com os ideais ativistas defendidos pela instância de produção.

Quanto ao gênero discursivo adotado, temos uma marcação explícita de que se tratam de manuais. Diante disso, através de nossas análises, observamos diversas aproximações com as características comuns de manuais, como o caráter instrutivo, baseado na apresentação de orientações e normas a serem seguidas pelos leitores, o uso recorrente de verbos no imperativo e no infinitivo e o objetivo de levar o leitor a compactuar com o que é apresentado. Apesar disso, identificamos algumas atualizações deste gênero. Como tal projeto representa uma ação de midiativismo, é importante observar um caráter educativo, que vai além da apresentação de instruções, fornecendo problematizações e dados que embasam a necessidade de tais discussões e das mudanças almejadas pelo coletivo ao produzir os manuais. Assim, entendemos que o objeto representa um conjunto de manuais que foram adaptados para atingir as finalidades esperadas pelo discurso midiativista.

Através de nossas análises, quanto às estratégias discursivas, destacamos que as estratégias de legitimidade e credibilidade foram usadas ao inserir coautores nessa produção discursiva, se valendo das informações de estatuto profissional e das vivências de outros sujeitos para trazer mais legitimidade e credibilidade para os manuais. É importante observar que os manuais que abordam a violência contra a mulher e os estereótipos nocivos em relação à mulher na mídia apresentam apenas a ONG *Think Olga* como sujeito comunicante, visto que estas causas estão diretamente ligadas às ações desempenhadas pelo coletivo. Já outras pautas e outros grupos identitários tiveram a utilização marcada dessas estratégias, visando se apoiar na legitimidade e credibilidade oferecida por outras pessoas e instituições.

A credibilidade também foi percebida a partir da apresentação de dados e pesquisas, bem como a consulta de fontes ligadas às temáticas abordadas. Isso reforça um caráter de apuração por parte do coletivo, bem como uma preocupação em fomentar discussões e ensinar sobre os assuntos, além de criticar ou “impor” normas. Entretanto, em algumas situações, dados e fatos foram apresentados sem a explicitação da fonte de informação. Entendemos que este tipo de atitude pode contribuir para diminuir a credibilidade da informação oferecida e, de certa forma, ser utilizada para descredibilizar os manuais como um todo.

A estratégia de captação está ligada ao uso das emoções para engajar o leitor. Dessa forma, as próprias temáticas já possuem um viés de captação, visto que estão relacionadas às lutas identitárias e aos grupos minoritários, que historicamente são oprimidos e têm seu acesso a direitos negado ou dificultado. Tratar dessas questões e de sua abordagem no jornalismo tende a gerar uma empatia com as pessoas que se identificam com estas lutas identitárias e que compartilham do pensamento de que a abordagem midiática atual é considerada inadequada.

A análise de como os modos de organização foram adotados na construção linguístico-discursiva dos manuais nos permitiu passar por todos eles, evidenciando recorrências e escolhas que demarcam esse lugar de ativismo ocupado pelo conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*. É importante entender que o modo de organização enunciativo foi o mais utilizado, estruturando toda a organização dos manuais. É através deste modo que o sujeito se posiciona em relação ao seu interlocutor e também sobre o que é dito, seja demarcando suas opiniões e crenças, seja abordando diretamente o leitor ou, até mesmo, tentando se apagar e demonstrar um afastamento.

Diante disso, o comportamento enunciativo presente com mais destaque foi o delocutivo, em que o enunciador busca se afastar do que é dito, gerando um efeito de objetividade. Dessa forma, entendemos que, ao tomar esta postura, o coletivo procura gerar maior adesão ao transmitir a ideia que os manuais estão apresentando uma informação universal

e não gerando juízo de valor ou expressando opiniões pessoais. Assim, o coletivo tenta reduzir uma aparência de militância e subjetividade para que, possivelmente, os manuais sejam mais bem aceitos por jornalistas e veículos de comunicação que se pautam, enquanto jornalismo, pela objetividade e imparcialidade. Ainda assim, através das escolhas discursivas feitas podemos perceber as marcas de subjetividade e o posicionamento da ONG favorável à necessidade de humanização das práticas jornalísticas.

Através dos usos dos comportamentos alocutivo e elocutivo, em que os posicionamentos do enunciador em relação ao seu interlocutor e ao discurso apresentado são mais visíveis, podemos destacar que há uma tentativa de se aproximar do leitor, engajá-lo nas causas abordadas e, também, de convidá-lo a refletir sobre questões pertinentes a essas pautas. Além disso, também há um objetivo de construir e compartilhar conhecimento, fornecendo ao público informações que podem ser desconhecidas e que são consideradas importantes ao se tratar de tais temáticas nos veículos de comunicação.

O modo de organização descritivo foi utilizado em consonância com as estratégias de legitimidade e credibilidade, visando qualificar as fontes de informações consultadas. Outra utilidade deste modo foi percebida como mecanismo de explicação de termos e conceitos através de qualificações tanto objetivas quanto subjetivas. Por fim, este modo também atua na organização dos manuais a partir das divisões em seções específicas dentro de cada manual que se pautaram pelas especificidades de cada uma das temáticas abordadas.

A menor frequência de utilização foi do modo de organização narrativo. Entendemos que este modo é o que mais se distancia da proposta do gênero discursivo produzido, visto que a ideia principal de um manual é apresentar instruções de maneira direta e objetiva. Ainda assim, conseguimos identificar a presença deste modo, exercendo uma função de contextualização e ilustração de algumas questões tratadas nos manuais.

Por fim, o modo de organização argumentativo se fez presente a partir da criação de uma dimensão argumentativa. Isso quer dizer que a argumentação não foi o foco central do objeto, mas se fez presente de maneira indireta. Mais uma vez, entendemos que a finalidade maior dos manuais é instruir e educar. No entanto, por se tratar de uma prática de ativismo, há também a função de mudar uma realidade social e, para tanto, é necessário fazer com que o público compartilhe dos pensamentos e problematizações levantados pelo coletivo. Para isso, através do domínio de avaliação ético, os manuais fazem uma contraposição entre o jornalismo tradicional e o jornalismo humanizado ali proposto.

Assim, é criada a ideia de um “bom jornalismo”, que pode abordar as questões dos direitos humanos e das lutas identitárias através das instruções fornecidas, contra um “mau

jornalismo”, que representa o jornalismo de referência, que atualmente trata estas questões de maneira inadequada. Para isso, o sujeito suscita valores de responsabilidade, solidariedade e justiça para argumentar com seu leitor quanto a necessidade de se repensar e modificar as práticas jornalísticas contemporâneas.

Em relação ao nosso segundo objetivo, através das análises supracitadas, conseguimos evidenciar nosso entendimento inicial de que os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pelo coletivo *Think Olga* se tratam de uma prática midiativista. É importante destacar que tais manuais representam uma ação concreta, que visa mudar uma dada realidade social – neste caso o jornalismo convencional –, se apropria das lógicas midiáticas para potencializar suas ações e se preocupam em compartilhar conhecimento com seus interlocutores.

Se pensarmos nas perspectivas fornecidas por Alice Mattoni (2013), entendemos que os manuais podem se enquadrar nos três tipos de ativismo problematizados pela autora. Ativismo através da mídia se destaca pela produção de conteúdo próprio que se baseia em dados e evidências, além de ser parte da produção ativista de um coletivo que possui grande histórico de engajamento e produção de diversos conteúdos e discussões, principalmente voltados para a causa feminista. O ativismo na mídia é representado pelo levantamento das discussões quanto aos direitos sociais dos grupos minoritários e das lutas identitárias que são visibilizados através deste objeto e das plataformas do coletivo, que possui um grande número de seguidores. E, por fim, o ativismo sobre a mídia consiste nas problematizações acerca do próprio jornalismo, baseadas nas críticas feitas à abordagem das questões sociais e dos grupos minoritários, reforçando a necessidade de humanização da prática jornalística. Sinalizamos ainda que, nessa concepção, apesar de apresentarem um foco marcado em relação ao jornalismo, as problematizações apresentadas poderiam se aplicar a outros tipos de discurso midiático, como a publicidade ou as mídias sociais, por exemplo.

Ainda pensando nos manuais enquanto ação midiativista, podemos seguir a perspectiva de Antônio Braighi e Marco Túlio Câmara (2018), que evidenciam que os sujeitos midiativistas se capacitam e constroem suas práticas a partir de elementos técnicos, estéticos e de linguagem. No aspecto técnico, evidenciamos mais uma vez a apropriação das potencialidades fornecidas pelos dispositivos tecnológicos, proporcionando a ampliação das informações, bem como a maior visibilidade através do site e das mídias sociais.

Quanto ao elemento estético, pautamo-nos principalmente em uma perspectiva filosófica. Destacamos que os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* trabalham constantemente com experiências estéticas, aquelas que afetam diretamente as pessoas, lidando

com questões emocionais e especificidades das vivências das pessoas. Ao tratar de questões identitárias e das lutas por direitos, o objeto se propõe a evidenciar lutas de grupos que são historicamente marginalizados e têm seu acesso aos direitos sociais dificultados. Assim, essas questões tocam diretamente grande parte da população que vivencia diariamente, na pele, tais questões e opressões.

No aspecto da linguagem, nossas análises semiolinguísticas demonstram como o coletivo *Think Olga* faz escolhas linguístico-discursivas que evidenciam a luta por mudanças sociais e buscam atingir as finalidades de instruir e educar seu público visando engajamento para a causa central, que é a necessidade de mudanças no jornalismo contemporâneo através de sua humanização.

Almejamos que o nosso trabalho forneça contribuições com relação às temáticas apresentadas, como o midiativismo e as relações entre mídia e direitos humanos, para os estudos discursivos e para futuras pesquisas. Por fim, esperamos que as discussões por nós promovidas através dessa pesquisa não se esgotem ou se restrinjam ao ambiente acadêmico, evidenciando a importância da luta pelos direitos humanos, especialmente dos grupos minoritários, que são oprimidos diariamente pela sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago D'Angelo Ribeiro. **Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimento em rede e estratégias de contrapoder.** 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade.** 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ALVES, Luis Alexandre da Silva. **O midiativismo Ninja: mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva.** 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância); SEDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Mídia e Direitos Humanos.** Coordenado por Veet Vivarta; pesquisa por Guilherme Canela. Brasília, 2006, 372 p.

ANDRADE, Marcelo; PISCHETOLA, Magda. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. **Revista e-Curriculum.** v. 14, n. 4, p. 1377-1394, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/766/76649457011.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ANDRADE, Samária Araújo de. **Comovidos: engajamentos e emoções na Mídia NINJA.** 2020. 394 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara. A midiatização do ativismo nas coberturas do G1 e do Mídia Ninja. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 83-105, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/644>. Acesso em: 25 jun. 2020.

AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara. Os coletivos midiáticos e a midiatização do ativismo: aspectos teóricos e empíricos de pesquisa sobre produção e circulação de conteúdos acerca dos movimentos em rede no Brasil. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática.** CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 170-191.

ARAGÃO, Mayllin Silva. **Na contramão da hegemonia: vídeo É Tudo Mentira como produto do midiativismo.** 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2015.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo.** 2006. 284f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERGAMI, Ana Paula Miranda Costa. **Midiativismo no Facebook: o coletivo Ninja ES e a produção de narrativas independentes durante as ocupações escolares no Espírito Santo em 2016.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BRAGA, José Luiz. Miatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática: livro da XV Compós.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A., JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação & miatização** [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRAIGHI, Antônio Augusto. **Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja.** 2016, 655 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio Pena. Direitos Humanos: o que o midiativismo e o jornalismo podem aprender juntos? **Revista Âncora**, João Pessoa, PB, v. 4, n. 2, p. 152-168, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/38367>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Miativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Miativismo: do conceito à prática.** CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 25-42.

BRITO, Marcus Vinicius Jesus de. **Abram alas para a rádio arquivancada: jornalismo e miativismo pedem passagem em nome da cultura das escolas de samba.** 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de redação: camisa-de-força ou regra necessária? **Revista Comunicação e Inovação.** v. 2, n. 4, p. 49-59, jan./jun. 2002. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/790/645. Acesso em: 13 dez. 2019.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p. 201-223, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119546>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CARROLL, William K.; HACKETT, Robert A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. **Media, Culture and Society**, Reino Unido, v. 28, n. 1, 2006, p. 83-104.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo *et al* (org). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso.** Belo Horizonte: FALE-UFMG, 1999. p. 27-43.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004, p. 13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução coordenada por Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sociocomunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individuação. In: STAFUZZA, Grenissa; DE PAULA, Luciane (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 259-284.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos. **Revista Signos**. v. 43, PUC, Valparaíso, 2010b. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-problematica-comunicacional.html>. Acesso em: 14 maio 2020

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**. v. 10, p. 1-23, Rio de Janeiro/RJ, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932/15637>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CIOCCARI, Deisy. EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Discurso de ódio na tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, SP, v. 43, n. 1, p. 209-225, jun. 2017. Disponível em: periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/3002/2724. Acesso em: 21 jan. 2020.

CIOCCARI, Deisy. PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 02, n. 18, p. 201-214, jul./dez. 2018. Disponível em: www.periodicos.usp.br/alterjor/article/view/144688/141608. Acesso em: 24 jan. 2020.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento**, v. 5, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>. Acesso em: 13 abr. 2020.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 89-105.

DIAS, Eliana; *et al.* Gêneros textuais e (ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? **Revista Interacções**. Santarém – Portugal, v. 7, n. 19, p. 142-155, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/532>. Acesso em: 27 jan. 2020.

ELLWANGER, Tiana Maciel. **Manifestações de junho de 2013: como experienciamos, esquecemos e lembramos na contemporaneidade**. 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 374-305, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/46160>. Acesso em: 03 fev. 2021

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma <<analítica>> da midiaticização. **MATRIZES**. v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 13. set. 2020.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. Midiativismo, mídia alternativa, radical, livre, tática: um inventário de conceitos semelhantes. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 95-110.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**. n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GARGIONI, Ana Alice dos Passos. **A performatização de identidades por vlogueiros indígenas no YouTube**. 2019. 130 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e movimentos de coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da media nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade**. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro, 2016. Anais ABCP. Belo Horizonte,

2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/anais?page=23>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49-64, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2469>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **Uma invenção de jornalismo: ninjas, xamãs e outras perspectivas**. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HJARVARD, Stig. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**. v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 08 jul. 2020.

IJUIM, Jorge Kanehide; SARDINHA, Antonio Carlos. Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, p. 155-176, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/858>. Acesso em: 17. set. 2020.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, São Paulo, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290>. Acesso em: 28 jan. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais. **Revista de Estudos de Jornalismo**. n.2, p. 48-60, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistaej.sopcom.pt/edicao/59>. Acesso em: 26 jan. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo. **Rastros**. n. 19, p. 9-22, out. 2014. Disponível em: http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs_necom/index.php/SECORD/article/view/232. Acesso em: 17 set. 2020.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso E Reverso** (Unisinos. online), v. 31, p. 235-243, 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180711062718/http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/ver.2017.31.78.07/6252>. Acesso em: 17 set. 2020.

IJUIM, Jorge Kanehide. Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. **Extraprensa**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 91-108, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/159921>. Acesso em: 28 jan. 2021

IJUIM, Jorge Kanehide; VALENTINI, Gêssica Gabrieli. Interrogações sobre humanidade e seus reflexos no jornalismo. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 12, n. 23, p. 410-421, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/1307>. Acesso em: 02 fev. 2021.

JESUS, Maurício José. **Disputas simbólicas e técnicas no espaço urbano: a Mídia Ninja nas jornadas de junho**. 2015. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.

JORDAN, Tim. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. Londres: Reaktion, 2002.

LIMA, Michele Nunes. **Objeto, corpo, ambiência: materialidades da comunicação na prática do streaming ao vivo midiativista**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LYSARDO-DIAS, Dylia. As contribuições de Patrick Charaudeau para o desenvolvimento da AD no Brasil. In: STAFUZZA, Grenisssa; DE PAULA, Luciane (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 161-180.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiológica. **Letras & Letras**. v. 22, n. 2, p. 13-21, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25229>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MACHADO, Jorge Alberto Silva. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18. p. 248-285, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222007000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 27 set. 2020.

MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emilia. A análise semiológica: seu percurso e sua efetiva tropicalização. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 13, 2013. Disponível em: <https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/50>. Acesso em: 18 abr. 2020

MACIEL, Danielle Edite Ferreira. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/Fale-UFMG, 2004. p. 43-58.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. Recontextualizações do -ismo: disputas em torno do jornalismo “em crise”. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, RS, v. 24, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/26991>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MARI, Hugo; SILVEIRA, José Carlos Cavalheiro. Sobre a importância dos gêneros discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/Fale-UFMG, 2004. p. 59-74

MATTONI, Alice. **Media activism**. The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2013.

MAZETTI, Henrique Moreira. **Ativismo de mídia: arte, política e tecnologias digitais**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2008.

MAZETTI, Henrique. Da mídia alternativa ao midiativismo: observações históricas e conceituais sobre as práticas de contestação midiática. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 78-94.

MEIKLE, Graham. Intercreativity: mapping online activism. In: HUNSINGER, Jeremy; LASTRUP, Lisbeth; ALLEN, Matthew (org.). **International handbook of internet research**. Dordrecht: Springer, 2010. p. 363–377.

MELO, Paulo Victor; MOURA, Iara. **Guia Mídia e Direitos Humanos**. 1. ed. São Paulo: Intervezes, 2014. v. 1. 130p.

MENDES, Paulo. et al. MIDIATIVISMO: ferramentas da tecnologia discursiva e padrões de acesso ao discurso. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 132-150.

MIGUEL, Katarini Giroldo; SOUZA, Lynara Ojeda. Jornalismo e direitos humanos: o agendamento do tema estupro no portal Campo Grande News (MS). **Revista Videre**. Dourados, MS, v.10, n.20, p. 309-320, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/8467>. Acesso em: 24 maio 2020.

MONTIPÓ, Criselli. **Jornalismo, ética e humanização: reflexões sobre a tríplice tessitura**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011. Anais Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1228-1.pdf>. Acesso em: 18. set. 2020.

MORAES, Fabiana; SILVA, Márcia Veiga da. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora**. In: XXVIII Encontro anual da Compós. Porto Alegre, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. As sombras de junho. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 163-175, maio 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3543>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, Fabiano Gonçalves Melo de. **Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf/>. Acesso em: 22. ago. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PASQUINELLI, Matteo (Org.). **Mediactivismo: estrategias y prácticas de la comunicación independiente**. Roma: DeriveApprodi, 2002.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17. p. 131-146, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 11, n. 01, p. 161-181, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980>. Acesso em: 02 jul. 2020.

PERUZZO, Cicilia. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 43-61.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. **A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo**. 2012, 290 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. A mobilização de estratégias na tessitura discursiva de biografias. **Interseções**. 15 ed., ano 8, n. 1, p. 38-58, maio. 2015. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-8-numero-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cláudia Miranda. **Narrativas jornalísticas e midiativismo: um estudo de caso sobre as rotinas produtivas do coletivo Mídia Ninja**. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012. 87p.

SANTANA, Eliara; MARI, Hugo. Midiativismo, imprensa e a questão da ideologia. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 212-225.

SANTOS, Arthur William Cardoso. **Rebaixada**: midiativismo contra os megaeventos. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 set. 1995. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. Acesso em: 27 jan. 2021.

SANTOS, Diogo Costa dos. **#MídiaNinjaAoVivo**: estratégias de produção de sentido e afeto em contra-narrativas de manifestações sociais. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Marcelo de Franceschi dos. Do jornalismo humanizado ao fotojornalismo humanizador com perspectiva de humanismo marxista. **Razón y Palabra**, v. 23, n. 106, p. 435-457, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1500>. Acesso em: 28 jan. 2021

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T; HALL, Stuart. WOODWARD, Katryn (orgs). **Identidade e Diferença** - A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Maria José Santos. **Da TV Maxambomba ao midiativismo**: a subjetividade pós-mídia. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

SILVEIRA, Rebeca Costa Gadelha da; FREIRAS, Raquel Coelho de. Definindo minorias: desafios, tentativas e escolhas para se estabelecer critérios mínimos rumo a conceituação de grupos minoritários. **Revista de Teoria e Filosofia do Estado**. Maranhão, v. 3, n. 2, p. 95-116, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210566539.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIMEÃO, Denise Anzorena. **Narrativas em disputa pelos olhares da Mídia Ninja**: da multidão à instituição. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

TAVARES, Wellington. **Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas: possibilidades de interação e organização em movimentos sociais.** 2015, 402 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte I: Violência contra a mulher. 2016a. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte II: Pessoas com deficiência. 2016b. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_II_Pessoas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte III: Racismo. 2016c. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/Minimanual_Parte_III_Racismo.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte IV: Estereótipos nocivos. 2017a. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_IV_Estereotipos_Nocivos.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte V: LGBT. 2017b. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_V_LGBT.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte VI: Aborto. 2017c. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_VI_Aborto.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

THINK OLGA, **Minimanual do Jornalismo Humanizado.** Parte VII: Jornalismo esportivo. 2018. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_VII_JornalismoEsportivo.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. **O feminismo contemporâneo a (re)configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital.** In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre, 3 a 5 de junho, 2015. Anais Alcar, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/o-feminismo-contemporaneo-a-re-configuracao-de-um-terreno-comunicativo-para-as-politicas-de-genero-na-era-digital/view>. Acesso em: 11 mar. 2021

VIEIRA, Oscar Vilhena et al. **Direitos humanos e vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. 240p.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, v. 2, n. 3, Porto Alegre, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.